

**INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

**ESCOLA SUPERIOR DE ESTUDOS INDUSTRIAIS E DE GESTÃO**

Mestrado em Engenharia e Gestão Industrial

Pedro Filipe Gouveia de Freitas

***Global Reporting Initiative* - Princípios base e funcionamento: Referencial de sustentabilidade GRI**

Dezembro de 2016



PEDRO FILIPE GOUVEIA DE FREITAS

*Global Reporting Initiative* – Princípios base e funcionamento

Referencial de sustentabilidade GRI

**Membros do Júri**

Presidente

Prof. Doutor Luís Pinto Ferreira

Orientadora

Doutora Teresa Maria Leitão Dieguez

Arguente

Prof. Doutor Carlos Ramos

Instituto Politécnico do Porto

Dissertação para obtenção do grau de  
Mestre em Engenharia e Gestão  
Industrial



## **Agradecimentos**

Agradeço à *Global Reporting Initiative* pela cedência gratuita para a execução da presente dissertação da sua base de dados completa de relatórios de sustentabilidade, sem a qual o presente trabalho ficaria seguramente mais pobre.

Agradeço à minha Orientadora, Professora Teresa Dieguez, pelo apoio incondicional que me deu ao longo do processo de elaboração deste trabalho, com todas as contribuições valiosas e construtivas que sempre me facultou.

Aos meus familiares e amigos, pela forma como suportaram o tempo que foi investido neste projeto.

Aos meus Pais, sem os quais este projeto nunca teria começado, pelo apoio e incentivo que me deram e pelo exemplo que sempre foram desde o primeiro dia.

À Olívia, pela força que me deu ao longo do projeto, especialmente na derradeira fase.

À Mariana, por Tudo.



## **Resumo**

A sustentabilidade das organizações e a minimização dos impactos económicos, ambientais e sociais das suas operações tem vindo a assumir uma crescente preponderância junto dos seus *stakeholders*.

Para ir de encontro a estas preocupações é necessário que as organizações estudem, divulguem e melhorem a sua performance em tópicos relacionados com a sustentabilidade da forma mais objetiva e transparente possível.

A presente dissertação visa analisar o referencial de relatórios de sustentabilidade desenvolvido pela *Global Reporting Initiative*, na sua versão mais recente GRI-G4, que tem como objetivo ajudar as organizações nessa tarefa e facilitar a sua interação com os *stakeholders*, através da padronização dos conteúdos que as organizações, independentemente da dimensão e setor de atividade, devem incorporar nos seus relatórios de sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Impactos, Relatório, Materialidade, *Stakeholders*.

## **Abstract**

The sustainability of organizations as well as their concerns on economic, environmental and social impacts on their wide range of sustainability issues have been assuming a growing preponderance among stakeholders.

To meet these concerns, organizations must study, disseminate and improve their performance on topics related to sustainability in the most objective and transparent possible way.

This thesis aims to analyse the sustainability reporting framework developed by the Global Reporting Initiative, in its latest version GRI-G4, which enables organizations be more transparent about the risks and opportunities they face. GRI-G4 aims to help organizations in this task and facilitate their interaction with stakeholders, through the standardization of content that organizations, regardless of size and sector of activity, must incorporate in their sustainability reports.

**Key-words:** Sustainability, Impacts, Report, Materiality, Stakeholders.

## Sumário

Agradecimentos .....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice de Figuras .....	ix
Índice de Quadros.....	xi
<b>1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1. Enquadramento .....	15
1.2. Objetivo.....	16
1.3. Metodologia de Abordagem .....	16
1.4. Estrutura.....	17
<b>2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>19</b>
<b>3 – REFERENCIAL GRI-G4 .....</b>	<b>25</b>
3.1. Princípios para o relato.....	25
3.2. Princípios para a definição do conteúdo do relatório .....	27
3.3. Princípios para assegurar a qualidade do relatório.....	30
3.4. Opções “de acordo” .....	31
3.5. Conteúdos padrão gerais .....	34
3.6. Conteúdos padrão específicos .....	38
3.6.1. Informação sobre a Forma de Gestão – DMA (Disclosures on Management Approach) .....	38
3.6.2. Indicadores .....	39
3.7. Conteúdos setoriais.....	54
3.8. Definição de Aspetos Materiais e Limites.....	63
3.9. Sumário do relatório de sustentabilidade .....	67
<b>4 – UTILIZAÇÃO DAS DIRETRIZES GRI.....</b>	<b>73</b>
4.1. Enquadramento .....	73
4.2. Utilização a nível mundial.....	73
4.3. Utilização em Portugal.....	80
<b>5 – ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>87</b>
5.1. Enquadramento .....	87
5.2. Opção “de acordo” .....	87
5.3. Estrutura do relatório de sustentabilidade .....	88

5.4. Verificação externa .....	89
5.5. Envolvimento de stakeholders .....	89
5.6. Aspectos materiais identificados .....	91
5.7. Conteúdos setoriais.....	96
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
FONTES DE INFORMAÇÃO .....	99
Referências Bibliográficas.....	99
ANEXOS .....	A.1
ANEXO A.....	A.3
ANEXO B.....	A.13
ANEXO C.....	A.23

## Índice de Figuras

Figura 1 - Pilares de Desenvolvimento Sustentável .....	20
Figura 2 - Triple bottom line .....	21
Figura 3 - Versões das Diretrizes GRI desde 2000 .....	22
Figura 4 - Resumo dos Conteúdos Padrão Gerais.....	34
Figura 5 - Resumo dos Conteúdos Padrão Específicos (1/2).....	41
Figura 6 - Resumo dos Conteúdos Padrão Específicos (2/2).....	42
Figura 7 - Processo para a Definição do Conteúdo do Relatório.....	63
Figura 8 - Combinação entre a importância dos impactos e a influência sobre os stakeholders .....	65
Figura 9 - Evolução do número de relatórios de sustentabilidade publicados a nível global, total e por referencial .....	74
Figura 10 - Evolução do número de relatórios de sustentabilidade a nível global, por versão das Diretrizes GRI .....	75
Figura 11 - Número de relatórios divulgados em qualquer referencial entre 2014 e 2016 a nível global por dimensão da organização .....	75
Figura 12 - Evolução da distribuição do número de relatórios emitidos entre 2014 e 2016, em qualquer referencial, por continente.....	76
Figura 13 - Relatórios de sustentabilidade publicados em qualquer dos referenciais, por país, entre 2014 e 2016.....	77
Figura 14 - Relatórios de sustentabilidade publicados pelos 10 principais países, entre 2014 e 2016, por referencial adotado .....	77
Figura 15 - Relatórios de sustentabilidade divulgados entre 2014 e 2016, em qualquer referencial, por setor de atividade.....	78
Figura 16 - Número e percentagem de relatórios divulgação consoante a opção “de acordo” das Diretrizes GRI-G4 a nível global.....	79
Figura 17 - Distribuição do número e percentagem anual de relatórios de sustentabilidade emitidos a nível mundial de acordo com o referencial GRI-G4 em função da existência de verificação externa.....	79
Figura 18 - Evolução do número de relatórios de sustentabilidade publicados em Portugal, total e por referencial .....	80
Figura 19 - Evolução do número de relatórios de sustentabilidade em Portugal, por versão das Diretrizes GRI .....	81
Figura 20 - Distribuição da percentagem de relatórios de sustentabilidade divulgados em Portugal entre 2014 e 2016 por dimensão da organização .....	82

Figura 21 - Percentagem do referencial utilizado na divulgação de relatórios de sustentabilidade em Portugal entre 2014 e 2016, por dimensão da organização.....	82
Figura 22 - Relatórios de sustentabilidade divulgados entre 2013 e 2016 em Portugal, por setor de atividade.....	83
Figura 23 - Número e percentagem de relatórios divulgação consoante a opção “de acordo” das Diretrizes GRI-G4 em Portugal.....	84
Figura 24 - Distribuição do número e percentagem anual de relatórios de sustentabilidade emitidos em Portugal de acordo com o referencial GRI-G4 em função da existência de verificação externa.....	84
Figura 25 - Categorização de stakeholders pela Galp Energia.....	89
Figura 26 - Priorização de stakeholders pela Galp Energia.....	92

## Índice de Quadros

Quadro I - Benefícios da emissão de relatórios de sustentabilidade .....	21
Quadro II - Conteúdos Padrão Gerais por opção "de acordo" .....	31
Quadro III - Conteúdos Padrão Específicos por opção "de acordo" .....	32
Quadro IV - Entidades acreditadas para a realização da verificação externa.....	33
Quadro V - Conteúdos Padrão Gerais e respetiva informação a relatar (1/4) .....	35
Quadro VI - Conteúdos Padrão Gerais e respetiva informação a relatar (2/4) .....	36
Quadro VII - Conteúdos Padrão Gerais e respetiva informação a relatar (3/4) .....	37
Quadro VIII - Conteúdos Padrão Gerais e respetiva informação a relatar (4/4).....	38
Quadro IX - Aspetos com orientações relativas à forma de gestão da organização .....	39
Quadro X - Distribuição dos Aspetos das Diretrizes em categorias.....	40
Quadro XI - Conteúdos Padrão Específicos da categoria económica .....	43
Quadro XII - Conteúdos Padrão Específicos da categoria ambiental (1/4).....	44
Quadro XIII - Conteúdos Padrão Específicos da categoria ambiental (2/4).....	45
Quadro XIV - Conteúdos Padrão Específicos da categoria ambiental (3/4) .....	46
Quadro XV - Conteúdos Padrão Específicos da categoria ambiental (4/4) .....	47
Quadro XVI - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (1/6).....	48
Quadro XVII - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (2/6).....	49
Quadro XVIII - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (3/6).....	50
Quadro XIX - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (4/6).....	51
Quadro XX - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (5/6).....	52
Quadro XXI - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (6/6).....	53
Quadro XXII - Setores com conteúdos setoriais e principais especificidades (1/3) .....	54
Quadro XXIII - Setores com conteúdos setoriais e principais especificidades (2/3) .....	55
Quadro XXIV - Setores com conteúdos setoriais e principais especificidades (3/3) .....	56
Quadro XXV - Aspetos alterados e aspetos acrescentados por setor (1/6).....	57
Quadro XXVI - Aspetos alterados e aspetos acrescentados por setor (2/6).....	58
Quadro XXVII - Aspetos alterados e aspetos acrescentados por setor (3/6).....	59
Quadro XXVIII - Aspetos alterados e aspetos acrescentados por setor (4/6).....	60
Quadro XXIX - Aspetos alterados e aspetos acrescentados por setor (5/6).....	61
Quadro XXX - Aspetos alterados e aspetos acrescentados por setor (6/6).....	62
Quadro XXXI - Sumário de Conteúdos Padrão Gerais para a opção “de acordo” Essencial (1/2) .....	67
Quadro XXXII - Sumário de Conteúdos Padrão Gerais para a opção “de acordo” Essencial (2/2) .....	68

Quadro XXXIII - Sumário de Conteúdos Padrão Específicos para a opção “de acordo” Essencial .....	68
Quadro XXXIV - Sumário de Conteúdos Padrão Gerais para a opção “de acordo” Abrangente (1/2) .....	69
Quadro XXXV - Sumário de Conteúdos Padrão Gerais para a opção “de acordo” Abrangente (2/2) .....	70
Quadro XXXVI - Sumário de Conteúdos Padrão Específicos para a opção “de acordo” Abrangente .....	71
Quadro XXXVII - Características gerais dos relatórios de sustentabilidade da Galp Energia e da NANIUM.....	87
Quadro XXXVIII - Stakeholders considerados pela NANIUM, ações de envolvimento e benefícios .....	91
Quadro XXXIX - Aspetos Materiais e indicadores identificados pela NANIUM .....	94
Quadro XL - Limites de Aspetos Materiais definidos pela NANIUM .....	95
Quadro A.I - Conteúdos adicionados para o setor Operações Aeroportuárias .....	A.3
Quadro A.II - Conteúdos adicionados para o setor Construção e Imobiliário.....	A.4
Quadro A.III - Conteúdos adicionados para o setor Extração Mineira e Metais .....	A.5
Quadro A.IV - Conteúdos adicionados para o setor Infraestruturas Elétricas .....	A.6
Quadro A.V - Conteúdos adicionados para o setor Meios de Comunicação .....	A.7
Quadro A.VI - Conteúdos adicionados para o setor Organização de Eventos.....	A.8
Quadro A.VII - Conteúdos adicionados para o setor Organizações Não-Governamentais ..	A.9
Quadro A.VIII - Conteúdos adicionados para o setor Petróleo e Gás.....	A.10
Quadro A.IX - Conteúdos adicionados para o setor Processamento de Alimentos .....	A.11
Quadro A.X - Conteúdos adicionados para o setor Serviços Financeiros .....	A.12
Quadro B.I - Sumário GRI da Galp Energia (1/10) .....	A.13
Quadro B.II - Sumário GRI da Galp Energia (2/10) .....	A.14
Quadro B.III - Sumário GRI da Galp Energia (3/10) .....	A.15
Quadro B.IV - Sumário GRI da Galp Energia (4/10).....	A.16
Quadro B.V - Sumário GRI da Galp Energia (5/10).....	A.17
Quadro B.VI - Sumário GRI da Galp Energia (6/10).....	A.18
Quadro B.VII - Sumário GRI da Galp Energia (7/10).....	A.19
Quadro B.VIII - Sumário GRI da Galp Energia (8/10).....	A.20
Quadro B.IX - Sumário GRI da Galp Energia (9/10).....	A.21
Quadro B.X - Sumário GRI da Galp Energia (10/10).....	A.22
Quadro C.I - Sumário GRI da NANIUM (1/4).....	A.23
Quadro C.II - Sumário GRI da NANIUM (2/4).....	A.23
Quadro C.III - Sumário GRI da NANIUM (3/4).....	A.24

Quadro C.IV - Sumário GRI da NANIUM (4/4) .....A.24



## 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1. Enquadramento

A preocupação com os tópicos relacionados com a sustentabilidade tem vindo a crescer na sociedade, na medida em que, se a prosperidade económica e a satisfação do cliente são, muitas vezes, a razão de ser das organizações empresariais, a verdade é que o modo como esses objetivos são atingidos desempenha um papel cada vez mais determinante na forma como a sociedade avalia essas mesmas organizações.

Nos dias que correm existe a noção generalizada de que os fins não justificam os meios e de que as organizações necessitam de desenvolver as suas operações de um modo cada vez mais sustentável, quer ao nível económico, quer aos níveis ambiental e social. O equilíbrio entre estas três vertentes da sustentabilidade tem-se vindo a afirmar como o mais importante indicador da prosperidade das organizações.

Embora estes conceitos sejam atualmente pacíficos na esmagadora maioria dos elementos da sociedade, continua enraizada a ideia que as organizações apenas se movem pelo lucro máximo e imediato, independentemente dos impactos económicos, ambientais e sociais que possa provocar à sociedade, quer no imediato quer para gerações vindouras.

Assim, numa economia de mercado global como a qual estamos inseridos, complementada pelos veículos de transmissão de informação disponíveis, as organizações são parte muito interessada em demonstrar que são sustentáveis e que as suas operações evidenciam um compromisso entre os impactos económicos, ambientais e sociais, sob pena de afetar a sua imagem junto dos *stakeholders* e face à concorrência ao ponto de comprometer a sua sobrevivência.

A avaliação e divulgação da performance das organizações em tópicos relacionados com a sustentabilidade possibilita também que esta seja alvo de ações que visem a melhoria contínua das operações e consequentemente dos indicadores, quer através da análise da evolução face a anos transatos, quer através da comparação com a concorrência.

Fica então a cargo das organizações o ónus de avaliar, demonstrar e divulgar o seu comprometimento com os tópicos relacionados com a sustentabilidade. Desta necessidade resultam as seguintes questões:

- Qual a melhor forma de divulgação?
- Quais os tópicos relacionados com a sustentabilidade que os *stakeholders* pretendem saber?
- Que informação deve ser incluída para cada tópico?
- Quais os indicadores que melhor traduzem a performance em cada tópico?
- Como detalhar a abordagem da organização face a tópicos de sustentabilidade de modo a definir objetivos futuros e possibilitar inferir do comportamento da mesma face a novos desafios?

A qualidade do relato do desempenho ao nível da sustentabilidade será tanto maior quanto melhor for de encontro às questões atrás levantadas. É aí que entra a *Global Reporting Initiative*, organização internacional, sem fins lucrativos, que se dedica ao desenvolvimento de um referencial de relatórios de

sustentabilidade que possa dar uma resposta completa, credível e objetiva às questões elencadas para organizações de qualquer dimensão e setor de atividade. A versão mais recente do referencial, GRI-G4, é a ferramenta mais utilizada pelas organizações de todo o mundo para a elaboração dos seus relatórios de sustentabilidade.

Sendo a sustentabilidade um tema transversal a qualquer tipo de organização, mas tendo para as organizações industriais uma especial relevância pela natureza das suas operações e potenciais impactos, conjugada com a importância do tema para a sociedade e com a oportunidade que representa para as organizações industriais divulgarem e melhorarem o seu desempenho em matéria de sustentabilidade e servir de fator de diferenciação face à concorrência, optou o autor por levar a cabo a presente análise do referencial GRI no âmbito do Mestrado em Engenharia e Gestão Industrial.

## **1.2. Objetivo**

O presente trabalho centra-se na análise do referencial para elaboração de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* GRI-G4 e tem como objetivo detalhar as instruções que este incorpora e demonstrar o modo como este se materializa numa ferramenta útil para as organizações e seus *stakeholders*.

## **1.3. Metodologia de Abordagem**

A abordagem ao presente trabalho teve como ponto de partida a definição do conceito de sustentabilidade, através de revisão da bibliografia relativa ao tema, dado ser este o tema por detrás da necessidade de desenvolver e relatar a performance das organizações neste campo.

Particularizando para a elaboração de relatórios de sustentabilidade de acordo com o referencial GRI-G4, seguiu-se a análise e compilação dos requisitos e instruções das Diretrizes, através das suas publicações centrais: “G4 - Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Princípios para Relato e Conteúdos Padrão (GRI, 2015)” e “G4 - Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Manual de Implementação (GRI, 2015)”. Foram também estudadas as publicações relativas aos conteúdos setoriais específicos, de modo a englobar todos os requisitos que uma organização que pretenda elaborar um relatório de sustentabilidade “de acordo” com o GRI-G4 deve ter em conta.

Seguiu-se uma análise das características fundamentais dos relatórios de sustentabilidade publicados em Portugal e no Mundo, tendo em vista compreender o grau de utilização do referencial GRI-G4 e as escolhas que as organizações emissoras têm vindo a tomar face às opções que o referencial deixa em aberto. Para tal, face à dificuldade em obter dados que fossem suficientemente exaustivos noutras fontes, solicitou-se à *Global Reporting Initiative* o

acesso à sua base de dados completa, que foi cedida para o âmbito específico da elaboração do presente estudo.

A última parte da abordagem consistiu no estudo relatórios de sustentabilidade publicados por organizações portuguesas. Numa primeira fase tentou-se a análise detalhada de um documento, incorporando uma entrevista presencial com a equipa responsável pela elaboração do mesmo. Essa abordagem foi abandonada pelo carácter redutor que constituía analisar detalhadamente e qualitativamente a performance de uma determinada organização em matéria de sustentabilidade e pela impossibilidade de realização da referida entrevista em tempo útil. Optou-se então por uma análise comparativa entre a abordagem que duas organizações de setores e dimensões distintos tiveram às mesmas Diretrizes da GRI, procurando-se verificar a versatilidade das mesmas para serem aplicadas a qualquer tipo de organização.

#### **1.4. Estrutura**

O presente relatório encontra-se estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro a presente introdução.

Procurando traduzir nos capítulos a abordagem realizada, no segundo capítulo efetua-se a revisão bibliográfica ao conceito de sustentabilidade e à evolução cronológica das versões dos referenciais da GRI.

O terceiro capítulo incorpora a análise e resumo das Diretrizes da GRI, indicando a sequência dos passos a tomar do ponto de vista de uma equipa a elaborar um relatório. Aqui se inclui os princípios a atender, a informação padrão que deverá ser alvo de análise para todos os aspetos relacionados com a sustentabilidade e o processo de seleção dos aspetos materiais para a organização emissora.

O quinto capítulo consiste na análise gráfica da base de dados da GRI, para Portugal e para o Mundo, através da qual se avaliam tendências de aplicação da Diretrizes e das escolhas que estas preconizam que fiquem a cargo da organização.

No quinto capítulo procede-se à comparação das abordagens tidas por duas organizações portuguesas aquando da elaboração dos seus relatórios de sustentabilidade de 2014, a Galp Energia e a NANIUM.

No sexto capítulo tecem-se as considerações finais resultantes da elaboração do presente trabalho.



## 2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Organização das Nações Unidas (ONU) constitui-se em 1945 com o intuito de manter a paz em todo o mundo<sup>1</sup>, através da paz, direitos humanos e desenvolvimento socioeconómico equitativo. Nessa altura o ambiente não constituía uma preocupação comum e só a partir do final da década de 60, inícios da década de 70, é que começaram a surgir as discussões sobre o desenvolvimento sustentável. A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, direccionou as suas abordagens para o ambiente sustentável e destacou os problemas da pobreza e do crescimento excessivo da população. Traçou metas ambientais e sociais, cujos resultados acabaram por constituir a Declaração sobre o Ambiente Humano, ou a Declaração de Estocolmo. Foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a sociedade foi alertada para a degradação da natureza causada pela ação humana, com severos riscos para o seu bem-estar e para a sua própria sobrevivência (Machado, Santos, & Souza, 2006). Dentro desta problemática, surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável, com origens na noção de sociedade sustentável (Brown, 1981) e na gestão dos recursos renováveis e não-renováveis. Em 1980, A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) publicou a Estratégia de Conservação Mundial (WCS) que determinou um precursor do conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1983, foi criada a Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) que adotou o conceito e acrescentou a palavra “sustentabilidade” aos discursos políticos, públicos e académicos (Imran, Alan, & Beaumont, 2014). Em 1987 foi publicado o relatório “O Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, e em 1989 teve lugar a Convenção de Basileia, cujo objetivo foi o de contribuir para a proteção do ambiente no domínio dos resíduos, através de um controlo mais rigoroso dos movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e da sua eliminação. O conceito foi então definido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras” (WCED, 1987) (Bojo, Mäler, & Unemo, 1992).

Considerando outras perspetivas e evoluções históricas, o Relatório Brundtland, define o conceito mais correntemente aceite de Desenvolvimento Sustentável e a sua grande contribuição prende-se na confirmação da interdependência entre as vertentes do

---

<sup>1</sup> <https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/26499>, acesso em 17 outubro 2016

desenvolvimento, nomeadamente pelos três pilares essenciais: Económico, Ambiental e Social, como se pode constatar na Figura 1:

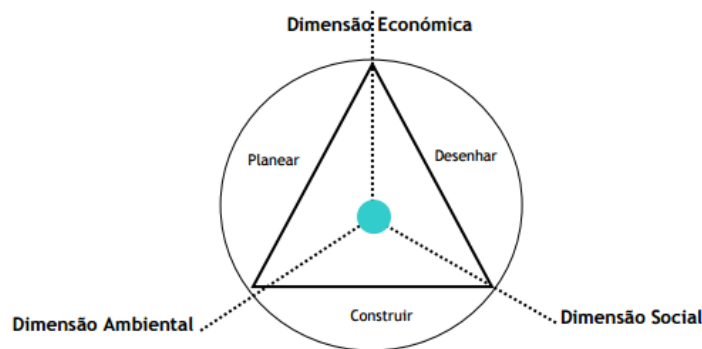


Figura 1 - Pilares de Desenvolvimento Sustentável  
Fonte: Adaptado de (Brandon, Lombardi, & Bentivega, 1997)

Apesar de ser possível encontrar uma grande diversidade de definições, dependendo do contexto temporal e científico, é aparente um nível de consenso relativamente ao seu significado. Existem quer nos círculos académicos, quer nos políticos, opiniões divergentes sob o seu conceito e a sua aplicabilidade (Cocklin, 1995; Pezzoli, 1997; Banuri, et al., 2001; Robinson & Herbert, 2001; Dieguez, Amador, & Porfirio, 2012). Contudo, no atual sistema de desenvolvimento da sociedade o novo processo deve garantir que seja a componente ambiental a assumir o papel determinante nas futuras ações (Amado, 2005). O compromisso que se coloca no futuro próximo prende-se com a integração dos seus princípios em todas as áreas de política e da ação.

É exigido que o compromisso da economia global passe pela rentabilidade a longo prazo, mas assente no comportamento ético, na justiça social e na preocupação ambiental (Pinto, 2014). Neste sentido, a avaliação do desempenho é encarada não só sob o no domínio económico, mas também nos domínios social e ambiental, formando o conceito de *triple bottom line* (Belo, 2014).

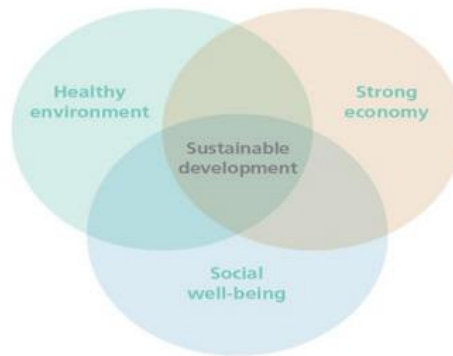


Figura 2 - Triple bottom line

Fonte: <http://sustainability.suncor.com/2013/en/about/what-guides-us.aspx>, acesso em 18-11-2015

Um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável implica escolhas e formas de pensar que sejam novas e aportem valor. Se o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia contribui, por um lado, para o crescimento económico, por outro lado pode contribuir para solucionar os riscos e as ameaças à sustentabilidade das nossas relações sociais, do meio ambiente e das economias. Os novos conhecimentos e as inovações em tecnologia, gestão e políticas públicas representam um desafio às organizações, fazendo com que estas alterem o impacto que as suas operações, produtos, serviços e atividades têm no planeta, nas pessoas e nas economias (GRI, Diretrizes para a Elaboração do Relatório de Sustentabilidade, 2006).

As organizações tomam decisões diárias que produzem um impacto direto nos seus diversos *stakeholders* e que influenciam o nível de confiança que conseguem obter junto destes. A possibilidade de as empresas divulgarem as suas políticas e os seus ativos intangíveis junto dos mesmos, elementos estes que não se encontram refletidos no Balanço e na Demonstração de Resultados, funciona como fator de diferenciação dos outros atores de mercado, potenciando assim a conquista da confiança junto dos seus *stakeholders*.

BENEFÍCIOS DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	
Internos à organização	Externos à organização
• Aumento da compreensão dos riscos e oportunidades	• Mitigação, ou inversão, dos impactos ambientais, sociais e de governança negativos
• Enfatizar a relação entre o desempenho financeiro e não financeiro	• Melhorar a reputação e lealdade à marca
• Influenciar estratégia de longo prazo de gestão, políticas e planos de negócios	• Possibilitar que as partes interessadas externas entendam o verdadeiro valor da organização e os ativos tangíveis e intangíveis
• Simplificar os processos, reduzir custos e melhorar a eficiência	• Demonstrar como a organização influencia e é influenciada por expectativas sobre o desenvolvimento sustentável
• O benchmarking e avaliação de desempenho de sustentabilidade no que diz respeito às leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias	
• Evitar estar implicado em falhas ambientais, sociais e de governança divulgação pública	
• Comparando o desempenho internamente, entre organizações e entre sectores	

Quadro I - Benefícios da emissão de relatórios de sustentabilidade

Fonte: produção própria, adaptado de <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/reporting-benefits.aspx>, acesso em 22-11-2016

Revela-se assim vital para as empresas conseguir, de forma sistemática, perceber e divulgar os impactos da sua atividade nos fatores críticos para a sustentabilidade, não só da própria organização, mas também de toda a sua envolvente que é afetada pelas decisões tomadas. No sentido de padronizar estas dimensões da atividade das empresas, a Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional sem fins lucrativos, promove o recurso das organizações a relatórios de sustentabilidade como caminho para as organizações se tornarem mais sustentáveis, desenvolvendo uma abrangente estrutura de relatórios que permitem a difusão dos impactos económicos, sociais e ambientais da sua atividade quotidiana de forma estandardizada e transparente.

A GRI apresenta-se como uma entidade de referência na abordagem do tema do relato de sustentabilidade, promovendo o uso de relatórios de sustentabilidade como meio das organizações se tornarem mais sustentáveis (Lopes, 2012).

A utilização e divulgação de relatórios de sustentabilidade por parte das organizações permite às mesmas medir, compreender e comunicar os seus valores e modelo de gestão bem como o seu desempenho nas vertentes económicas, sociais, ambientais e de gestão, para assim estabelecer metas e orientar o desenvolvimento destas vertentes de forma mais eficaz.

Os referenciais desenvolvidos pela Global Reporting Initiative são, em matéria de sustentabilidade, aqueles que se encontram mais acreditados, difundidos e utilizados no mundo (Pinto, 2014). A primeira versão deste referencial data de 2000, tendo vindo a sofrer evoluções e atualizações que evidenciam a atualidade e pertinência enquanto ferramenta das organizações.

As diretrizes da GRI para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade abordam os três pilares interrelacionados da sustentabilidade, a saber: i) o desempenho económico, ii) o desempenho ambiental e iii) o desempenho social das organizações. A aplicação das diretrizes da GRI e a adoção de medidas pretendem incrementar, nas organizações, a produtividade e o seu reconhecimento de mercado, os apoios locais e nacionais, as vendas e a atração de novos investidores (GRI; IFC, 2009).



Figura 3 - Versões das Diretrizes GRI desde 2000

Fonte: adaptado de (Kiroyan, 2015)

Atualmente encontra-se em vigor a quinta geração de referenciais GRI denominada de “G4”, que define as linhas da elaboração de relatórios de sustentabilidade para organizações de qualquer dimensão e setor. A introdução de cada versão mais recente implica um período de

transição, sendo que todos os relatórios publicados após 31 de dezembro de 2015 terão de obedecer ao referencial GRI-G4 para serem considerados conformes pela Global Reporting Initiative.

Entre as 250 maiores organizações a nível mundial, 92% relatam a sua performance em matéria de sustentabilidade, sendo 74% desses relatórios elaborados recorrendo às Diretrizes da GRI (GRI, GRI Sustainability Reporting Standards, 2016).



## 3 – REFERENCIAL GRI-G4

### 3.1. Princípios para o relato

Atualmente existe uma quantidade crescente de organizações que procuram, para além da rentabilidade de longo prazo, tornar as suas operações sustentáveis por intermédio da adoção de políticas de justiça social e proteção ambiental. Esta procura é acompanhada pelo aumento da consciencialização dos *stakeholders* de que é necessário promover uma economia verdadeiramente sustentável.

As Diretrizes GRI fornecem princípios, conteúdos e instruções de implementação, o que possibilita a que as organizações, independentemente da sua dimensão, setor ou geografia, elaborem relatórios de sustentabilidade e divulguem informações sobre a forma de gestão, desempenho económico, ambiental e social bem como os impactos nessas vertentes que resultam da sua atividade.

Estas diretrizes resultam do envolvimento de diversos *stakeholders*, entre os quais representantes de empresas, trabalhadores, sociedade civil e mercados financeiros, auditores e especialistas em diversas áreas, bem como agências reguladoras e governamentais de vários países.

As Diretrizes são disponibilizadas em duas partes:

- Princípios para Relato e Conteúdos Padrão – nesta parte encontra-se os princípios, conteúdos e critérios a serem aplicados para que o relatório possa ser elaborado de acordo com a Diretrizes;

e

- Manual de Implementação – consiste na explicação mais detalhada de como aplicar os princípios de relato, como preparar as informações a serem divulgadas e interpretar os diversos conceitos estabelecidos na primeira parte;

As Diretrizes sugerem um processo por etapas para a elaboração de um relatório de sustentabilidade “de acordo” com as mesmas, não sendo este processo vinculativo, mas visando orientar a equipa que tem em mãos a elaboração do referido documento.

As etapas sugeridas são as seguintes:

1 – Obtenção de uma visão geral: consiste na leitura dos **Princípios para Relato e Conteúdos Padrão** e das **Definições de Termos-Chave**, tendo em vista a familiarização da equipa com os conceitos a desenvolver;

2 – Escolha de uma das opções “de acordo”: as Diretrizes disponibilizam duas opções de elaboração de relatórios “de acordo” com as mesmas, nomeadamente a **Essencial** e a **Abrangente**. Ambas se aplicam a organizações de qualquer tipo, setor, dimensão ou geografia e variam essencialmente na quantidade e exaustividade de informação a disponibilizar;

3 – Preparação para divulgação dos Conteúdos Padrão Gerais: em função da opção “de acordo” anteriormente escolhida, a organização deve identificar quais os conteúdos necessários (com atenção para a necessária verificação da presença de Conteúdos Gerais Padrão aplicáveis ao setor onde atua) e consultar o Manual de Implementação acerca da forma como os divulgar;

4 - Preparação para divulgação dos Conteúdos Padrão Específicos: os conteúdos padrão específicos consistem em informações relativas à forma de gestão e indicadores, sendo apresentados em Categorias e Aspectos. Neste passo a organização deverá identificar as informações relativas à forma de gestão e indicadores que se relacionem com os Aspectos Materiais bem como verificar a presença de Conteúdos Gerais Específicos aplicáveis ao setor onde atua.

A organização deve planear os processos necessários à divulgação dos conteúdos padrão específicos, de acordo com o Manual de Implementação, incluindo informação de gestão e indicadores relativos aos Aspectos Materiais identificados, sendo que não é necessário incluir no relatório Aspectos que não sejam considerados materiais. Aspectos que sejam considerados materiais pela organização, mas que não façam parte da Lista de Aspectos da GRI também poderão ser incluídos;

5 – Elaboração do Relatório de Sustentabilidade: consiste na apresentação das informações anteriormente preparadas, que podem ter a forma de relatórios eletrónicos disponibilizados na internet ou impressos, ou uma combinação das duas formas de apresentação, como, por exemplo, através da disponibilização de um relatório detalhado no seu site e facultar um resumo impresso que inclua informações sobre a sua estratégia, análise e desempenho.

As organizações devem notificar a GRI, no momento da sua publicação, se o relatório apresentado estiver “de acordo” com as Diretrizes (tanto na opção Essencial ou Abrangente) ou se o relatório apresentar conteúdos extraídos das Diretrizes, mas não satisfizer todos os requisitos para ser considerados “de acordo” com uma das duas opções (neste caso o relatório deverá conter uma declaração com a lista de conteúdos elaborados segundo as Diretrizes e da sua localização no relatório). Ao notificar, as organizações deverão disponibilizar uma cópia em formato impresso e/ou eletrônico.

### 3.2. Princípios para a definição do conteúdo do relatório

Os princípios que devem servir de base à seleção do conteúdo, a seguir descritos, foram desenvolvidos para serem utilizados de forma combinada de modo a identificar a informação que será relevante e assim passível de ser incorporada no relatório de sustentabilidade da organização:

#### 1- Inclusão de *Stakeholders*:

**Princípio:** “A organização deve identificar os seus *stakeholders* e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes.” (GRI, 2015)

Os *stakeholders* referem-se a todos os indivíduos ou entidades cujas ações tendem a afetar a capacidade da organização de materializar as suas estratégias e atingir os seus objetivos ou todos indivíduos ou entidades que possam ser vir a ser afetados pelos produtos, serviços e atividades da organização. Este grupo pode incluir tanto a sociedade civil, comunidades locais, órgãos de soberania, por exemplo, bem como aqueles que se encontram diretamente ligados às operações da organização, tais como acionistas, trabalhadores e fornecedores, entre outros.

Todos estes *stakeholders* têm expectativas e interesses que, numa perspectiva razoável, constituem uma referência fundamental no processo de seleção do conteúdo do Relatório. A obtenção de um nível de detalhe adequado que possa permitir que o Relatório de Sustentabilidade constitua uma ferramenta útil para uma ampla gama de *stakeholders* é uma preocupação que deverá ser tida em conta aquando da elaboração do mesmo.

Para tal, o envolvimento dos *stakeholders* (que as Diretrizes definem como “engajamento de *stakeholders*”) ao nível da elaboração do Relatório, com a adoção de mecanismos de consulta dos mesmos, ajuda a que a organização possa ter uma perspectiva das expectativas e

interesses razoáveis e legitimamente estabelecidos que estes possuem. É assim naturalmente possível que a organização se depare com pontos de vista antagónicos e perspetivas distintas provenientes de diversos *stakeholders*, devendo estar preparada para publicitar e detalhar a forma como os equilibrou no processo de tomada de decisões na elaboração do Relatório. Este envolvimento acrescenta também uma vertente de utilidade ao Relatório de Sustentabilidade, na medida em que os *stakeholders*, aquando devidamente participativos no processo de elaboração, podem encarar o mesmo numa perspetiva de prestação de contas face aos *inputs* com que contribuíram, fortalecendo assim a relação de confiança entre a organização e os seus *stakeholders* e, por consequência, fortalecendo o próprio Relatório de Sustentabilidade (GRI, 2015).

A má aplicação deste princípio, resultante numa incorreta identificação dos *stakeholders* ou de um envolvimento dos mesmos de forma ineficaz traduzir-se-á num relatório possivelmente desadequado, perdendo-se a sua utilidade enquanto ferramenta quer na perspetiva das organizações quer na dos seus *stakeholders* a quem o Relatório se destina.

## 2- Contexto da Sustentabilidade:

**Princípio:** “O relatório deve descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.” (GRI, 2015)

O objetivo principal subjacente à elaboração de Relatórios de Sustentabilidade por parte de uma organização é indicar de que forma esta se encontra a contribuir ou pretende contribuir no futuro para o impacto nas condições económicas, ambientais e sociais. Esta informação deve ser, no entanto, contextualizada para além do contributo individual e singular da organização na realidade mais ampla a nível local, regional, global e do setor em que se insere.

Um exemplo desta contextualização será a organização incluir no seu Relatório, para além dos impactos ao nível ambiental resultantes das suas atividades, uma comparação entre a sua carga de poluição e a capacidade de o ecossistema local absorver o poluente em causa. Se em termos de questões ambientais esta contextualização será mais evidente, também a nível económico e social pode ser materializada, por exemplo comparando as condições salariais atribuídas aos colaboradores com as condições mínimas e médias do país ou do setor em que se insere (GRI, 2015).

### 3- Materialidade

**Princípio:** “O relatório deve abordar Aspectos que:

- Reflitam os impactos económicos, ambientais e sociais significativos da organização;  
ou
- Possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de stakeholders.”  
(GRI, 2015)

A materialidade é o limiar a partir do qual a informação passível de ser relatada é considerada relevante quer em termos dos impactos nas vertentes económica, ambiental e social que em termos importância que os diversos *stakeholders* lhe atribuem para a avaliação e tomada de decisões relativa à organização.

No processo de determinação se um determinado Aspecto é material deve ser tida em linha de conta uma combinação de fatores internos e externos à organização, inclusivamente considerando a missão e a estratégia competitiva, preocupações demonstradas por *stakeholders* e os *inputs* recebidos de clientes e fornecedores.

Dentro dos Aspectos considerados materiais e, portanto, além do limiar atrás indicado, nem todos os Aspectos terão o mesmo grau de relevância, sendo que a organização os deve priorizar em função da relevância, atribuindo a cada qual um grau de destaque no Relatório condizente com essa relevância relativa. A processo pelo qual a priorização dos Aspectos foi determinada deve ser explicado, conforme adiante detalhado no Processo para Definição de Conteúdos Materiais e Limites. (GRI, 2015)

### 4- Completude

**Princípio:** “A cobertura de Aspectos materiais e seus limites deve ser suficientemente ampla para refletir impactos económicos, ambientais e sociais significativos e permitir que *stakeholders* avaliem o desempenho da organização no período analisado.” (GRI, 2015)

O princípio da completude relaciona-se com a exaustividade da informação contida no Relatório de Sustentabilidade e procura garantir que os dados constantes incluam todos aqueles que se refletem nos impactos económicos, ambientais e sociais da organização.

Neste princípio estão envolvidas três vertentes essenciais: Escopo, Limite do Aspecto e Tempo.

O Escopo diz respeito ao espectro de Aspectos de sustentabilidade abordados num relatório, que deve ser suficiente amplo para refletir os impactos económicos, ambientais e sociais da organização significativos da organização, de modo a permitir que os *stakeholders* avaliem o desempenho da mesma nesta vertente.

O Limite do Aspecto refere-se à definição das fronteiras onde ocorrem os referidos impactos, devendo ser considerados os internos e os externos à organização.

A vertente do Tempo reflete-se na necessidade que as informações selecionadas sejam exaustivas para o período abrangido pelo relatório. Devem assim ser relatadas atividades passadas cujo impacto se prolongue para o período abrangido e atividades presentes cujo impacto se irá também previsivelmente manifestar além do período abrangido, tendo em vista a manutenção do seu relato em versões futuras. (GRI, 2015)

### 3.3. Princípios para assegurar a qualidade do relatório

Os princípios que devem ser tidos em conta e que determinam a qualidade do Relatório são os seguintes:

#### 1- Equilíbrio

**Princípio:** O relatório deve refletir Aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do seu desempenho geral. (GRI, 2015)

#### 2- Comparabilidade

**Princípio:** A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que permita aos *stakeholders* analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises relacionadas a outras organizações. (GRI, 2015)

#### 3- Exatidão

**Princípio:** As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* possam avaliar o desempenho da organização relatora. (GRI, 2015)

## 4- Tempestividade

**Princípio:** A organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentadas. (GRI, 2015)

## 5- Clareza

**Princípio:** A organização deve disponibilizar as informações de forma compreensível e acessível aos *stakeholders* que usam o relatório. (GRI, 2015)

## 6- Confiabilidade

**Princípio:** A organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e divulgar as informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações. (GRI, 2015)

### 3.4. Opções “de acordo”

As Diretrizes possibilitam duas opções de relatório “de acordo” com as mesmas, conforme atrás referido, que são a opção **Essencial** e **Abrangente**. Estas variam nos conteúdos requeridos, sendo a opção Abrangente mais exaustiva, estando nos Quadros II e III indicados os Conteúdos Padrão Gerais necessários e os Conteúdos Gerais Específicos para cada uma das opções:

TABELA 3: CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS NECESSÁRIOS		
Conteúdos Padrão Gerais	“De acordo”– Essencial (Essas informações devem ser divulgadas em todos os casos)	“De acordo”– Abrangente (Essas informações devem ser divulgadas em todos os casos)
Estratégia e Análise	G4-1	G4-1, G4-2
Perfil Organizacional	G4-3 a G4-16	G4-3 a G4-16
Aspectos Materiais Identificados e Limites	G4-17 a G4-23	G4-17 a G4-23
Engajamento de <i>Stakeholders</i>	G4-24 a G4-27	G4-24 a G4-27
Perfil do Relatório	G4-28 a G4-33	G4-28 a G4-33
Governança	G4-34	G4-34 G4-35 a G4-55(*)
Ética e Integridade	G4-56	G4-56 G4-57 a G4-58(*)
Conteúdos Setoriais Gerais	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua (*)</i>	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua (*)</i>

#### Quadro II - Conteúdos Padrão Gerais por opção "de acordo"

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

TABELA 4: CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS NECESSÁRIOS (INFORMAÇÕES SOBRE A FORMA DE GESTÃO E INDICADORES)		
Conteúdos Padrão Específicos	“De acordo” – Essencial	“De acordo” – Abrangente
Informações Genéricas sobre a Forma de Gestão	Apenas para Aspectos materiais (*)	Apenas para Aspectos materiais (*)
Indicadores	Pelo menos um indicador relacionado a cada Aspecto material identificado (*)	Todos os indicadores relacionados a cada Aspecto material identificado (*)
Conteúdos Setoriais Específicos	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua e se forem materiais (*)</i>	<i>Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua e se forem materiais (*)</i>

### Quadro III - Conteúdos Padrão Específicos por opção "de acordo"

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

(\*) Razões para Omissões:

Segundo os Princípios para Relato e Conteúdos Padrão e para conteúdos assinalados com (\*) nas tabelas anteriores, algumas razões para omissões podem ser apresentadas em casos excepcionais, devendo para tal ser identificadas as informações omitidas e explicadas as razões pelas quais se deu a omissão, sendo as plausíveis as seguintes:

- Os conteúdos padrão ou o indicador não são aplicáveis, devendo ser divulgada a razão pela qual os conteúdos padrão/indicador não se aplicam;
- As informações encontram-se sujeitas a restrições de confidencialidade específicas, devendo as restrições ser divulgadas pela organização;
- Existência de proibições legais específica, fazendo referência a quais são essas proibições;
- Informações indisponíveis à data de elaboração do relatório, devendo a organização informar as medidas tomadas para a obtenção dos dados e o prazo expectável para a sua concretização.

O mesmo documento indica também que a organização deve reconhecer, no caso de um elevado número de omissões, a impossibilidade de afirmar que o relatório se encontra “de acordo” com as opções Essencial ou Abrangente das Diretrizes.

As Diretrizes preconizam dois tipos de conteúdos padrão: gerais e específicos. A GRI recomenda o uso de verificação externa, segundo a qual a organização submete os conteúdos do relatório a uma entidade externa que os verifica e atesta da sua factualidade através da Declaração de Verificação Externa que, a existir, deve ser parte integrante do relatório. Esta recomendação não constitui, no entanto, um requisito para que o relatório esteja “de acordo” com as Diretrizes.

No Quadro IV encontram-se as entidades acreditadas pela *Global Reporting Initiative* para a realização da verificação externa de relatórios de sustentabilidade “de acordo” com as Diretrizes:

<i>Assurance Provider</i>	<i>Type of Assurance Provider</i>
AENOR	Small consultancy / boutique firm
Banarra	Small consultancy / boutique firm
BDO	Accountant
Bureau Veritas	Engineering firm
Deloitte	Accountant
DHV	Engineering firm
DNV	Engineering firm
ERM	Engineering firm
Ernst & Young	Accountant
Grant Thornton	Accountant
KPMG	Accountant
Lloyds	Accountant
Net Balance	Small consultancy / boutique firm
PricewaterhouseCoopers	Accountant
SGS	Engineering firm
Two Tomorrows	Small consultancy / boutique firm
URS	Engineering firm

Quadro IV - Entidades acreditadas para a realização da verificação externa  
Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

### 3.5. Conteúdos padrão gerais

Os conteúdos padrão gerais aplicam-se a todas as organizações que elaboram relatórios de sustentabilidade de acordo com as Diretrizes da GRI. Os conteúdos a serem relatados variam em função da opção “de acordo” escolhida pela organização e dividem-se em sete partes:

#### G4: RESUMO DOS CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS

ESTRATÉGIA E ANÁLISE										
G4-1	G4-2									
PERFIL ORGANIZACIONAL										
G4-3	G4-4	G4-5	G4-6	G4-7	G4-8	G4-9	G4-10	G4-11	G4-12	G4-13
							UNGC	OCDE/UNGC		
G4-14	G4-15	G4-16								
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES										
G4-17	G4-18	G4-19	G4-20	G4-21	G4-22	G4-23				
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS										
G4-24	G4-25	G4-26	G4-27							
PERFIL DO RELATÓRIO										
G4-28	G4-29	G4-30	G4-31	G4-32	G4-33					
GOVERNANÇA										
G4-34	G4-35	G4-36	G4-37	G4-38	G4-39	G4-40	G4-41	G4-42	G4-43	G4-44
G4-45	G4-46	G4-47	G4-48	G4-49	G4-50	G4-51	G4-52	G4-53	G4-54	G4-55
ÉTICA E INTEGRIDADE										
G4-56	G4-57	G4-58								

#### LEGENDA



Conteúdos Padrão Gerais

Ⓞ Conteúdos padrão gerais requeridos para as duas opções “de acordo” (Essencial ou Abrangente)

OCDE Conexão com as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais

UNGC Conexão com os “Dez Princípios” do Pacto Global das Nações Unidas

Figura 4 - Resumo dos Conteúdos Padrão Gerais

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

A descrição, informação a relatar para cada conteúdo geral padrão encontra-se resumida nos quadros seguintes (Quadros V a VIII):

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS A SEREM RELATADOS					
PARTE	OBJETIVO	CONTEÚDO PADRÃO		OPÇÃO "DE ACORDO"	INFORMAÇÃO A INCLUIR
ESTRATÉGIA E ANÁLISE	Apresentar uma visão estratégica geral da sustentabilidade da organização	G4-1	Declaração do principal tomador de decisão da organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades estratégicas e tópicos fundamentais de curto e médio prazo;</li> <li>• Tendências macroeconômicas ou políticas que afetam a organização;</li> <li>• Principais eventos, realizações e fracassos da organização no período coberto pelo relatório;</li> <li>• Opiniões sobre o desempenho face às metas anteriormente traçadas;</li> <li>• Perspetivas para os principais desafios e metas da organização;</li> <li>• Objetivos para os próximos três a cinco anos;</li> <li>• Outros elementos relativos à abordagem estratégica da organização.</li> </ul>
		G4-2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Abrangente	<p>Principais impactos da organização nos <i>stakeholders</i> :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição dos impactos económicos, ambientais e sociais significativos da organização, bem como desafios e oportunidades associados;</li> <li>• Explicação da abordagem utilizada para a priorização desses desafios e oportunidades;</li> <li>• Principais conclusões sobre o progresso obtido nesses tópicos no período</li> <li>• Descrição dos principais processos estabelecidos para abordar questões relacionadas com o desempenho e mudanças relevantes.</li> </ul> <p>Impactos de tendências, riscos e oportunidades de sustentabilidade sobre as perspetivas de longo prazo e desempenho financeiro da organização:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição dos riscos e oportunidades mais relevantes para a organização decorrentes de tendências de sustentabilidade;</li> <li>• Priorização dos principais tópicos relacionados com a sustentabilidade, como riscos e oportunidades, segundo a sua relevância para a organização;</li> <li>• Resumo de metas, desempenho em relação às metas e lições aprendidas no período coberto pelo relatório;</li> <li>• Metas para o próximo relatório e objetivos e metas de médio prazo relativamente aos principais riscos e oportunidades;</li> <li>• Descrição concisa dos mecanismos de governança adotados especificamente para gerir esses riscos e oportunidades.</li> </ul>
PERFIL ORGANIZACIONAL	Visão geral das características organizacionais	G4-3	Nome da organização	Ambas	
		G4-4	Principais marcas, produtos e serviços	Ambas	
		G4-5	Localização da sede da organização	Ambas	
		G4-6	Número e nome dos países nos quais a organização opera ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade	Ambas	
		G4-7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	Ambas	
		G4-8	Mercados em que a organização atua	Ambas	
		G4-9	Porte da organização	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de empregados;</li> <li>• Número total de operações;</li> <li>• Vendas líquidas ou receita líquida;</li> <li>• Capitalização total discriminada em termos de dívida e património líquido;</li> <li>• Quantidade de produtos ou serviços prestados.</li> </ul>
		G4-10	Mão-de-Obra	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de empregados, discriminados por contrato de trabalho e género;</li> <li>• Número total de empregados próprios, discriminados por tipo de emprego e género;</li> <li>• Força de trabalho total, discriminada por empregados próprios e terceirizados e por género;</li> <li>• Força de trabalho total, discriminada por região e género;</li> <li>• Indicação se uma parte substancial do trabalho da organização é realizada por trabalhadores legalmente reconhecidos como autônomos ou por indivíduos que não sejam empregados próprios ou terceirizados;</li> <li>• Variações significativas no número de empregados (por ex. sazonais);</li> </ul>
		G4-11	Porcentagem de total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	Ambas	
		G4-12	Descrição da cadeia de fornecedores da organização	Ambas	
		G4-13	Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças na localização ou nas operações da organização, tais como abertura, encerramento ou ampliação de instalações;</li> <li>• Mudanças na estrutura de capital social e de outras atividades de formação, manutenção ou alteração de capital;</li> <li>• Mudanças na localização de fornecedores, na estrutura de cadeia de fornecedores ou nas relações com fornecedores.</li> </ul>
		G4-14	Indicação se e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	Ambas	
		G4-15	Listagem das cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental ou social que a organização subscreve ou endossa	Ambas	
G4-16	Listagem da participação em associações e organizações nacionais ou internacionais	Ambas			

Quadro V - Conteúdos Padrão Gerais e respetiva informação a relatar (1/4)

Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS A SEREM RELATADOS					
PARTE	OBJETIVO	CONTEÚDO PADRÃO		OPÇÃO "DE ACORDO"	INFORMAÇÃO A INCLUIR
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES	Visão geral do processo adotado pela organização para definição do conteúdo do relatório	G4-17	Listagem de todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras da organização e eventuais exclusões de algumas destas entidades no conteúdo do relatório	Ambas	
		G4-18	Explicação do processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos Aspectos e implementação dos Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório	Ambas	
		G4-19	Listagem de todos os Aspectos Materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	Ambas	
		G4-20	Relato do Limite do Aspecto dentro da organização para cada Aspecto Material	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicação se o Aspecto é material dentro da organização;</li> <li>Lista de eventuais entidades do ponto G4-17 para as quais o Aspecto não é relevante;</li> <li>Indicação de quaisquer limitações específica relacionadas com o Limite do Aspecto dentro da organização.</li> </ul>
		G4-21	Relato do Limite do Aspecto fora da organização para cada Aspecto Material	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicação se o Aspecto é material fora da organização;</li> <li>Identificação das entidades para as quais o Aspecto é material, com a respetiva localização geográfica;</li> <li>Indicação de quaisquer limitações específica relacionadas com o Limite do Aspecto fora da organização</li> </ul>
		G4-22	Indicação de quaisquer reformulações de informações contidas em relatórios anteriores e os motivos dessas reformulações	Ambas	
		G4-23	Indicação de alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios no que diz respeito a Escopo e Limites de Aspecto	Ambas	
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	Visão geral do envolvimento de stakeholders da organização no decorrer do período coberto pelo relatório	G4-24	Listagem de stakeholders engajados pela organização	Ambas	
		G4-25	Indicação da base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento	Ambas	
		G4-26	Relato da abordagem utilizada para envolvimento dos stakeholders	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Frequência do seu envolvimento, detalhada por tipo e grupo;</li> <li>Indicação de engajamentos que tenham sido realizados especificamente como parte do processo de elaboração do relatório.</li> </ul>
		G4-27	Relato dos principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de stakeholders	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Principais tópicos e preocupações levantadas;</li> <li>Medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, incluindo o relato;</li> <li>Indicação dos grupos de stakeholders que levantaram cada questão e preocupações mencionadas.</li> </ul>
PERFIL DO RELATÓRIO	Informações básicas sobre o relatório, o Sumário de Conteúdo da GRI e a abordagem adotada para garantir a verificação externa	G4-28	Período coberto pelo relatório	Ambas	
		G4-29	Data do relatório anterior mais recente (a existir)	Ambas	
		G4-30	Ciclo de emissão de relatórios	Ambas	
		G4-31	Contacto para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	Ambas	
		G4-32	Sumário do Conteúdo da GRI	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Opção "de acordo" escolhida pela organização;</li> <li>Sumário do Conteúdo GRI para a opção escolhida;</li> <li>Referência ao Relatório de Verificação Externa, caso relatório tenha sido submetido a essa verificação.</li> </ul>
		G4-33	Verificação	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política e prática corrente para submissão do relatório a uma verificação externa;</li> <li>Relação entre a organização e a entidade responsável pela verificação externa;</li> <li>Indicação do mais alto órgão de governança ou alto executivo envolvidos na busca de verificação externa para o relatório de sustentabilidade.</li> </ul>

Quadro VI - Conteúdos Padrão Gerais e respetiva informação a relatar (2/4)  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS A SEREM RELATADOS					
PARTE	OBJETIVO	CONTEÚDO PADRÃO	OPÇÃO "DE ACORDO"	INFORMAÇÃO A INCLUIR	
GOVERNANÇA	Visão geral sobre a estrutura de governança e sua composição, o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança, competências e avaliação de desempenho, remuneração e incentivos	G4-34	Estrutura de governança da organização	Ambas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relato da estrutura de governança da organização, incluindo comitês do mais alto órgão de governança;</li> <li>Comitês responsáveis pela assessoria do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais.</li> </ul>
		G4-35	Relato do processo de delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos sêniores e outros empregados	Abrangente	
		G4-36	Indicação se ocorreu a designação de um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais	Abrangente	
		G4-37	Indicação dos processos de consulta usados entre os stakeholders e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais	Abrangente	
		G4-38	Composição do mais alto órgão de governança e seus comitês	Abrangente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Função executiva ou não executiva;</li> <li>Independência;</li> <li>Mandato dos membros do mais alto órgão de governança;</li> <li>Número e natureza de outras funções e compromissos importantes de cada indivíduo;</li> <li>Gênero;</li> <li>Participação de grupos sociais sub-representados;</li> <li>Competências relacionadas com impactos econômicos, ambientais e sociais;</li> <li>Participação de stakeholders.</li> </ul>
		G4-39	Indicação se o presidente do mais alto órgão de governança é também um diretor executivo	Abrangente	
		G4-40	Relato dos processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança	Abrangente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Critérios utilizados para selecionar e nomear os membros;</li> <li>Se e como a questão da diversidade é considerada;</li> <li>Se e como a questão da independência é considerada;</li> <li>Se e como os conhecimentos e experiência relacionados com tópicos econômicos, ambientais e sociais são considerados;</li> <li>Se e como os stakeholders são envolvidos;</li> </ul>
		G4-41	Relato dos processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e administração de conflitos de interesse	Abrangente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicação se os conflitos de interesse são revelados aos stakeholders.</li> </ul>
		G4-42	Indicação dos papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e executivos sêniores	Abrangente	<ul style="list-style-type: none"> <li>No desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, missão, visão e valores;</li> <li>Na definição de estratégias, políticas e metas relacionadas com impactos econômicos, ambientais e sociais.</li> </ul>
		G4-43	Indicação das medidas tomadas para desenvolver o conhecimento do mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais	Abrangente	
		G4-44	Processo de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais	Abrangente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Processos de avaliação;</li> <li>Medidas tomadas em resposta à avaliação de desempenho.</li> </ul>
		G4-45	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação de impactos, riscos e oportunidades derivados de tópicos econômicos, ambientais e sociais	Abrangente	
		G4-46	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise dos processos de gestão de riscos da organização decorrentes de tópicos econômicos, ambientais e sociais	Abrangente	
		G4-47	Frequência com que o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicos, ambientais e sociais	Abrangente	
		G4-48	Indicação do órgão ou cargo de mais alto nível que aprova formalmente o Relatório de Sustentabilidade da organização	Abrangente	
		G4-49	Descrição do processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança	Abrangente	
		G4-50	Indicação da natureza e do número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e mecanismos adotados na sua abordagem/resolução	Abrangente	
		G4-51	Indicação das políticas de remuneração e incentivos aplicadas ao mais alto órgão de governança e executivos sêniores	Abrangente	
		G4-52	Indicação do processo adotado para a determinação da remuneração	Abrangente	
		G4-53	Relato de como as opiniões dos stakeholders são solicitadas e levadas em conta em relação à remuneração	Abrangente	
G4-54	Proporção de remuneração anual total	Abrangente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicação da proporção da remuneração total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país e a remuneração média anual total de todos os restantes empregados no mesmo país.</li> </ul>		
G4-55	Aumento da remuneração anual total	Abrangente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicação da aumento percentual da remuneração total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país e a aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os restantes empregados no mesmo país.</li> </ul>		

Quadro VII - Conteúdos Padrão Gerais e respetiva informação a relatar (3/4)

Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS A SEREM RELATADOS					
PARTE	OBJETIVO	CONTEÚDO PADRÃO		OPÇÃO "DE ACORDO"	INFORMAÇÃO A INCLUIR
ÉTICA E INTEGRIDADE	Visão geral acerca dos valores, princípios, padrões, normas e mecanismos internos e externos da organização	G4-56	Descrição dos valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	Ambas	
		G4-57	Relato dos mecanismos internos e externos adotados pela organização para obtenção de orientação sobre comportamentos éticos e legislação	Abrangente	
		G4-58	Relato dos mecanismos internos e externos adotados pela organização para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação	Abrangente	

Quadro VIII - Conteúdos Padrão Gerais e respetiva informação a relatar (4/4)  
 Fonte: produção própria

### 3.6. Conteúdos padrão específicos

Os conteúdos padrão específicos englobam as informações acerca da forma de gestão e os indicadores para cada Aspeto.

#### 3.6.1. Informação sobre a Forma de Gestão – DMA (Disclosures on Management Approach)

Esta informação tem como objetivo permitir à organização publicitar como os impactos económicos, ambientais e sociais relativos a Aspetos Materiais são geridos, consistindo em informação narrativa acerca do modo como a organização identifica, analisa e responde aos seus impactos nas vertentes atrás discriminadas, funcionando também como contexto para o desempenho traduzido pelos indicadores.

A orientação das Diretrizes para a divulgação de informação sobre a forma de gestão divide-se em dois grupos: **Genéricas** e **Específicas para cada Aspeto**, sendo as genéricas transversais e passíveis de ser aplicadas a qualquer Aspeto, enquanto que as específicas foram desenvolvidas para fornecer informação mais detalhada acerca da informação a ser relatada para cada Aspeto em concreto.

À data, ainda não foram desenvolvidas orientações para todos os Aspetos Específicos das Diretrizes, estando estas disponíveis apenas para os seguintes Aspetos:

ASPETOS COM ORIENTAÇÕES RELATIVAS À INFORMAÇÃO SOBRE A FORMA DE GESTÃO (DMA)	
• Impactos Económicos Indiretos	• Investimentos
• Práticas de Compra	• Liberdade de Associação e Negociação Coletiva
• Energia	• Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos
• Biodiversidade	• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos
• Emissões	• Comunidades Locais
• Avaliação Ambiental de Fornecedores	• Combate à Corrupção
• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais	• Políticas Públicas
• Emprego	• Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade
• Saúde e Segurança no Trabalho	• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade
• Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	• Saúde e Segurança do Cliente
• Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	• Rotulagem de Produtos e Serviços
• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Laborais	

### Quadro IX - Aspectos com orientações relativas à forma de gestão da organização

Fonte: produção própria

A organização, ao relatar a sua abordagem de gestão, deve utilizar numa primeira fase as orientações genéricas. Se as orientações específicas para Aspectos estiverem disponíveis, de acordo com a lista anterior, deve então estas ser usadas de modo a informar mais detalhadamente a abordagem da gestão para o Aspeto em questão.

#### 3.6.2. Indicadores

Os indicadores dos conteúdos padrão específicos encontram-se organizados em três categorias: Económica, Ambiental e Social. A dimensão económica da sustentabilidade foca-se essencialmente nos impactos da organização nas condições económicas dos seus *stakeholders* e nos sistemas económicos a nível local, nacional e global, não se debruçando sobre a situação financeira da organização.

A Categoria Social divide-se, por sua vez, em quatro subcategorias: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto. Os Aspectos da GRI são estabelecidos dentro de cada categoria, conforme indicado no Quadro X:

**TABELA 5: CATEGORIAS E ASPECTOS NAS DIRETRIZES**

<b>Categoria</b>	<b>Econômica</b>		<b>Ambiental</b>	
<b>Aspectos<sup>IV</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desempenho Econômico</li> <li>• Presença no Mercado</li> <li>• Impactos Econômicos Indiretos</li> <li>• Práticas de Compra</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Materiais</li> <li>• Energia</li> <li>• Água</li> <li>• Biodiversidade</li> <li>• Emissões</li> <li>• Efluentes e Resíduos</li> <li>• Produtos e Serviços</li> <li>• Conformidade</li> <li>• Transportes</li> <li>• Geral</li> <li>• Avaliação Ambiental de Fornecedores</li> <li>• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais</li> </ul>	
<b>Categoria</b>	<b>Social</b>			
<b>Sub-categorias</b>	<b>Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente</b>	<b>Direitos Humanos</b>	<b>Sociedade</b>	<b>Responsabilidade pelo Produto</b>
<b>Aspectos<sup>IV</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego</li> <li>• Relações entre Trabalhadores e Empregadores</li> <li>• Saúde e Segurança no Trabalho</li> <li>• Treinamento e Educação</li> <li>• Diversidade e Igualdade de Oportunidades</li> <li>• Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens</li> <li>• Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas</li> <li>• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos</li> <li>• Não discriminação</li> <li>• Liberdade de Associação e Negociação Coletiva</li> <li>• Trabalho Infantil</li> <li>• Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo</li> <li>• Práticas de Segurança</li> <li>• Direitos Indígenas</li> <li>• Avaliação</li> <li>• Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos</li> <li>• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidades Locais</li> <li>• Combate à Corrupção</li> <li>• Políticas Públicas</li> <li>• Concorrência Desleal</li> <li>• Conformidade</li> <li>• Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade</li> <li>• Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde e Segurança do Cliente</li> <li>• Rotulagem de Produtos e Serviços</li> <li>• Comunicações de Marketing</li> <li>• Privacidade do Cliente</li> <li>• Conformidade</li> </ul>

Quadro X - Distribuição dos Aspectos das Diretrizes em categorias  
 Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

Os conteúdos padrão específicos podem assim ser resumidos de acordo com as Figuras 5 e 6:

### G4: RESUMO DOS CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMA DE GESTÃO				
G4-DMA				
<b>Indicadores por Aspectos</b>				
<b>CATEGORIA: ECONÔMICA</b>				
Desempenho Econômico <span style="float: right;">OCDE</span>				
G4-EC1	G4-EC2	G4-EC3	G4-EC4	
Presença no Mercado				
G4-EC5	G4-EC6			
Impactos Econômicos Indiretos				
G4-EC7	G4-EC8			
Práticas de Compra				
G4-EC9				
<b>CATEGORIA: AMBIENTAL</b> <span style="float: right;">OCDE/UNGC</span>				
Materiais				
G4-EN1	G4-EN2			
Energia				
G4-EN3	G4-EN4	G4-EN5	G4-EN6	G4-EN7
Água				
G4-EN8	G4-EN9	G4-EN10		
Biodiversidade				
G4-EN11	G4-EN12	G4-EN13	G4-EN14	
Emissões				
G4-EN15	G4-EN16	G4-EN17	G4-EN18	G4-EN19
G4-EN20	G4-EN21			
Efluentes e Resíduos				
G4-EN22	G4-EN23	G4-EN24	G4-EN25	G4-EN26
<b>Indicadores por Aspectos</b>				
<b>CATEGORIA: AMBIENTAL</b> <span style="float: right;">OCDE/UNGC</span>				
Produtos e Serviços				
G4-EN27	G4-EN28			
Conformidade				
G4-EN29				
Transportes				
G4-EN30				
Geral				
G4-EN31				
Avaliação Ambiental de Fornecedores				
G4-EN32	G4-EN33			
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais				
G4-EN34				
<b>CATEGORIA: SOCIAL</b>				
<b>PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE</b> <span style="float: right;">OCDE/UNGC</span>				
Emprego				
G4-LA1	G4-LA2	G4-LA3		
Relações Trabalhistas <span style="float: right;">UNGC</span>				
G4-LA4				
Saúde e Segurança no Trabalho <span style="float: right;">OCDE</span>				
G4-LA5	G4-LA6	G4-LA7	G4-LA8	
Treinamento e Educação <span style="float: right;">OCDE</span>				
G4-LA9	G4-LA10	G4-LA11		
Diversidade e Igualdade de Oportunidades				
G4-LA12				
Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens				
G4-LA13				


	Conteúdos padrão específicos	<span style="color: green;">OCDE</span>	Conexão com as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais	<span style="color: green;">UNGC</span>	Conexão com os "Dez Princípios" do Pacto Global das Nações Unidas
---	------------------------------	---	--	---	---

Figura 5 - Resumo dos Conteúdos Padrão Específicos (1/2)

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

## G4: RESUMO DOS CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS (continuação)

Indicadores por Aspectos				
<b>PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE</b> OCDE/UNGC				
Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas				
G4-LA14	G4-LA15			
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas				
G4-LA16				OCDE
<b>DIREITOS HUMANOS</b> OCDE/UNGC				
Investimentos				
G4-HR1	G4-HR2			
Não discriminação				
G4-HR3				OCDE/UNGC
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva				
G4-HR4				OCDE/UNGC
Trabalho Infantil				
G4-HR5				OCDE/UNGC
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo				
G4-HR6				OCDE/UNGC
Práticas de Segurança				
G4-HR7				
Direitos Indígenas				
G4-HR8				
Avaliação				
G4-HR9				
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos				
G4-HR10	G4-HR11			
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos				
G4-HR12				
<b>SOCIEDADE</b>				
Comunidades Locais				
G4-SO1	G4-SO2			OCDE/UNGC
Combate à Corrupção				
G4-SO3	G4-SO4	G4-SO5		OCDE/UNGC
Políticas Públicas				
G4-SO6				OCDE/UNGC
Concorrência Desleal				
G4-SO7				OCDE
Conformidade				
G4-SO8				OCDE
Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade				
G4-SO9	G4-SO10			OCDE
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade				
G4-SO11				OCDE
<b>RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO</b> OCDE				
Saúde e Segurança do Cliente				
G4-PR1	G4-PR2			OCDE
Rotulagem de Produtos e Serviços				
G4-PR3	G4-PR4	G4-PR5		
Comunicações de Marketing				
G4-PR6	G4-PR7			
Privacidade do cliente				
G4-PR8				
Conformidade				
G4-PR9				

### LEGENDA

	Conteúdos padrão específicos	<b>OCDE</b>	Conexão com as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais	<b>UNGC</b>	Conexão com os "Dez Princípios" do Pacto Global das Nações Unidas
---	------------------------------	-------------	--	-------------	---

Figura 6 - Resumo dos Conteúdos Padrão Específicos (2/2)  
Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

A descrição, informação a relatar para cada indicador encontra-se resumida nos Quadros XI a XXI:

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS				
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR
ECONÓMICA	Desempenho Económico	G4-EC1	Valor económico direto gerado e distribuído	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor económico direto gerado:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Receitas;</li> </ul> </li> <li>• Valor económico distribuído:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Custos operacionais;</li> <li>- Salários e benefícios de empregados;</li> <li>- Pagamentos a provedores de capital;</li> <li>- Pagamentos ao governo (por país);</li> <li>- Investimentos comunitários;</li> </ul> </li> <li>• Valor económico retido.</li> </ul>
		G4-EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrências de mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição do risco ou oportunidade e sua classificação;</li> <li>• Descrição do impacto associado ao risco ou oportunidade;</li> <li>• Implicações financeiras do risco ou oportunidade antes de serem tomadas medidas;</li> <li>• Métodos utilizados para gerir o risco ou oportunidade;</li> <li>• Custos de medidas tomadas para gerir o risco ou oportunidade.</li> </ul>
		G4-EC3	Cobertura das organizações previstas no plano de pensão de benefício da organização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor estimado das obrigações do plano que estejam diretamente cobertas pelos recursos gerais da organização;</li> <li>• Descrição do fundo específico para pagamento do plano de pensões, a existir;</li> <li>• Estratégia da organização para a cobertura completa do plano de pensões;</li> <li>• Percentual de salário contribuído pelo empregado ou empregador;</li> <li>• Nível de participação em planos de aposentadoria.</li> </ul>
		G4-EC4	Assistência financeira recebida do governo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor monetário total da ajuda financeira recebida pela organização de governos no decorrer do período coberto pelo relatório, discriminado por país;</li> <li>• Indicação se e até que ponto o governo participa da estrutura acionista da organização.</li> </ul>
	Presença no Mercado	G4-EC5	Variação da proporção do salário mais baixo, discriminada por género, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variação entre o salário mais baixo por género em unidades operacionais importantes e o salário mínimo;</li> <li>• Variação de salários mínimos entre unidades operacionais importantes;</li> <li>• Definição utilizada para "unidades operacionais importantes".</li> </ul>
		G4-EC6	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de membros da alta direção contratados na comunidade local;</li> <li>• Definição utilizada para "unidades operacionais importantes";</li> <li>• Definição utilizada para "membros da alta direção";</li> <li>• Limites geográficos considerados para "comunidade local".</li> </ul>
	Impactos Económicos Indiretos	G4-EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível de desenvolvimento de investimentos significativos em infraestrutura e serviços apoiados;</li> <li>• Impactos atuais ou esperados sobre comunidades e economias locais;</li> <li>• Indicação se os investimentos e serviços são comerciais, em espécie ou gratuitos.</li> </ul>
		G4-EC8	Impactos económicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relato de exemplos identificados de impactos económicos indiretos significativos da organização, tanto positivos como negativos, tais como:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mudanças na produtividade de organização, setores ou da economia;</li> <li>- Desenvolvimento económico de áreas com alto índice de pobreza;</li> <li>- Disponibilidade de produto e serviços para pessoas de baixos rendimentos;</li> </ul> </li> <li>- Fortalecimentos das competências e conhecimentos de uma comunidade profissional ou região geográfica;</li> <li>- Empregos indiretos na cadeia de fornecedores ou distribuição;</li> <li>- Estímulo, viabilização ou restrição a investimentos externos diretos;</li> <li>- Impacto económico de mudanças no local de operações;</li> <li>- Impacto económico do uso de produtos e serviços.</li> <li>• Grau de importância dos impactos no contexto de referências externas e prioridades para os <i>stakeholders</i>.</li> </ul>
	Práticas de Compra	G4-EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem do orçamento de compras e contratos gasta pelas unidades operacionais importantes que é gasto com fornecedores locais;</li> <li>• Definição utilizada para "unidades operacionais importantes";</li> <li>• Limites geográficos considerados para "comunidade local".</li> </ul>

Quadro XI - Conteúdos Padrão Específicos da categoria económica

Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS					
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR	
AMBIENTAL	Materiais		G4-EN1	Materiais usados, discriminados por peso ou volume	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peso ou volume total de materiais usados na produção e embalagem dos principais produtos e serviços da organização no decorrer do período coberto pelo relatório, discriminados por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Materiais não-renováveis utilizados;</li> <li>- Materiais renováveis utilizados.</li> </ul> </li> </ul>
			G4-EN2	Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de materiais reciclados utilizados na fabricação dos principais produtos e serviços da organização.</li> </ul>
	Energia		G4-EN3	Consumo de energia dentro da organização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consumo total de combustíveis oriundos de fontes não-renováveis, incluindo os tipos de combustíveis usados;</li> <li>• Consumo total de combustíveis oriundos de fontes renováveis, incluindo os tipos de combustíveis usados;</li> <li>• Total de consumo de:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Eletricidade;</li> <li>- Aquecimento;</li> <li>- Refrigeração;</li> <li>- Vapor.</li> </ul> </li> <li>• Total vendido de:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Energia elétrica;</li> <li>- Refrigeração;</li> <li>- Vapor.</li> </ul> </li> <li>• Consumo total de energia;</li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>
			G4-EN4	Consumo de energia fora da organização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Energia consumida fora da organização;</li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>
			G4-EN5	Intensidade energética	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de intensidade energética;</li> <li>• Indicação da métrica específica escolhida pela organização para calcular essa</li> <li>• Tipos de energia incluídos na taxa de intensidade;</li> <li>• Indicação se a taxa é calculada com a energia consumida dentro da organização, fora dela ou ambas.</li> </ul>
			G4-EN6	Redução do consumo de energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relato do volume das reduções de consumo de energia obtidas diretamente decorrentes de melhoria na conservação e eficiência;</li> <li>• Tipos de energia incluídos nas reduções;</li> <li>• Indicação da base utilizada para o cálculo das reduções, como ano de referência ou linha de base, bem como as razões para a sua escolha;</li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>
			G4-EN7	Reduções nos requisitos de energia relacionados com produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relato das reduções de requisitos de energia de produtos e serviços vendidos durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>• Indicação da base utilizada para o cálculo das reduções, como ano de referência ou linha de base, bem como as razões para a sua escolha;</li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>
			G4-EN8	Total de retirada de água por fonte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume total de água retirada das seguintes fontes:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Águas superficiais;</li> <li>- Águas subterrâneas;</li> <li>- Águas pluviais diretamente recolhidas e armazenadas pela organização;</li> <li>- Efluentes de outra organização;</li> <li>- Abastecimento municipal de água ou outras empresas do ramo.</li> </ul> </li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>
	Água		G4-EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água, por tipo:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho da fonte hídrica;</li> <li>- Indicação se a fonte é ou não designada como área protegida;</li> <li>- Valor para a biodiversidade;</li> <li>- Valor ou importância da fonte hídrica para comunidades locais ou povos indígenas.</li> </ul> </li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>
			G4-EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume total de água reciclada e reutilizada pela organização;</li> <li>• Volume total de água reciclada e reutilizada como percentagem do total de água retirada (G4-EN8);</li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>

Quadro XII - Conteúdos Padrão Específicos da categoria ambiental (1/4)  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS				
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR
AMBIENTAL (cont.)	Biodiversidade		G4-EN11 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicação das seguintes informações para cada unidade operacional indicada:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização geográfica;</li> <li>- Áreas subsuperficiais e subterrâneas;</li> <li>- Posição em relação à área protegida ou de alto valor;</li> <li>- Tipo de operação;</li> <li>- Tamanho da área operacional;</li> <li>- Valor para a biodiversidade.</li> </ul> </li> </ul>
			G4-EN12 Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Natureza de impactos diretos e indiretos significativos sobre a biodiversidade em relação a um ou mais dos seguintes fatores:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção ou uso de fábricas, minas e infraestruturas de transporte;</li> <li>- Poluição;</li> <li>- Introdução de espécies invasoras, organismos nocivos e agentes patogênicos;</li> <li>- Redução de espécies;</li> <li>- Conversão de habitats;</li> <li>- Mudanças em processos ecológicos fora da faixa natural de variação.</li> </ul> </li> <li>Impactos diretos ou indiretos significativos em relação a:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Espécies afetadas;</li> <li>- Extensão de áreas impactadas;</li> <li>- Duração dos impactos;</li> <li>- Reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos.</li> </ul> </li> </ul>
			G4-EN13 Habitats protegidos ou restaurados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tamanho e localização de todas as áreas de habitat protegido ou restaurado e se o sucesso das medidas de restauração foi atestado por especialistas independentes;</li> <li>Indicação da existência de parcerias com terceiros para proteger ou restaurar áreas de habitat diferentes daquelas em que a organização supervisionou e implementou medidas de restauração ou proteção;</li> <li>Status de cada área com base na sua condição no final do período coberto pelo relatório;</li> <li>Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>
			G4-EN14 Número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número total de espécies que se enquadram, discriminadas por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criticamente ameaçadas de extinção;</li> <li>- Ameaçadas de extinção;</li> <li>- Vulneráveis;</li> <li>- Quase ameaçadas;</li> <li>- Pouco preocupantes.</li> </ul> </li> </ul>
	Emissões		G4-EN15 Emissões diretas de gases de efeito estufa GEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissões diretas brutas de GEE;</li> <li>Gases incluídos nos cálculos;</li> <li>Emissões biogênicas de CO<sub>2</sub> separadamente das emissões diretas brutas;</li> <li>Indicação do ano base escolhido, justificativo da sua escolha e emissões no ano base;</li> <li>Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> <li>Relato dos fatores de emissão usados e as taxas de potencial de aquecimento global usadas;</li> <li>Relato da abordagem de consolidação escolhida para as emissões.</li> </ul>
			G4-EN16 Emissões indiretas de GEE provenientes da aquisição de energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissões indiretas brutas de GEE provenientes da aquisição de energia;</li> <li>Gases incluídos nos cálculos;</li> <li>Indicação do ano base escolhido, justificativo da sua escolha e emissões no ano base;</li> <li>Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> <li>Relato dos fatores de emissão usados e as taxas de potencial de aquecimento global usadas;</li> <li>Relato da abordagem de consolidação escolhida para as emissões.</li> </ul>
			G4-EN17 Outras emissões indiretas de GEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emissões indiretas brutas de GEE provenientes da geração de energia elétrica, aquecimento, refrigeração e vapor comprados e consumidos pela organização;</li> <li>Gases incluídos nos cálculos;</li> <li>Indicação de outras categorias de emissões indiretas e atividades incluídas no cálculo;</li> <li>Indicação do ano base escolhido, justificativo da sua escolha e emissões no ano base;</li> <li>Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> <li>Relato dos fatores de emissão usados e as taxas de potencial de aquecimento global usadas;</li> <li>Relato da abordagem de consolidação escolhida para as emissões.</li> </ul>

Quadro XIII - Conteúdos Padrão Específicos da categoria ambiental (2/4)  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS					
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR	
AMBIENTAL (cont.)	Emissões (cont.)	G4-EN18	Intensidade de emissões de GEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de intensidade de emissões de GEE;</li> <li>• Métrica específica escolhida para calcular o índice;</li> <li>• Tipos de emissões de GEE incluídos no índice de intensidade: diretas, indiretas provenientes da aquisição de energia ou outras emissões indiretas;</li> <li>• Gases incluídos nos cálculos;</li> </ul>	
		G4-EN19	Redução das emissões de GEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume de reduções de emissões de GEE obtidas como resultado direto de iniciativa de redução de emissões;</li> <li>• Gases incluídos nos cálculos;</li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas;</li> <li>• Indicação se as reduções de emissões de GEE foram obtidos para emissões diretas, indiretas provenientes da aquisição de energia ou outras emissões indiretas.</li> </ul>	
		G4-EN20	Emissão de substâncias que destroem a camada de ozono (SDO)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toneladas de CFC-11 equivalente produzidas, importadas e exportadas;</li> <li>• Substâncias incluídas no cálculo;</li> <li>• Fonte dos fatores de emissão utilizados;</li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>	
		G4-EN21	Emissões de NO <sub>x</sub> , SO <sub>x</sub> e outras emissões atmosféricas significativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume de emissões atmosféricas significativas, para cada uma das seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> <li>- NO<sub>x</sub>;</li> <li>- SO<sub>x</sub>;</li> <li>- Poluentes orgânicos persistentes (POP);</li> <li>- Compostos orgânicos voláteis (COV);</li> <li>- Poluentes atmosféricos perigosos (HAP, do inglês);</li> <li>- Material particulado (MP);</li> <li>- Outras categorias padrão de emissões atmosféricas identificadas em regulamentos.</li> </ul> </li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas;</li> <li>• Fonte dos fatores de emissão utilizados.</li> </ul>	
	Efluentes e Resíduos	G4-EN22	Descarte total de água, discriminado por qualidade e destino	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume total de descarte de água planejadas ou não planejadas por: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Destino;</li> <li>- Qualidade da água e seu método de tratamento;</li> <li>- Se a água foi reutilizada por outra organização.</li> </ul> </li> <li>• Indicação de normas, metodologias e premissas adotadas.</li> </ul>	
		G4-EN23	Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peso total de resíduos perigosos e não perigosos para cada um dos seguintes métodos de disposição: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reutilização;</li> <li>- Reciclagem;</li> <li>- Compostagem;</li> <li>- Recuperação, incluindo recuperação de energia;</li> <li>- Incineração;</li> <li>- Injeção subterrânea de resíduos;</li> <li>- Aterro;</li> <li>- Armazenamento no local;</li> <li>- Outros (a serem especificados pela organização).</li> </ul> </li> <li>• Processo de determinação do método de disposição de resíduos: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Descarte direto pela organização ou por terceiros e se foi confirmado diretamente pela organização;</li> <li>- Informações fornecidas pela empresa contratada responsável pelo disposição de resíduos;</li> <li>- Métodos padronizados utilizados pela empresa contrata responsável pela disposição de resíduos.</li> </ul> </li> </ul>	
		G4-EN24	Número total e volume de vazamentos significativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total e volume de vazamentos significativos registrados;</li> <li>• Para vazamentos mencionados nas demonstrações financeira, indicar as seguintes informações adicionais: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização do vazamento;</li> <li>- Volume do vazamento;</li> <li>- Material do vazamento, categorizado por petróleo, combustível, resíduos, produtos químicos ou outros vazamentos, no solo ou em superfícies hídricas.</li> </ul> </li> <li>• Impacto de vazamentos significativos.</li> </ul>	

Quadro XIV - Conteúdos Padrão Específicos da categoria ambiental (3/4)  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS				
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR
AMBIENTAL (cont.)	Efluentes e Resíduos (cont.)	G4-EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia e percentual de resíduos transportados internacionalmente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peso total de cada um dos seguintes resíduos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Resíduos perigosos transportados;</li> <li>- Resíduos perigosos importados;</li> <li>- Resíduos perigosos exportados;</li> <li>- Resíduos perigosos tratados;</li> </ul> </li> <li>• Percentagem de resíduos transportados internacionalmente.</li> </ul>
		G4-EN26	Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes e drenagem de água realizados pela organização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relato de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água, incluindo informações sobre:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho do corpo d'água e habitat relacionado;</li> <li>- Se o corpo d'água e habitat relacionado é designado como área protegida;</li> <li>- Valor da biodiversidade.</li> </ul> </li> </ul>
	Produtos e Serviços	G4-EN27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relato quantitativo de até que ponto os impactos ambientais causados por produtos e serviços foram mitigados no decorrer do período coberto pelo relatório;</li> <li>• Se valores relacionados com o uso forem utilizados, indicar os pressupostos relacionados com os padrões de consumo ou fatores de normalização adotados.</li> </ul>
		G4-EN28	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, discriminados por categoria de produtos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de produtos e suas embalagens recuperados por cada categoria de produto;</li> <li>• Modo de recolha dos dados usados para a obtenção dessa percentagem.</li> </ul>
	Conformidade	G4-EN29	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência de não conformidade com leis e regulamentos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Multas significativas e sanções não monetárias nos seguintes termos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor monetário total de multas significativas;</li> <li>- Número total de sanções não monetárias;</li> <li>- Processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem.</li> </ul> </li> <li>• Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com leis e regulamentos, apresentar breve declaração desse fato.</li> </ul>
	Transportes	G4-EN30	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transportes dos seus empregados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relato dos impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transportes dos seus empregados</li> <li>• Indicação de como os impactos ambientais decorrentes do transporte de produtos, da força de trabalho e outros bens e materiais são mitigados;</li> <li>• Critérios utilizados para determinação de quais impactos ambientais são significativos.</li> </ul>
	Geral	G4-EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relato dos investimentos e gastos totais da organização com medidas de proteção ambiental, discriminado por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disposição de resíduos, tratamento de emissões e custos de remediação;</li> <li>- Custos de prevenção e gestão ambiental.</li> </ul> </li> </ul>
	Avaliação Ambiental de Fornecedores	G4-EN32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação da percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais.</li> </ul>
		G4-EN33	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto ambiental;</li> <li>• Número de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais significativos reais e potenciais;</li> <li>• Impactos ambientais significativos reais e potenciais identificados na cadeia de fornecimento;</li> <li>• Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais significativos negativos reais e potenciais com os quais foram acordadas melhorias decorrentes da avaliação realizada;</li> <li>• Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais significativos negativos reais e potenciais com os quais a organização encerrou relacionamento com base em avaliações realizadas e por que razão.</li> </ul>
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais	G4-EN34	Número de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais registadas por meio de mecanismo formal durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>• Entre as queixas e reclamações identificadas, quantas delas foram:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processadas durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>- Solucionadas durante o período coberto pelo relatório.</li> </ul> </li> <li>• Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos ambientais registadas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período;</li> </ul>

Quadro XV - Conteúdos Padrão Específicos da categoria ambiental (4/4)

Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS					
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR	
SOCIAL	PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	Emprego	G4-LA1	Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total e taxa de novas contratações de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região;</li> <li>• Número total e taxa de rotatividade de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região;</li> </ul>
			G4-LA2	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Benefícios concedidos regularmente a empregados de tempo integral da organização, mas não a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização. Estes benefícios incluem, pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Seguro de vida;</li> <li>- Plano de saúde;</li> <li>- Auxílio deficiência e invalidez;</li> <li>- Licença maternidade/paternidade;</li> <li>- Fundo de pensão;</li> <li>- Plano de aquisição de ações;</li> <li>- Outros.</li> </ul> </li> <li>• Definição considerada para "unidades operacionais relevantes".</li> </ul>
			G4-LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de empregados com direito a tirar licença de maternidade/paternidade, discriminado por gênero;</li> <li>• Número total de empregados com direito que tiraram licença de maternidade/paternidade, discriminado por gênero;</li> <li>• Número total de empregados com direito retornaram ao trabalho após tirar licença de maternidade/paternidade, discriminado por gênero;</li> <li>• Número total de empregados com direito retornaram ao trabalho após tirar licença de maternidade/paternidade e continuaram empregados 12 meses após o seu retorno, discriminado por gênero;</li> <li>• Taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que tiraram licença de maternidade/paternidade e continuaram empregados 12 meses após o seu retorno, discriminado por gênero;</li> </ul>
		Relações Trabalhistas	G4-LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prazo mínimo, em semanas, de notificação geralmente dado a empregados e seus representantes eleitos antes da implementação de mudanças operacionais significativas que podem afetá-los substancialmente;</li> <li>• Para organizações com acordos coletivos de trabalho, indicação se esses acordos especificam um prazo mínimo de notificação e incluem disposições relativas a consultas e negociações;</li> </ul>
		Saúde e Segurança no Trabalho	G4-LA5	Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível de operação de cada comitê formal de saúde e segurança constituído por empregados de diferentes categorias funcionais dentro da organização;</li> <li>• Percentagem do total da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança constituídos por empregados de diferentes níveis hierárquicos da organização;</li> </ul>
			G4-LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipos de lesões, taxas de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, dias perdidos, a taxa de absentismo e número de óbitos relacionados ao trabalho para o total dos trabalhadores, discriminados por: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Região;</li> <li>- Gênero.</li> </ul> </li> <li>• Tipos de lesões, taxas de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, dias perdidos, a taxa de absentismo e número de óbitos relacionados ao trabalho para trabalhadores autônomos que trabalham no local e cuja segurança geral no ambiente de trabalho é da responsabilidade da organização, discriminados por: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Região;</li> <li>- Gênero.</li> </ul> </li> <li>• Indicação do sistema de normas aplicado ao registro e relato de estatísticas de acidentes.</li> </ul>
			G4-LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação se há empregados envolvidos em atividades ocupacionais que apresentam alta incidência ou alto risco de doenças específicas.</li> </ul>
			G4-LA8	Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação se acordos formais com sindicatos abordam tópicos de saúde e segurança;</li> <li>• Até que ponto, em caso afirmativo e em termos percentuais, os diversos tópicos de saúde e segurança são abordados nesses acordos.</li> </ul>
		Treinamento e Educação	G4-LA9	Número médio de horas de treino por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número médio de horas de treino realizados pelos empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminado por: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gênero;</li> <li>- Categoria funcional.</li> </ul> </li> </ul>
			G4-LA10	Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo e âmbito de programas implementados e a assistência prestada para aperfeiçoar as habilidades dos empregados;</li> <li>• Programas de transição oferecidos para facilitar a continuidade da empregabilidade em caso de aposentadoria ou de rescisão do contrato de trabalho.</li> </ul>
			G4-LA11	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem do total de empregados, discriminados por gênero e categoria funcional, que receberam avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira durante o período coberto pelo relatório.</li> </ul>

Quadro XVI - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (1/6)  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS					
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR		INFORMAÇÃO A INCLUIR
SOCIAL (cont.)	PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE (cont.)	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	G4-LA12	Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de indivíduos que integram órgãos de governança da organização em cada uma das seguintes categorias de diversidade:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gênero;</li> <li>- Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, mais de 50 anos;</li> <li>- Grupos minoritários;</li> <li>- Outros indicadores de diversidade, quando relevantes.</li> </ul> </li> <li>• Percentagem de indivíduos por categoria funcional em cada uma das seguintes categorias de diversidade:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gênero;</li> <li>- Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, mais de 50 anos;</li> <li>- Grupos minoritários;</li> <li>- Outros indicadores de diversidade, quando relevantes.</li> </ul> </li> </ul>
		Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	G4-LA13	Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens em cada categoria funcional, discriminada por unidades operacionais relevantes;</li> <li>• Definição considerada para "unidades operacionais relevantes".</li> </ul>
		Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	G4-LA14	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas.</li> </ul>
			G4-LA15	Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto em relação às práticas trabalhistas;</li> <li>• Número de fornecedores que geram impactos negativos significativos reais e potenciais em relação às práticas trabalhistas;</li> <li>• Indicação dos impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas identificados na cadeia de fornecedores;</li> <li>• Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos negativos significativos reais e potenciais sobre práticas trabalhistas com os quais foram acordadas melhorias decorrentes da avaliação realizada;</li> <li>• Percentagem de fornecedores identificados que geram impactos negativos significativos reais e potenciais em relação às práticas trabalhistas que tiveram contratos rescindidos com base em avaliações e os motivos dessa medida.</li> </ul>
			G4-LA16	Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de queixas e reclamações relacionadas com práticas trabalhistas registradas por meio de mecanismo formal durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>• Entre as queixas e reclamações identificadas, quantas delas foram:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processadas durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>- Solucionadas durante o período coberto pelo relatório.</li> </ul> </li> <li>• Número total de queixas e reclamações relacionadas com práticas trabalhistas registradas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período;</li> </ul>
		DIREITOS HUMANOS	Investimentos	G4-HR1	Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos
	G4-HR2			Número total de horas de treino de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a ASPETOs de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de horas dedicadas, no período coberto pelo relatório, a treino de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a ASPETOs de direitos humanos relevantes para as operações da organização;</li> <li>• Percentagem de empregados treinados, no período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a ASPETOs de direitos humanos relevantes para as operações da organização.</li> </ul>
	Não-Discriminação		G4-HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de casos de discriminação ocorridos durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>• Situação atual dos casos e providências tomadas, com referência a:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Se a organização analisou o caso;</li> <li>- Se um plano de reparação está a ser implementado;</li> <li>- Se o plano de reparação foi implementado e os seus resultados analisados por meio de processo rotineiros de análise da gestão interna;</li> <li>- Se o caso já não se encontra sujeito a medidas corretivas.</li> </ul> </li> </ul>
	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva		G4-HR4	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operações e fornecedores em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar sendo violado ou haja risco significativo de violação, discriminado por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de operação e fornecedor;</li> <li>- Países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco.</li> </ul> </li> <li>• Medidas tomadas pela organização no período coberto pelo relatório no sentido de apoiar o exercício da liberdade de associação e da negociação coletiva.</li> </ul>

Quadro XVII - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (2/6)

Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS				
CAT.	SUB-CAT.	ASPECTO	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR
SOCIAL (cont.)	DIREITOS HUMANOS (cont.)	Trabalho Infantil	G4-HR5 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none"> <li>Operações e fornecedores que possam apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho infantil;</li> <li>- Trabalhadores jovens expostos a trabalho perigoso.</li> </ul> </li> <li>Operações e fornecedores que possam apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho infantil, discriminados por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de operação e fornecedor;</li> <li>- Países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco.</li> </ul> </li> <li>Medidas tomadas pela organização no período coberto pelo relatório no sentido de contribuir para a erradicação efetiva do trabalho infantil.</li> <li>Operações e fornecedores que apresentam riscos significativos de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo, discriminados por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de operação e fornecedor;</li> <li>- Países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco.</li> </ul> </li> <li>Medidas tomadas pela organização no período coberto pelo relatório no sentido de contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.</li> </ul>
		Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	G4-HR6 Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Operações e fornecedores que possam apresentar riscos significativos de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo, discriminados por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de operação e fornecedor;</li> <li>- Países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco.</li> </ul> </li> <li>Medidas tomadas pela organização no período coberto pelo relatório no sentido de contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.</li> </ul>
		Práticas de Segurança	G4-HR7 Percentual do pessoal de segurança que recebeu treino nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentagem do pessoal de segurança que recebeu treino formal nas políticas ou procedimentos específicos de direitos humanos da organização e sua aplicação na segurança;</li> <li>Indicação se os requisitos de treino também se aplicam a empresas contratadas para fornecer pessoal de segurança.</li> </ul>
		Direitos Indígenas	G4-HR8 Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas no decorrer do período coberto pelo relatório;</li> <li>Situação atual dos casos e medidas tomadas, com referência a:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Se a organização analisou o caso;</li> <li>- Se um plano de reparação está a ser implementado;</li> <li>- Se o plano de reparação foi implementado e os seus resultados analisados por meio de processo rotineiros de análise da gestão interna;</li> <li>- Se o caso já não se encontra sujeito a medidas corretivas.</li> </ul> </li> </ul>
		Avaliação	G4-HR9 Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número total e percentagem de operações que foram submetidas a análises ou avaliações de impactos relacionados com direitos humanos.</li> </ul>
		Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	G4-HR10 Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados com direitos humanos.</li> </ul>
			G4-HR11 Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto em direitos humanos;</li> <li>Número de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos;</li> <li>Indicação dos impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos identificados na cadeia de fornecedores;</li> <li>Percentagem de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos com os quais foram acordadas melhorias decorrentes da avaliação realizada;</li> <li>Percentagem de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos que tiveram contratos rescindidos com base em avaliações e os motivos dessa medida.</li> </ul>
		Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos	G4-HR12 Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registadas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos em direitos humanos registadas por meio de mecanismo formal durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>Entre as queixas e reclamações identificadas, quantas delas foram:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processadas durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>- Solucionadas durante o período coberto pelo relatório.</li> </ul> </li> <li>Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos em direitos humanos registadas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período;</li> </ul>

Quadro XVIII - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (3/6)  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS					
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR	
SOCIAL (cont.)	SOCIEDADE	Comunidades Locais	G4-SO1	Percentual de operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de operações que implementaram programas de envolvimento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento local, incluindo, entre outros, o uso de:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliações de impactos sociais, incluindo avaliação de impacto em género, com base em processos participativos;</li> <li>- Avaliações de impactos ambientais e monitorização contínua;</li> <li>- Divulgação pública dos resultados de avaliações de impactos ambientais e sociais;</li> <li>- Programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais;</li> <li>- Planos de envolvimento de <i>stakeholders</i> com o devido mapeamento dessas partes;</li> <li>- Comissões e processos de consulta ampla à comunidade local, incluindo grupos vulneráveis;</li> <li>- Conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança no trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para discutir impactos;</li> <li>- Processos formais de queixas e reclamações por parte de comunidades locais.</li> </ul> </li> </ul>
			G4-SO2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais, incluindo:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização das operações;</li> <li>- Impactos negativos significativos reais e potenciais das operações.</li> </ul> </li> </ul>
		Combate à Corrupção	G4-SO3	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total e percentagem de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados com a corrupção;</li> <li>• Riscos significativos identificados relacionados com a corrupção identificados com base em avaliações de risco.</li> </ul>
			G4-SO4	Comunicação e treino em políticas e procedimentos de combate à corrupção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total e percentagem de membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, discriminados por região;</li> <li>• Número total e percentagem de empregados aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, discriminados por categoria profissional e região;</li> <li>• Número total e percentagem de parceiros comerciais aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, discriminados por tipo de parceiro e região;</li> <li>• Número total e percentagem de membros do órgão de governança que receberam treino no combate à corrupção, discriminados por região;</li> <li>• Número total e percentagem de empregados que receberam treino no combate à corrupção, discriminados por categoria funcional e região.</li> </ul>
			G4-SO5	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total e natureza dos casos confirmados de corrupção;</li> <li>• Número total de casos confirmados em que empregados foram demitidos ou punidos por corrupção;</li> <li>• Número total de casos confirmados em que contratos com parceiros comerciais foram rescindidos ou não renovados decorrente de violações relacionadas com a corrupção;</li> <li>• Indicação da existência de processos judiciais relativos à corrupção movidos contra a organização ou seus empregados no período coberto pelo relatório e o resultados desses processos.</li> </ul>
		Políticas Públicas	G4-SO6	Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor monetário total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, em dinheiro ou espécie, feitas direta ou indiretamente pela organização, discriminado por país e destinatário/beneficiário;</li> <li>• Indicação da forma como o valor monetário de contribuições em espécie foi estimado, se aplicável.</li> </ul>
		Concorrência Desleal	G4-SO7	Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de ações judiciais pendentes ou encerradas durante o período coberto pelo relatório referentes a concorrência desleal e a violações de leis anti-truste e da regulamentação monopólio em que a organização tenha sido identificada como participante;</li> <li>• Principais resultados das ações judiciais concluídas, incluindo quaisquer decisões ou sentenças.</li> </ul>

Quadro XIX - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (4/6)

Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS					
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR	INFORMAÇÃO A INCLUIR	
SOCIAL (cont.)	SOCIEDADE (cont.)	Conformidade	G4-SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Multas e sanções não monetárias significativas, nos seguintes termos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Valor monetário total de multas significativas;</li> <li>- Número total de sanções não monetárias;</li> <li>- Processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem.</li> </ul> </li> <li>• Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com leis e regulamentos, apresentar breve declaração desse fato.</li> <li>• Relato do contexto em que as multas significativas e sanções não monetárias foram aplicadas.</li> </ul>	
		Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade	G4-SO9	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados com impactos na sociedade.</li> <li>• Número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto na sociedade;</li> </ul>
			G4-SO10	Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais na sociedade;</li> <li>• Indicação dos impactos negativos significativos reais e potenciais para a sociedade identificados na cadeia de fornecedores;</li> <li>• Percentagem de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais com os quais foram acordadas melhorias decorrentes da avaliação realizada;</li> <li>• Percentagem de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais para a sociedade que tiveram contratos encerrados com base em avaliações e os motivos dessa medida.</li> </ul>
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade	G4-SO11	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos na sociedade registradas por meio de mecanismo formal durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>• Entre as queixas e reclamações identificadas, quantas delas foram:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processadas durante o período coberto pelo relatório;</li> <li>- Solucionadas durante o período coberto pelo relatório.</li> </ul> </li> <li>• Número total de queixas e reclamações relacionadas com impactos na sociedade registradas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período;</li> </ul>	
	RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	Saúde e segurança do Cliente	G4-PR1	Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentagem de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias.</li> </ul>
			G4-PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o período coberto pelo relatório, discriminado por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram na aplicação de multa ou penalidade;</li> <li>- Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência;</li> <li>- Casos de não conformidade com códigos voluntários.</li> </ul> </li> <li>• Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com regulamentos ou códigos voluntários, apresentar breve declaração desse fato.</li> </ul>
		Rotulagem de Produtos e Serviços	G4-PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação se as seguintes informações sobre produtos e serviços são exigidas pelos procedimentos da organização relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Terceirização de componentes do produto ou serviço;</li> <li>- Conteúdo, particularmente de substâncias que possam gerar impactos ambientais ou sociais;</li> <li>- Uso seguro do produto ou serviço;</li> <li>- Disposição do produto e impactos ambientais/sociais;</li> <li>- Outras.</li> </ul> </li> <li>• Percentagem de categorias de produtos e serviços significativas cobertas e avaliadas pela conformidade com os procedimentos da organização.</li> </ul>
			G4-PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram na aplicação de multa ou penalidade;</li> <li>- Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência;</li> <li>- Casos de não conformidade com códigos voluntários.</li> </ul> </li> <li>• Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com regulamentos ou códigos voluntários, apresentar breve declaração desse fato.</li> </ul>
			G4-PR5	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação dos principais resultados ou conclusões de pesquisas de satisfação do cliente realizadas no período coberto pelo relatório, referentes a informações sobre:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- A organização como um todo;</li> <li>- Uma categoria importante de produtos e serviços;</li> <li>- Locais significativos de operações.</li> </ul> </li> </ul>

Quadro XX - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (5/6)  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS A SEREM RELATADOS					
CAT.	SUB-CAT.	ASPETO	INDICADOR		INFORMAÇÃO A INCLUIR
SOCIAL (cont.)	RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO (cont.)	Comunicações de Marketing	G4-PR6	Venda de produtos proibidos ou contestados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indicação se a organização vende produtos que:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estão proibidos em determinados mercados;</li> <li>- São objeto de questionamento de <i>stakeholders</i> ou debate público.</li> </ul> </li> <li>Indicação da resposta da organização a dúvidas e preocupações em torno desses produtos.</li> </ul>
			G4-PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínios, discriminados por:</li> <li>- Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram na aplicação de multa ou sanção;</li> <li>- Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência;</li> <li>- Casos de não conformidade com códigos voluntários.</li> <li>Caso não tenha sido identificado qualquer caso de não conformidade com regulamentos ou códigos voluntários, apresentar breve declaração desse fato.</li> </ul>
		Privacidade do Cliente	G4-PR8	Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade do cliente, categorizadas por:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Queixas e reclamações recebidas de parte externas e comprovadas pela organização;</li> <li>- Queixas e reclamações recebidas de agências reguladoras.</li> </ul> </li> <li>Número total de vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes que foram identificados;</li> <li>Caso não tenha sido identificado qualquer queixa comprovada, apresentar breve declaração desse fato.</li> </ul>
		Conformidade	G4-PR9	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços;</li> <li>Caso não tenha sido identificado qualquer não observância de leis ou regulações, apresentar breve declaração desse fato.</li> </ul>

Quadro XXI - Conteúdos Padrão Específicos da categoria social (6/6)  
Fonte: produção própria

### 3.7. Conteúdos setoriais

As Diretrizes são complementadas com Conteúdos Gerais para alguns setores de atividade em que, decorrente das especificidades da sua atividade, existe informação relevante para os *stakeholders* que não se aplica transversalmente aos restantes tipos de atividade. Atualmente existem conteúdos sectoriais para 10 setores de atividade:

CONTEÚDOS SETORIAIS	
SETOR DE ATIVIDADE	PRINCIPAIS ESPECIFICIDADES
OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aeroportos são frequentemente a origem das primeiras impressões que visitantes têm de cidades e países;</li> <li>• Servem de acesso a uma rede que transporta bens e pessoas para praticamente qualquer parte do mundo;</li> <li>• Desempenham um papel central no comércio, negócios, desenvolvimento local e entendimento multicultural;</li> <li>• Categoria inclui um vasto espectro de organizações, desde pequenos aeroportos remotos com tráfego reduzido a infraestruturas de grande escala com milhares de aviões a operar diariamente;</li> <li>• Estruturas acionistas consideravelmente variadas, com governos e privados a desempenharem papéis e responsabilidades em função dos objetivos da organização;</li> <li>• Companhias aéreas como importantes <i>players</i>, também estas com estruturas acionistas variadas;</li> <li>• Funcionam com ponto de transição entre transporte aéreo, terrestres e marítimos;</li> <li>• Enfrentam desafios particularmente sensíveis ao nível da sustentabilidade, em que se incluem emissões de carbono, poluição aérea e sonora, manuseamento de produtos químicos, ameaças à biodiversidade e vida selvagem, saúde dos trabalhadores, segurança e tráfico humano;</li> <li>• As fronteiras operacionais são difíceis de definir, pelo elevado número de empresas externas e outras entidades que convergem num aeroporto, o que é um desafio adicional aquando da elaboração de um relatório de sustentabilidade;</li> <li>• Fornecem o espaço físico e os serviços auxiliares no solo ao transporte aéreo, mas o serviço de transporte propriamente dito é efetuado por outras entidades;</li> </ul>
CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos e serviços com um ciclo de vida longo;</li> <li>• Edifícios e infraestruturas são potencialmente relevantes para praticamente todos os setores;</li> <li>• Edifícios são responsáveis, segundo a UNEP, por cerca de 40% da utilização global de energia e por mais de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa;</li> <li>• Operações associadas à construção, manutenção, ocupação e demolição de edifícios consomem uma elevada quantidade de recursos naturais e conduzem a variados tipos de agentes poluidores do solo, ar e água;</li> <li>• Setor gera uma percentagem significativa dos resíduos sólidos globalmente produzidos (25%, segundo a UNEP);</li> <li>• O património edificado pode afetar significativamente os ecossistemas naturais, transformando ou erradicando habitats estabelecidos;</li> <li>• O património edificado tem impactos diretos e indiretos significativos no bem-estar, vivência e prosperidade dos indivíduos e comunidades locais;</li> <li>• O setor da construção e imobiliário, que pelas suas variadas atividades gera uma complexa cadeia de fornecimento, pode gerar um impacto positivo nas comunidades locais através da criação de emprego, formação e indústria;</li> </ul>
EXTRAÇÃO MINEIRA E METAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existem aspectos relacionados com o desenvolvimento sustentável que se encontram mais frequentemente ou em maior escala no setor, tais como: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Controlo, utilização e manutenção do solo;</li> <li>- Contributo para o desenvolvimento da economia e da sociedade;</li> <li>- Envolvimento da comunidade e <i>stakeholders</i>;</li> <li>- Relações laborais;</li> <li>- Gestão ambiental;</li> <li>- Utilização de minerais.</li> </ul> </li> </ul>

Quadro XXII - Setores com conteúdos setoriais e principais especificidades (1/3)

Fonte: produção própria

CONTEÚDOS SETORIAIS	
SETOR DE ATIVIDADE	PRINCIPAIS ESPECIFICIDADES
INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As organizações do setor fornecem produtos e serviços vitais para a sociedade e utilizadores;</li> <li>• Os serviços prestados, embora cruciais ao desenvolvimento económico, devem ser obtidos de uma forma sustentável de modo a não comprometer recursos-chave e hipotecar gerações futuras;</li> <li>• <i>Stakeholders</i> são particularmente sensíveis a tópicos relacionados com investimentos em novo equipamento, manutenção da infraestrutura existente e pesquisa e desenvolvimento de soluções sustentáveis de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;</li> <li>• Os investimentos acima referidos são avultados, pelo que os <i>stakeholders</i> esperam que existam estratégias delineadas de modo a garantir o seu retorno e assim a sustentabilidade económica da organização;</li> <li>• As organizações do setor elétrico estão entre os maiores consumidores de combustíveis fósseis do mundo;</li> <li>• Utilização de fontes de energia não-renováveis pode conduzir a uma vasta quantidade de impactos ambientais, manifestados por chuvas ácidas, alterações climáticas, contaminação e problemas para a saúde humana que devem ser corretamente atendidos;</li> <li>• Os utilizadores esperam que o fornecimento de energia elétrica seja contínuo e ininterrupto;</li> <li>• As instalações de produção e transporte de energia são geralmente de larga escala, potencialmente causando impactos nas comunidades locais;</li> <li>• Existe uma preocupação social na disponibilização de energia com uma abrangência geográfica adequada e a preços suportáveis;</li> <li>• Os trabalhadores destas organizações estão, em alguns casos, exposto a condições potencialmente perigosas tais como instalações de alta tensão e centrais nucleares;</li> <li>• Existem especificidades de mercado e de regulamentação do setor que influenciam o modo como a organização opera.</li> </ul>
MEIOS DE COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os meios de comunicação detêm uma posição poderosa na sociedade através da influência e impacto do conteúdo disponibilizado;</li> <li>• É particularmente sensível que as organizações do setor sejam responsáveis, transparentes e responsabilizáveis pelas operações que desenvolvem;</li> <li>• Existe uma preponderância específica no setor de determinados tópicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Liberdade de expressão;</li> <li>- Informação e educação;</li> <li>- Pluralismo e diversidade;</li> <li>- Escrutínio e promoção da transparência na sociedade e vida pública, expondo corrupção e administração danosa;</li> <li>- Manifestações culturais e inclusão social;</li> <li>- Envolvimento de audiências;</li> <li>- Capacidade de consciencialização sobre matérias de sustentabilidade no debate público.</li> </ul> </li> </ul>
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existe um vasto leque de <i>stakeholders</i> a considerar, que incluem os participantes em eventos, convidados, trabalhadores, patrocinadores, governos, organizações não governamentais, meios de comunicação e grupos interessados;</li> <li>• Importância da cadeia de fornecimento nas operações das organizações do setor;</li> <li>• Membros da cadeia de fornecimento têm de facultar informação ao organizador de eventos para incorporar no relatório de sustentabilidade, membros esses em que a padronização de informação de acordo com as Diretrizes GRI é por norma rara;</li> <li>• Existem decisões específicas com potenciais impactos económicos, ambientais e sociais, tais como a seleção de locais; o recrutamento e formação dos colaboradores do eventos, participantes e voluntários; o fornecimento de materiais, abastecimentos e serviços; a gestão de impactos na comunidade, natureza e economia local e global associados ao evento e acessibilidade;</li> <li>• Existe uma preocupação crescente dos <i>stakeholders</i> em obter transparência nas operações das organizações do setor.</li> </ul>

Quadro XXIII - Setores com conteúdos setoriais e principais especificidades (2/3)

Fonte: produção própria

CONTEÚDOS SETORIAIS	
SETOR DE ATIVIDADE	PRINCIPAIS ESPECIFICIDADES
ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existe uma necessidade das organizações não-governamentais demonstrarem que desempenham um papel sustentável dentro da sociedade;</li> <li>• O objetivo das ONG's traduz-se na contribuição para o aumento do bem-estar das sociedades, mas também inclui o dever de demonstrar que esse objetivo está a ser atingido de forma sustentável;</li> <li>• Tratando-se de organizações que frequentemente chamam a atenção para questões relacionadas com a sustentabilidade de terceiros, importa que as próprias sejam capazes de demonstrar que são capazes de igualar os padrões de transparência e de divulgação dos aspectos positivos e negativos de performance que defendem para as demais organizações;</li> <li>• A demonstração através de evidências que os valores de independência, integridade, participação e transparência estão presentes nos processos da organização é um fator chave do estabelecimento da credibilidade e legitimidade de uma ONG;</li> <li>• Questões de governança são especialmente relevantes na medida em que a gestão de recursos e performance representa uma preocupação que os <i>stakeholders</i> do setor têm;</li> <li>• Funcionando através de doações, há uma preocupação redobrada para que seja demonstrada que as operações são eficazes e eficientes no desenvolvimento da missão da organização.</li> </ul>
PETRÓLEO E GÁS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existem aspectos relacionados com o desenvolvimento sustentável que se encontram mais frequentemente ou em maior escala no setor, tais como: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Resposta face às crescentes necessidades energéticas;</li> <li>- Controlo, utilização e manutenção do solo;</li> <li>- Contributo para o desenvolvimento da economia e da sociedade;</li> <li>- Envolvimento da comunidade e <i>stakeholders</i>;</li> <li>- Gestão ambiental;</li> <li>- Desenvolvimento de fontes energéticas com reduzidas emissões de carbono;</li> <li>- Relacionamento com governos;</li> <li>- Proteção do clima e a transformação do mercado de energia;</li> <li>- Proteção ambiental, principalmente na utilização e disposição de água e produtos químicos;</li> <li>- Respeito pelos direitos humanos;</li> <li>- Saúde e segurança;</li> <li>- Integridade dos ativos e segurança dos processos.</li> </ul> </li> </ul>
PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O setor do processamento de alimentos é uma das maiores indústrias do mundo em termos de número de empresas envolvidas;</li> <li>• Os desafios específicos que se colocam às organizações do setor em matéria de sustentabilidade incluem: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar alimentação saudável, segura e acessível;</li> <li>- Presença em áreas rurais de países em desenvolvimento;</li> <li>- Cadeia de fornecimento complexa e ao nível global;</li> <li>- Vulnerabilidade de pequenos produtores ao longo da cadeia de fornecimento de alimentos;</li> <li>- Influência no bem-estar e saúde dos consumidores;</li> <li>- Impactos na delapidação de recursos naturais e dependência destes mesmos recursos;</li> <li>- Consequências da escassez de recursos naturais raros;</li> <li>- Bem-estar animal, particularmente em operações de larga escala ou indústrias.</li> </ul> </li> </ul>
SERVIÇOS FINANCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade de categorias de organizações que operam neste setor: banca de retalho, banca comercial e corporativa, gestão de ativos e seguros;</li> <li>• Sensibilidade de um grande número de <i>stakeholders</i> aos impactos económicos;</li> <li>• Importante papel desempenhado no investimento local, regional ou global;</li> <li>• Dimensão potencialmente elevada de impactos económicos e sociais em caso de fraco desempenho em termos de sustentabilidade;</li> <li>• Grau de complexidade de alguns produtos e serviços prestados.</li> </ul>

Quadro XXIV - Setores com conteúdos setoriais e principais especificidades (3/3)

Fonte: produção própria

Este complemento dos Conteúdos Gerais, específico de cada setor, materializa-se pela inclusão de informação adicional nos Aspectos Gerais transversais a todos os setores de atividade e/ou pela adição de novos Aspectos Específicos do setor.

Nos Quadros XXV a XXX encontram-se detalhados quais os Aspectos Específicos de cada setor e quais os Aspectos Gerais a que foi adicionada informação a relatar:

SETOR DE ATIVIDADE	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	ASPETOS GERAIS A QUE FOI ACRESCENTADA INFORMAÇÃO	ASPETOS ESPECÍFICOS DO SETOR
OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS	• ECONÓMICA		- Presença no mercado - Impactos económicos indiretos	
			- Energia - Água - Biodiversidade - Emissões - Efluentes e resíduos - Transportes	- Intermodalidade - Ruído
	• SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Emprego - Relações entre trabalhadores e empregadores - Saúde e segurança no trabalho	
		Direitos Humanos	- Trabalho forçado ou análogo ao escravo - Práticas de segurança	
		Sociedade	- Comunidades locais	
		Responsabilidade pelo Produto	- Saúde e segurança do cliente	- Continuidade do negócio e preparação para emergências - Qualidade do serviço - Oferta de serviços e infraestruturas para pessoas com necessidades

Quadro XXV - Aspectos alterados e aspetos acrescentados por setor (1/6)

Fonte: produção própria

SETOR DE ATIVIDADE	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	ASPETOS GERAIS A QUE FOI ACRESCENTADA INFORMAÇÃO	ASPETOS ESPECÍFICOS DO SETOR
CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIO	• ECONÓMICA		- Desempenho económico - Presença no mercado - Impactos económicos indiretos	
	• AMBIENTAL		- Materiais - Energia - Água - Biodiversidade - Emissões - Efluentes e resíduos - Produtos e serviços - Transportes	- Degradação, contaminação e remediação do terreno
	• SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Emprego - Saúde e segurança no trabalho - Treinamento e educação - Diversidade e igualdade de oportunidades - Igualdade de remuneração entre mulheres e homens	
		Direitos Humanos	- Não discriminação - Trabalho infantil - Trabalho forçado ou análogo ao escravo - Práticas de segurança - Avaliação de fornecedores em direitos humanos	
		Sociedade	- Comunidades locais - Combate à corrupção - Políticas públicas - Concorrência desleal	
		Responsabilidade pelo Produto	- Saúde e segurança do cliente - Rotulagem de produtos e serviços	
	EXTRAÇÃO MINEIRA E METAIS	• ECONÓMICA		- Desempenho económico - Presença no mercado
• AMBIENTAL			- Materiais - Biodiversidade - Emissões - Efluentes e resíduos	
• SOCIAL		Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Emprego - Relações entre trabalhadores e empregadores - Saúde e segurança no trabalho	
		Direitos Humanos	- Liberdade de associação e negociação coletiva - Direitos indígenas	
		Sociedade	- Comunidades locais - Conformidade	- Preparação para emergências - Mineração artesanal ou de pequena escala - Restabelecimento - Planeamento de encerramento
		Responsabilidade pelo Produto		- Manuseamento de materiais

Quadro XXVI - Aspectos alterados e aspectos acrescentados por setor (2/6)

Fonte: produção própria

SETOR DE ATIVIDADE	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	ASPETOS GERAIS A QUE FOI ACRESCENTADA INFORMAÇÃO	ASPETOS ESPECÍFICOS DO SETOR
INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS	• ECONÓMICA			- Disponibilidade e confiabilidade - Gestão da procura - Investigação e desenvolvimento - Desmantelamento de instalações - Eficiência do sistema
	• AMBIENTAL		- Materiais - Água - Biodiversidade - Emissões - Efluentes e resíduos	
	• SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Emprego - Saúde e segurança no trabalho	
		Direitos Humanos	- Liberdade de associação e negociação coletiva	
		Sociedade	- Comunidades locais	- Planeamento face a emergências ou desastres
		Responsabilidade pelo Produto	- Saúde e segurança do cliente	- Acesso - Disponibilização de informação
	MEIOS DE COMUNICAÇÃO	• ECONÓMICA		- Desempenho económico - Impactos económicos indiretos
• AMBIENTAL			- Materiais - Energia - Emissões - Efluentes e resíduos - Produtos e serviços	
• SOCIAL		Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Emprego - Relações entre trabalhadores e empregadores - Saúde e segurança no trabalho - Treinamento e educação	
		Direitos Humanos	- Investimentos - Avaliação - Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos	- Liberdade de expressão - Retrato de direitos humanos - Direitos culturais - Propriedade intelectual - Proteção da privacidade
		Sociedade	- Combate à corrupção - Políticas públicas	
		Responsabilidade pelo Produto	- Rotulagem de produtos e serviços - Comunicações de marketing	- Criação de conteúdos - Divulgação de conteúdos - Interação com audiência - Literacia dos meios de comunicação

Quadro XXVII - Aspetos alterados e aspetos acrescentados por setor (3/6)  
Fonte: produção própria

SETOR DE ATIVIDADE	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	ASPETOS GERAIS A QUE FOI ACRESCENTADA INFORMAÇÃO	ASPETOS ESPECÍFICOS DO SETOR
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	• ECONÓMICA		- Desempenho económico - Impactos económicos indiretos - Práticas de compra/ <u>fornecimento</u>	- Geral
	• AMBIENTAL		- Materiais - Energia - Água - Emissões - Efluentes e resíduos - Produtos e serviços - Conformidade - Transportes - Geral	
	• SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Emprego - Saúde e segurança no trabalho - Treinamento e educação	
		Direitos Humanos	- Investimentos - Práticas de segurança - Avaliação	
		Sociedade	- Comunidades locais - Combate à corrupção	- Inclusão
		Responsabilidade pelo Produto	- Saúde e segurança do cliente - Rotulagem de produtos e serviços - Comunicações de marketing - Privacidade do cliente - Conformidade	- Alimentos e bebidas - Gestão do legado
	ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	• ECONÓMICA		- Desempenho económico
• AMBIENTAL			- Produtos e serviços	
• SOCIAL		Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Saúde e segurança no trabalho - Treinamento e educação - Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas	
		Sociedade	- Combate à corrupção	
		Responsabilidade pelo Produto	- Comunicações de marketing - Privacidade do cliente	- Engajamento de <i>stakeholders</i> afetados - <i>Feedback</i> , queixas e ações - Monitorização, avaliação e aprendizagem - Género e diversidade - Consciencialização e defesa pública - Coordenação

Quadro XXVIII - Aspetos alterados e aspetos acrescentados por setor (4/6)  
Fonte: produção própria

SETOR DE ATIVIDADE	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	ASPETOS GERAIS A QUE FOI ACRESCENTADA INFORMAÇÃO	ASPETOS ESPECÍFICOS DO SETOR
PETRÓLEO E GÁS	• ECONÓMICA		- Desempenho económico - Presença no mercado e <u>contexto local</u> - Impactos económicos indiretos - Práticas de compra	- Reservas
			- Materiais - Energia - Água - Biodiversidade <u>incluindo serviços do ecossistema</u> - Emissões - Efluentes e resíduos - Produtos e serviços	
	• SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Emprego - Saúde e segurança no trabalho	
		Direitos Humanos	- Práticas de segurança - Direitos indígenas - Avaliação de fornecedores em direitos humanos	
		Sociedade	- Comunidades locais - Combate à corrupção - Políticas públicas - Conformidade	- Preparação para emergências - Realojamento involuntário - Integridade de ativos e segurança de processos
		Responsabilidade pelo Produto		- Substitutos de combustíveis fósseis
	PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS	• ECONÓMICA		- Desempenho económico - Práticas de compra/ <u>fornecimento</u>
• AMBIENTAL			- Materiais - Biodiversidade	
• SOCIAL		Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Relações entre trabalhadores e empregadores	
		Sociedade	- Políticas públicas	- Alimentação saudável e acessível - Bem-estar animal
		Responsabilidade pelo Produto	- Saúde e segurança do cliente - Rotulagem de produtos e serviços - Comunicações de marketing	
SERVIÇOS FINANCEIROS	• ECONÓMICA		- Desempenho económico	
	• AMBIENTAL		- Emissões - Efluentes e resíduos	
			- Saúde e segurança no trabalho	
	• SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Investimentos	
		Direitos Humanos	- Comunidades locais	
		Sociedade	- Rotulagem de produtos e serviços	- Portfolio de produtos - Auditoria - Posse de ativos

Quadro XXIX - Aspectos alterados e aspectos acrescentados por setor (5/6)

Fonte: produção própria

SETOR DE ATIVIDADE	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	ASPETOS GERAIS A QUE FOI ACRESCENTADA INFORMAÇÃO	ASPETOS ESPECÍFICOS DO SETOR
OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS	• ECONÓMICA		- Presença no mercado - Impactos económicos indiretos	
	• AMBIENTAL		- Energia - Água - Biodiversidade - Emissões - Efluentes e resíduos - Transportes	- Intermodalidade - Ruído
	• SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Emprego - Relações entre trabalhadores e empregadores - Saúde e segurança no trabalho	
		Direitos Humanos	- Trabalho forçado ou análogo ao escravo - Práticas de segurança	
		Sociedade	- Comunidades locais	
		Responsabilidade pelo Produto	- Saúde e segurança do cliente	- Continuidade do negócio e preparação para emergências - Qualidade do serviço - Oferta de serviços e infraestruturas para pessoas com necessidades
	CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIO	• ECONÓMICA		- Desempenho económico - Presença no mercado - Impactos económicos indiretos
• AMBIENTAL			- Materiais - Energia - Água - Biodiversidade - Emissões - Efluentes e resíduos - Produtos e serviços - Transportes	- Degradação, contaminação e remediação do terreno
• SOCIAL		Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	- Emprego - Saúde e segurança no trabalho - Treinamento e educação - Diversidade e igualdade de oportunidades - Igualdade de remuneração entre mulheres e homens	
		Direitos Humanos	- Não discriminação - Trabalho infantil - Trabalho forçado ou análogo ao escravo - Práticas de segurança - Avaliação de fornecedores em direitos humanos	
		Sociedade	- Comunidades locais - Combate à corrupção - Políticas públicas - Concorrência desleal	
		Responsabilidade pelo Produto	- Saúde e segurança do cliente - Rotulagem de produtos e serviços	

Quadro XXX - Aspectos alterados e aspectos acrescentados por setor (6/6)  
Fonte: produção própria

No Anexo A encontram-se detalhados quais os Conteúdos Padrão Gerais e os Conteúdos Padrão Específicos do relatório cuja informação é alterada para cada setor.

### 3.8. Definição de Aspectos Materiais e Limites

É dado enfoque especial no processo de identificação de Aspectos Materiais (já referidos na etapa quatro do processo sugerido pelas Diretrizes, tendo por base o Princípio da Materialidade, como elemento central na elaboração do relatório). Segundo as Diretrizes os Aspectos Materiais “são aqueles que refletem os impactos económicos, ambientais e sociais significativos da organização ou influenciam substancialmente as avaliações e decisões de *stakeholders*” (GRI, 2015), sendo assim vital para a qualidade do relatório de sustentabilidade identificar e filtrar quais os aspetos que são importantes para todos os potenciais destinatários do mesmo documento.

Na Definição do Conteúdo do Relatório são quatro os princípios utilizados, de entre os atrás descritos: Materialidade, Inclusão dos *Stakeholders*, Contexto da Sustentabilidade e Completude. A visão geral do processo é dada pela seguinte figura (Fig. 7):

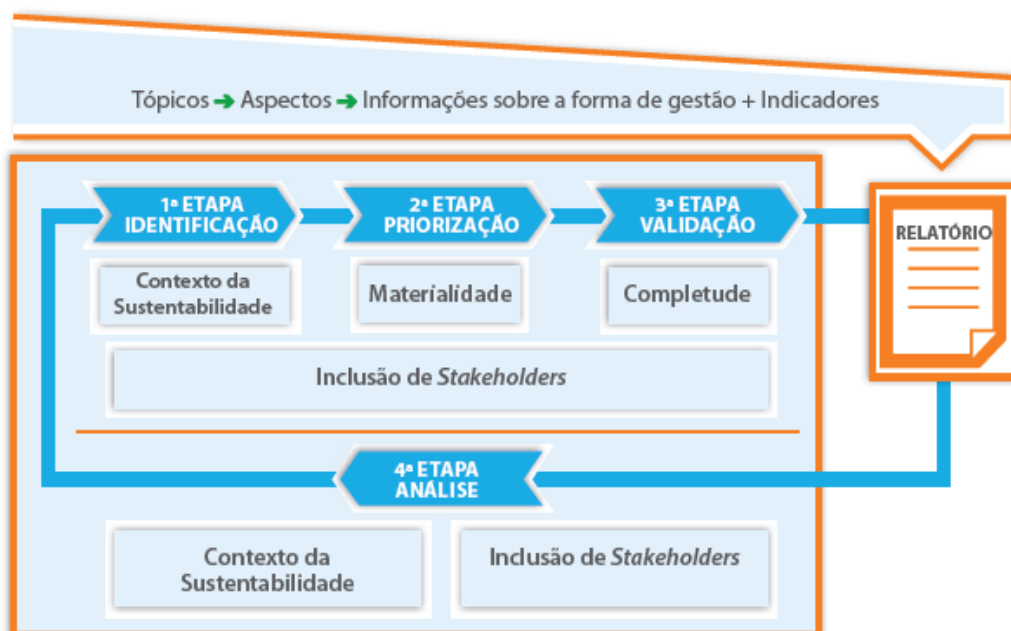


Figura 7 - Processo para a Definição do Conteúdo do Relatório  
Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

No processo estão preconizadas quatro etapas para a definição do conteúdo, que se traduzem em:

#### 1ª Etapa: Identificação

Numa primeira fase, a equipa responsável pela elaboração do relatório deve aplicar os princípios de Contexto de Sustentabilidade e Inclusão de *Stakeholders* para, tendo por base os Aspectos abordados pelas Diretrizes GRI e outros tópicos importantes, identificar os Aspectos e outros tópicos importantes em termos de impactos económicos, ambientais e sociais referentes a todas as atividades, produtos, serviços e relações da organização ou que possam ter relevância para a avaliação e tomada de decisões de *stakeholders*.

É assim aconselhável que a organização considere uma ampla lista inicial de tópicos relevantes que possam merecer a sua inclusão no relatório. Deve ser identificado se os referidos impactos ocorrem dentro ou fora da organização, bem como onde exatamente esses impactos ocorrem.

Da aplicação desta etapa resulta uma listagem dos Aspectos e outros tópicos considerados importantes, bem como seus limites, surgindo a necessidade de os priorizar.

#### 2ª Etapa: Priorização

Após a obtenção da lista de Aspectos e outros tópicos relevantes, que provavelmente incluirá uma seleção de Aspectos e Conteúdos Setoriais da GRI complementada, conforme os casos, com outros tópicos, a organização deve priorizá-los.

Esta priorização deve ser baseada nos princípios da Materialidade e Inclusão de *Stakeholders* de modo a determinar o nível de significância de cada Aspecto e tópico importante.

A organização deve assim identificar e estudar os seus principais *stakeholders*, os seus pontos de vista e interesses e analisar a forma como as suas opiniões podem condicionar as decisões a tomar relativamente às informações a serem incluídas no relatório.

A importância dos impactos económicos, ambientais e sociais deve também ser priorizada considerando a probabilidade de o impacto ocorrer, a sua gravidade, os riscos e oportunidades que decorrem de cada Aspecto, bem como a forma como é crítico para o desempenho da organização no longo prazo e as oportunidades para que a organização cresça ou ganhe vantagem com o impacto.

Após a conclusão desta análise a organização deve definir critérios/limiares que tornam determinado Aspetto relevante, combinando para isso quer a importância dos impactos quer a influência sobre os *stakeholders*:

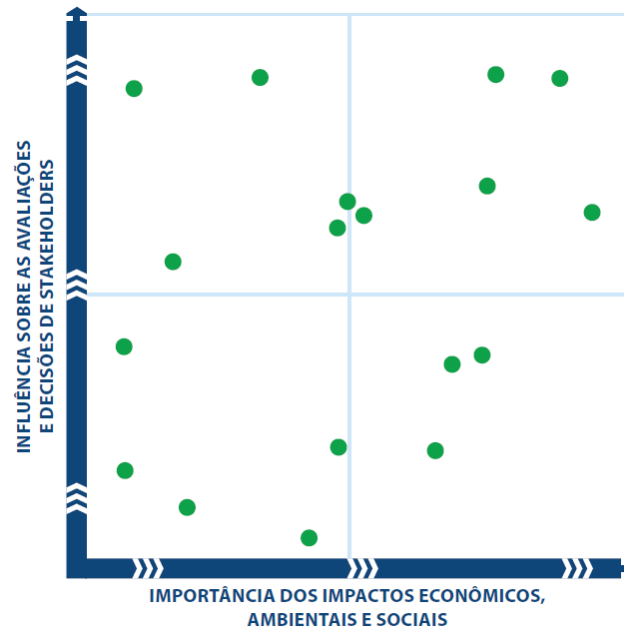


Figura 8 - Combinação entre a importância dos impactos e a influência sobre os *stakeholders*

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

Para além da classificação de um determinado Aspetto como relevante, a priorização tem também como objetivo determinar o nível de cobertura que o mesmo deverá ter ao longo do relatório. Este nível de cobertura relaciona-se com a importância, quantidade de dados e explicação narrativa, que deverá ser condizente com a combinação dos impactos conjugada com a influência nos *stakeholders*.

Da aplicação destes critérios resulta uma lista de todos os Aspetos Materiais a serem incluídos no relatório, juntamente com os seus limites e nível de cobertura.

### 3ª Etapa: Validação

Nesta etapa, a equipa responsável pela elaboração do relatório deve avaliar todos os Aspetos Materiais com base no Princípio da Completude, de modo a obter parâmetros como o Escopo, Limites e Tempo que garantam que o relatório oferece uma descrição razoável e equilibrada dos impactos económicos, ambientais e sociais e que seja uma ferramenta útil para os seus *stakeholders*.

Esta avaliação e a lista de Aspectos Materiais identificados deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da organização, sendo que no processo de aprovação poderão ser envolvidos *stakeholders* externos à mesma.

Com a aprovação devem ser desenvolvidos processos e sistemas de recolha das informações necessárias para divulgação, sendo os Aspectos Materiais identificados convertidos em conteúdos (informações sobre a forma de gestão e indicadores) com base nos quais o relatório será elaborado. Nesse processo são identificados Aspectos para os quais já existem informações de gestão e desempenho e aqueles para os quais terão de ser estabelecidas abordagens de gestão e sistemas de medição de desempenho.

#### 4ª Etapa: Análise

A análise ocorre após a publicação do relatório e consiste na retirada de lições que possam ser aplicadas no próximo ciclo de emissão de relatórios. Esta etapa tem em conta a informação que foi considerada material no relatório anterior e analisa o *feedback* dos *stakeholders* relativa às decisões então tomadas, através da aplicação dos princípios do Contexto da Sustentabilidade e da Inclusão de *Stakeholders*.

### 3.9. Sumário do relatório de sustentabilidade

O relatório de sustentabilidade elaborado pela organização deve incluir um quadro sumário, onde são resumidos os conteúdos padrão gerais, os Aspectos Materiais abordados, a sua localização em termos de paginação no relatório e indicação acerca se determinado conteúdo foi submetido ou não a verificação externa.

Este quadro sumário varia conforme a opção “de acordo” escolhida pela organização, sugerindo a seguinte apresentação para cada um dos casos (Quadros XXXI a XXXVI):

#### Sumário de Conteúdo da GRI para a opção “de acordo” – Essencial

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS		
Conteúdos Padrão Gerais	Página	Verificação externa Indique se o Item do conteúdo padrão foi submetido à verificação externa. Em caso afirmativo, indique a página na qual a Declaração de Verificação Externa pode ser encontrada no relatório.
<b>ESTRATÉGIA E ANÁLISE</b>		
G4-1		
<b>PERFIL ORGANIZACIONAL</b>		
G4-3		
G4-4		
G4-5		
G4-6		
G4-7		
G4-8		
G4-9		
G4-10		
G4-11		
G4-12		
G4-13		
G4-14		
G4-15		
G4-16		

Quadro XXXI - Sumário de Conteúdos Padrão Gerais para a opção “de acordo” Essencial  
(1/2)

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS		
Conteúdos padrão gerais	Página	Verificação externa Indique se o item do conteúdo padrão foi submetido à verificação externa. Em caso afirmativo, indique a página na qual a Declaração de Verificação Externa pode ser encontrada no relatório.
<b>ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES</b>		
G4-17		
G4-18		
G4-19		
G4-20		
G4-21		
G4-22		
G4-23		
<b>ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS</b>		
G4-24		
G4-25		
G4-26		
G4-27		
<b>PERFIL DO RELATÓRIO</b>		
G4-28		
G4-29		
G4-30		
G4-31		
G4-32		
G4-33		
<b>GOVERNANÇA</b>		
G4-34		
<b>ÉTICA E INTEGRIDADE</b>		
G4-56		

Quadro XXXII - Sumário de Conteúdos Padrão Gerais para a opção “de acordo” Essencial (2/2)

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS			
Aspectos Materiais (Como no ponto G4-19) Liste os Aspectos materiais identificados.	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores Liste conteúdos padrão específicos relacionados a cada Aspecto material identificado, com o número de página (ou link).	Omissões Em casos excepcionais, se não for possível relatar alguma informação requerida, mencione a razão para a sua omissão (como definido na pág. 13).	Verificação externa Indique se o conteúdo padrão foi submetido à verificação externa. Em caso afirmativo, indique a página na qual a Declaração de Verificação Externa pode ser encontrada no relatório.

Quadro XXXIII - Sumário de Conteúdos Padrão Específicos para a opção “de acordo” Essencial

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

## Sumário de Conteúdo da GRI para a opção “de acordo” – Abrangente

<b>CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS</b>			
<b>Conteúdos Padrão Gerais</b>	<b>Página</b>	<b>Omissões</b> Em casos excepcionais, se não for possível relatar alguma informação requerida, mencione a razão para a sua omissão (como definido na pág. 13).	<b>Verificação externa</b> Indique se o item do conteúdo padrão foi submetido à verificação externa. Em caso afirmativo, indique a página na qual a Declaração de Verificação Externa pode ser encontrada no relatório.
<b>ESTRATÉGIA E ANÁLISE</b>			
G4-1		Não aplicável	
G4-2		Não aplicável	
<b>PERFIL ORGANIZACIONAL</b>			
G4-3		Não aplicável	
G4-4		Não aplicável	
G4-5		Não aplicável	
G4-6		Não aplicável	
G4-7		Não aplicável	
G4-8		Não aplicável	
G4-9		Não aplicável	
G4-10		Não aplicável	
G4-11		Não aplicável	
G4-12		Não aplicável	
G4-13		Não aplicável	
G4-14		Não aplicável	
G4-15		Não aplicável	
G4-16		Não aplicável	
<b>ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES</b>			
G4-17		Não aplicável	
G4-18		Não aplicável	
G4-19		Não aplicável	
G4-20		Não aplicável	
G4-21		Não aplicável	
G4-22		Não aplicável	
G4-23		Não aplicável	
<b>ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS</b>			
G4-24		Não aplicável	
G4-25		Não aplicável	
G4-26		Não aplicável	
G4-27		Não aplicável	

Quadro XXXIV - Sumário de Conteúdos Padrão Gerais para a opção “de acordo”  
Abrangente (1/2)

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

<b>CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS</b>			
<b>Conteúdos Padrão Gerais</b>	<b>Página</b>	<b>Omissões</b> Em casos excepcionais, se não for possível relatar alguma informação requerida, mencione a razão para a sua omissão (como definido na pág. 13).	<b>Verificação externa</b> Indique se o item do conteúdo padrão foi submetido à verificação externa. Em caso afirmativo, indique a página na qual a Declaração de Verificação Externa pode ser encontrada no relatório.
<b>PERFIL DO RELATÓRIO</b>			
G4-28		Não aplicável	
G4-29		Não aplicável	
G4-30		Não aplicável	
G4-31		Não aplicável	
G4-32		Não aplicável	
G4-33		Não aplicável	
<b>GOVERNANÇA</b>			
G4-34		Não aplicável	
G4-35			
G4-36			
G4-37			
G4-38			
G4-39			
G4-40			
G4-41			
G4-42			
G4-43			
G4-44			
G4-45			
G4-46			
G4-47			
G4-48			
G4-49			
G4-50			
G4-51			
G4-52			
G4-53			
G4-54			
G4-55			
<b>ÉTICA E INTEGRIDADE</b>			
G4-56		Não aplicável	
G4-57			
G4-58			

Quadro XXXV - Sumário de Conteúdos Padrão Gerais para a opção “de acordo” Abrangente (2/2)

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS			
<b>Aspectos Materiais</b> (Como no ponto G4-19) Liste os Aspectos materiais identificados.	<b>Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores</b> Liste os conteúdos padrão específicos relacionados a cada Aspecto material identificado, com o número de página (ou <i>link</i> ).	<b>Omissões</b> Em casos excepcionais, se não for possível relatar alguma informação requerida, mencione a razão para a sua omissão (como definido na pág. 13).	<b>Verificação externa</b> Indique se o conteúdo padrão foi submetido à verificação externa. Em caso afirmativo, indique a página na qual a Declaração de Verificação Externa pode ser encontrada no relatório.

Quadro XXXVI - Sumário de Conteúdos Padrão Específicos para a opção “de acordo”  
Abrangente

Fonte: adaptado de (GRI, 2015)

A incorporação do quadro resumo permite ao utilizador do relatório de sustentabilidade localizar a informação pretendida ao longo do documento de uma forma expedita.



## 4 – UTILIZAÇÃO DAS DIRETRIZES GRI

### 4.1. Enquadramento

O objetivo primordial da *Global Reporting Initiative*, enquanto organização, passa por promover a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade junto das partes interessadas das empresas, de modo a que a informação disponível seja o mais completa e exaustiva. Para tal, com a criação e desenvolvimento de referenciais de elaboração para este tipo de relatórios, a GRI procura padronizar e homogeneizar a forma como essa informação é transmitida.

Para além desta preocupação com a elaboração de relatórios de sustentabilidade propriamente dita, existe também a vertente de divulgação dos mesmos: ao elaborar um relatório “de acordo” com as Diretrizes, as organizações devem informar a GRI acerca da publicação do mesmo e facultar uma cópia que é incorporada na base de dados mundial da organização. Este dever estende-se também a relatórios cuja informação não se encontra integralmente “de acordo” com as Diretrizes, mas que parcialmente tenha conteúdos com referências às Diretrizes GRI. Ao fazê-lo, disponibiliza uma base de dados relativamente completa e exaustiva de relatórios de sustentabilidade publicados “de acordo” com ou parcialmente baseados no referencial desenvolvido, motivo pelo qual se verifica um número importante de organizações que optam por incluir e divulgar os seus relatórios de sustentabilidade “Não GRI” nesta plataforma.

Trata-se assim da maior base de dados a nível global de Relatórios de Sustentabilidade, incorporando todos os documentos baseados no referencial GRI e grande parte dos documentos que não seguem este referencial, contando com 35.636 relatórios à data de setembro de 2016, dos quais 24.401 estão “de acordo” com as Diretrizes da GRI (em qualquer das suas evoluções ao longo do tempo) e que dizem respeito a 9.870 organizações distintas.

### 4.2. Utilização a nível mundial

Com a crescente procura por parte dos *stakeholders* de informação relacionada com questões de sustentabilidade e com a conseqüentemente resposta por parte das organizações em satisfazer esta procura, verifica-se uma evolução muito significativa do número de relatórios de sustentabilidade divulgados desde 1999, conforme se constata pela figura seguinte (Fig. 9):

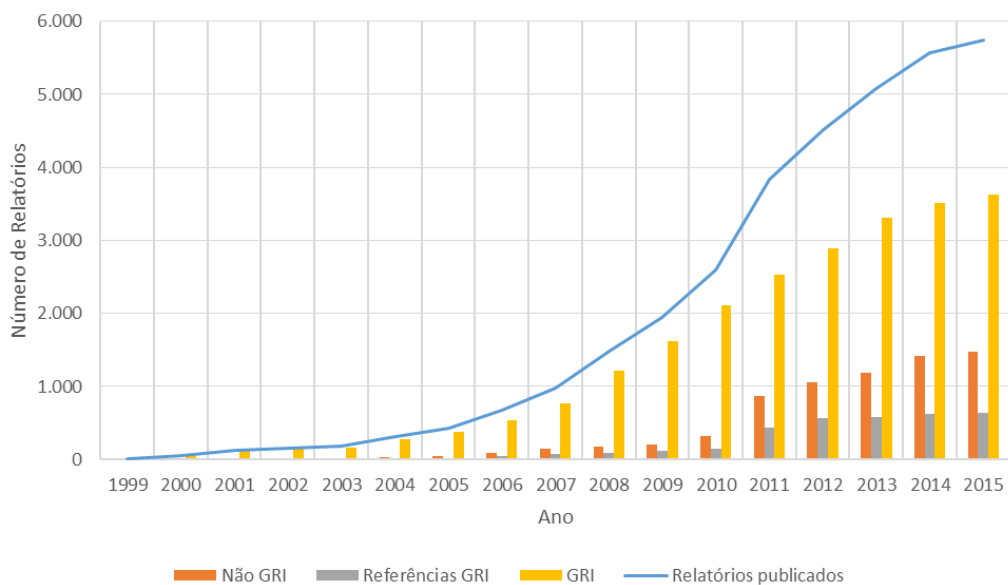


Figura 9 - Evolução do número de relatórios de sustentabilidade publicados a nível global, total e por referencial

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Do gráfico anterior constata-se a grande evolução no número de relatórios publicados, tendência essa que é comum a qualquer dos referenciais utilizados. Há uma preponderância significativa na divulgação de relatórios “de acordo” com as Diretrizes GRI, que no gráfico acima se encontram agrupadas em quaisquer que sejam as versões evolutivas das mesmas que foram sendo desenvolvidas, representando quase 70% do número total de relatórios divulgados.

No que diz respeito às versões das Diretrizes GRI utilizadas e conforme se pode constatar no gráfico seguinte (Fig. 10), existe um natural aumento do número de documentos desde o ano em que a versão é introduzida até ser substituída pela versão mais recente. De realçar que a introdução de uma nova versão não implica que as versões anteriores deixem de ser utilizadas imediatamente, como é o caso da versão GRI-G3, introduzida em 2005 e já com duas versões mais recentes, que ainda serve de referencial a 330 organizações em 2015.

Daqui se conclui haver uma resistência à mudança de versão do referencial por parte de algumas organizações, dado que o processo implica conteúdos distintos e uma organização de informação de uma forma diferente àquela que foi aplicada nos documentos de períodos transatos.

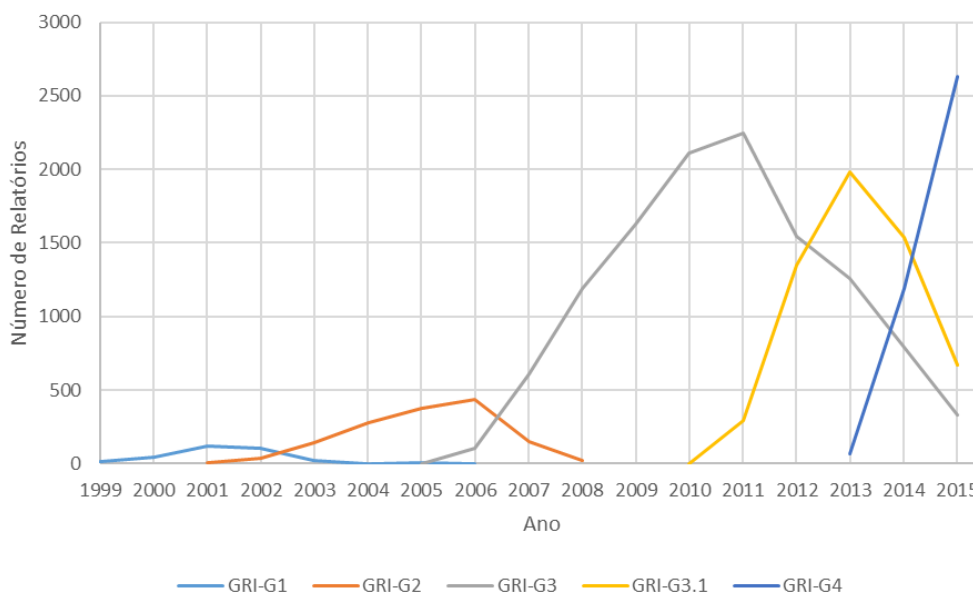


Figura 10 - Evolução do número de relatórios de sustentabilidade a nível global, por versão das Diretrizes GRI

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

No que diz respeito à divisão do número de relatórios emitidos a nível global em função da dimensão da organização, consideraram-se as seguintes classes:

- Grandes Empresas: organizações com mais de 250 trabalhadores e volume de negócios maior que 50 milhões € ou balanço patrimonial maior que 43 milhões €;
- Multinacionais: idem das grandes empresas, mas multinacionais;
- Pequenas e Médias Empresas: restantes organizações de dimensão inferior.

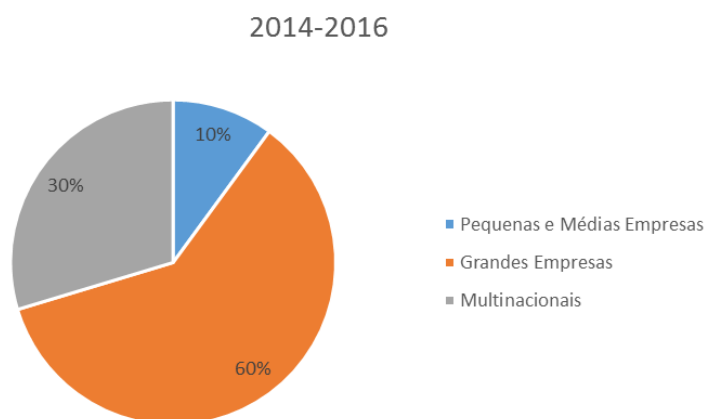


Figura 11 - Número de relatórios divulgados em qualquer referencial entre 2014 e 2016 a nível global por dimensão da organização

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Da análise da distribuição do número de relatórios emitidos em função da dimensão da organização emissora verifica-se que as Pequenas e Médias Empresas apenas representam 10% da totalidade de documentos, o que se explica pelo considerável consumo de recursos que a sua elaboração implica quando comparado com os impactos económicos, ambientais e sociais, o número de *stakeholders* e respetivo grau de preocupação duma organização de menor dimensão.

A distribuição geográfica do número de relatórios de sustentabilidade divulgados entre 2014 e 2016 por continente encontra-se representada na figura seguinte (Fig. 12):

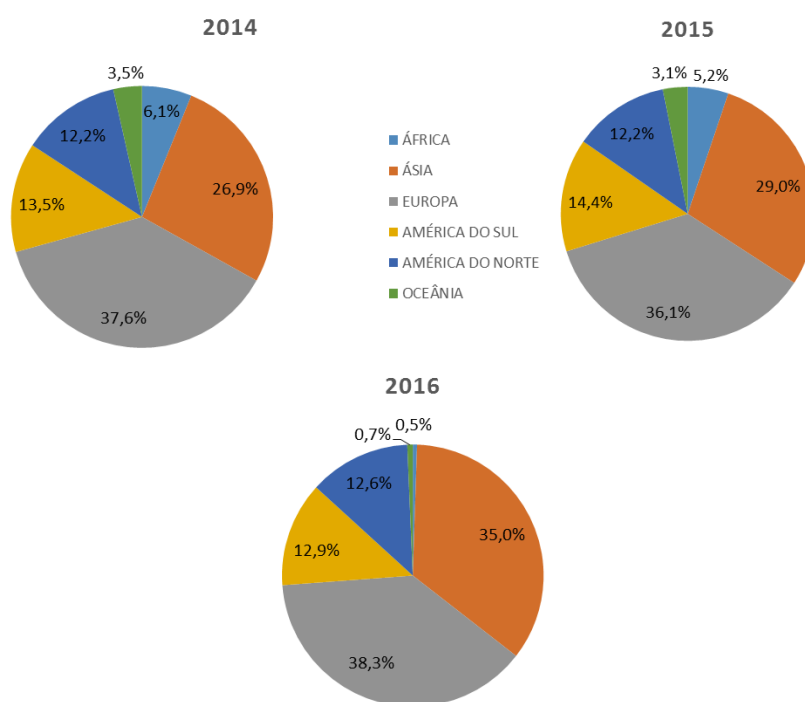


Figura 12 - Evolução da distribuição do número de relatórios emitidos entre 2014 e 2016, em qualquer referencial, por continente

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Da análise da evolução da distribuição por continente verifica-se que as organizações europeias são a principal fonte de relatórios de sustentabilidade. Destaca-se também a crescente preponderância relativa da Ásia em contraponto com a diminuição do peso percentual do número de documentos emitidos em África e na Oceânia.

De seguida apresenta-se a distribuição por país das organizações emissoras, com destaque para os dez principais países:

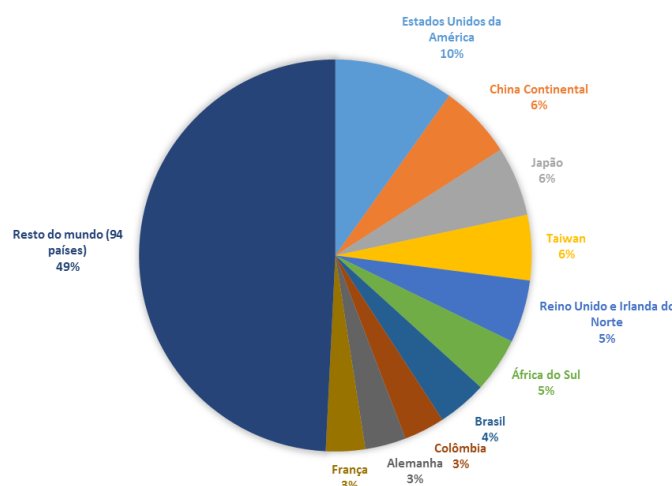


Figura 13 - Relatórios de sustentabilidade publicados em qualquer dos referenciais, por país, entre 2014 e 2016

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Constata-se que os Estados Unidos da América são o país cujas organizações mais relatórios de sustentabilidade emitem. No caso europeu, que enquanto continente tinha a primazia, a distribuição por nação é mais homogênea, havendo apenas três países nos dez destacados. De realçar também a existência de relatórios emitidos e publicados em cento e quatro países distintos no período em causa, o que reflete a globalidade da questão da sustentabilidade. Analisando os dez maiores países emissores de relatórios de sustentabilidade em função do referencial adotado resulta a seguinte representação gráfica (Fig. 14):

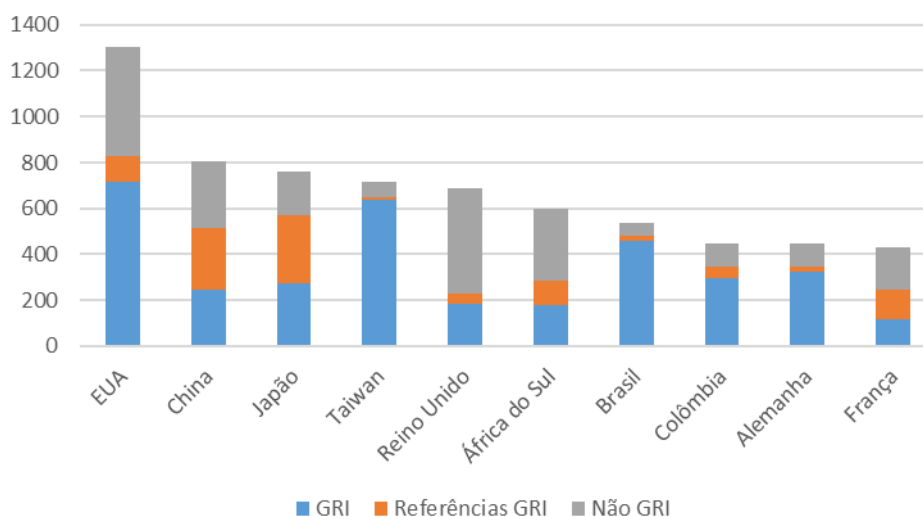


Figura 14 - Relatórios de sustentabilidade publicados pelos 10 principais países, entre 2014 e 2016, por referencial adotado

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Verifica-se que em zonas como Taiwan ou Brasil a elaboração de relatórios “de acordo” com as Diretrizes GRI é massificada, enquanto que outros países como o Reino Unido, África do Sul, o grau de utilização das mesmas tem um fraco peso relativo.

No que diz concerne ao setor de atividade das organizações que divulgaram relatórios de sustentabilidade no período entre 2014 e 2016 têm-se a seguinte distribuição com destaque para os dez principais setores:

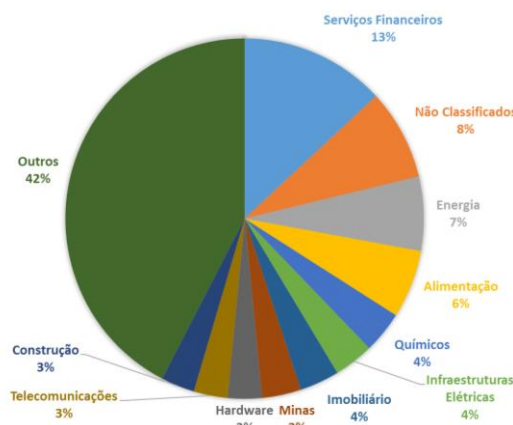


Figura 15 - Relatórios de sustentabilidade divulgados entre 2014 e 2016, em qualquer referencial, por setor de atividade

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

O setor dos serviços financeiros é aquele que mais relatórios emite, o que se explica pela dimensão considerável dos agentes desse ramo, pela transversalidade dos impactos económicos, ambientais e sociais que estas organizações provocam, pelo grau de severidade potencial que os mesmos impactos acarretam, pela globalidade dos mercados financeiros e pelo vasto número e literacia dos principais *stakeholders*.

A distribuição pelos restantes setores, muito homogénea, atesta também da versatilidade dos referenciais utilizados e da transversalidade que a importância dos Aspectos relacionados com a sustentabilidade atualmente tem.

Conforme abordado no capítulo de detalhe da elaboração de relatórios “de acordo” com as Diretrizes GRI-G4, estas possibilitam que as organizações escolham entre duas opções de relato, a essencial e a abrangente, que variam na quantidade de conteúdos a incorporar. O primeiro relatório elaborado “de acordo” com esta versão do referencial da GRI ocorreu em 2013, sendo o número de documentos divulgados que refletem cada uma das opções representado no gráfico seguinte (Fig. 16), de onde se retira uma clara predominância pela opção Essencial por parte das organizações:

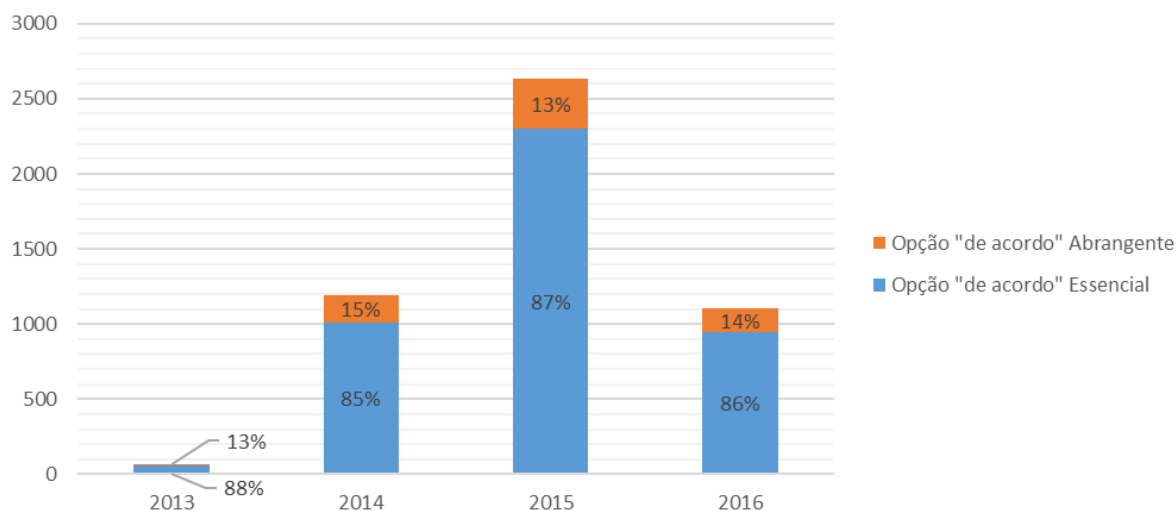


Figura 16 - Número e percentagem de relatórios divulgação consoante a opção “de acordo” das Diretrizes GRI-G4 a nível global

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

As Diretrizes GRI-G4 também deixam ao critério da organização emissora a submissão do relatório a verificação externa, o que, não sendo um requisito obrigatório, confere uma credibilidade adicional à informação contida do ponto de vista dos diversos destinatários do documento. A nível mundial, o número de relatórios divulgados em função da existência de verificação externa e seu peso percentual traduz-se no seguinte gráfico (Fig. 17):

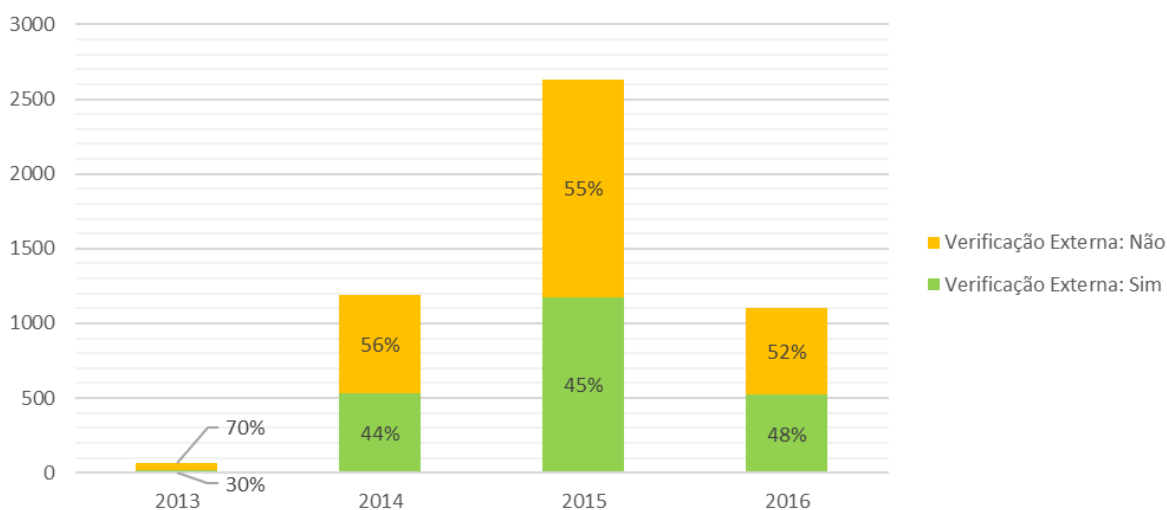


Figura 17 - Distribuição do número e percentagem anual de relatórios de sustentabilidade emitidos a nível mundial de acordo com o referencial GRI-G4 em função da existência de verificação externa

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Os dados utilizados na elaboração dos gráficos das Figuras 9 a 17 foram extraídos da base de dados “GRI Complete Reports List” cedida pela *Global Reporting Initiative* para a elaboração do presente documento a 24/10/2016.

### 4.3. Utilização em Portugal

No caso particular dos relatórios de sustentabilidade que tiveram origem em organizações portuguesas, a evolução do número de documentos publicados encontra-se vertida no seguinte gráfico (Fig. 18):

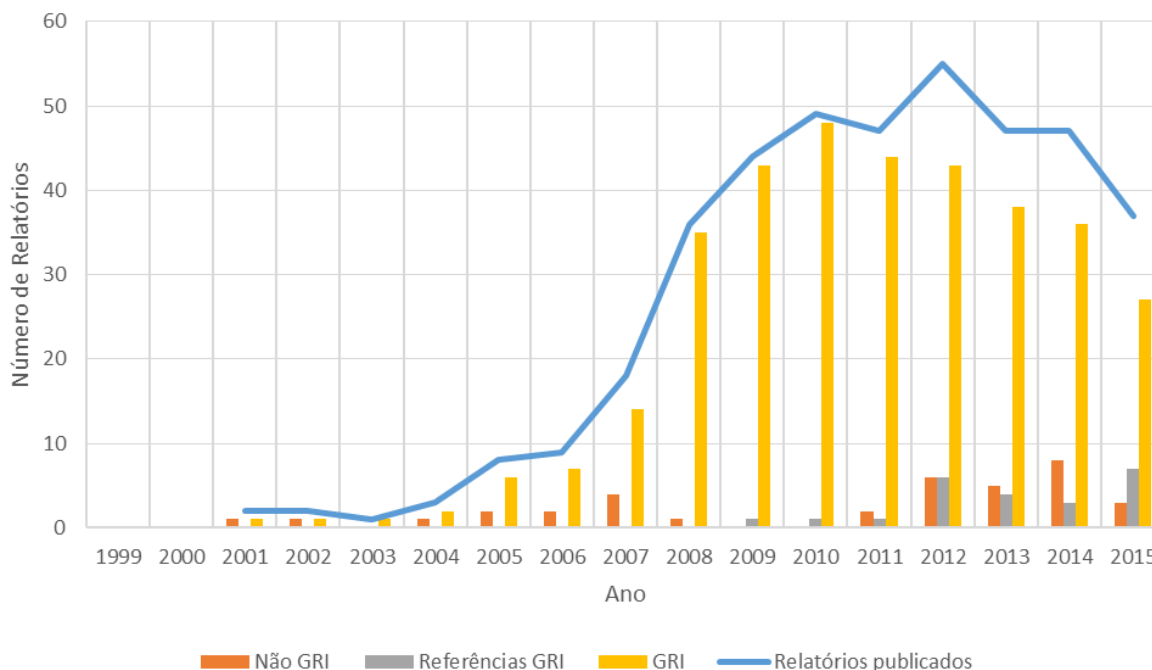


Figura 18 - Evolução do número de relatórios de sustentabilidade publicados em Portugal, total e por referencial  
Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Contrariamente à tendência global, verifica-se que em Portugal houve um decréscimo do número de relatórios de sustentabilidade publicados a partir de 2012, situação que poderá estar relacionada com a crise económica e consequente falta de recursos para alocar à elaboração deste tipo de documentos. Verifica-se também, quando comparada com os dados a nível global, uma maior preponderância relativa dos relatórios elaborados “de acordo” ou com referências às Diretrizes da GRI.

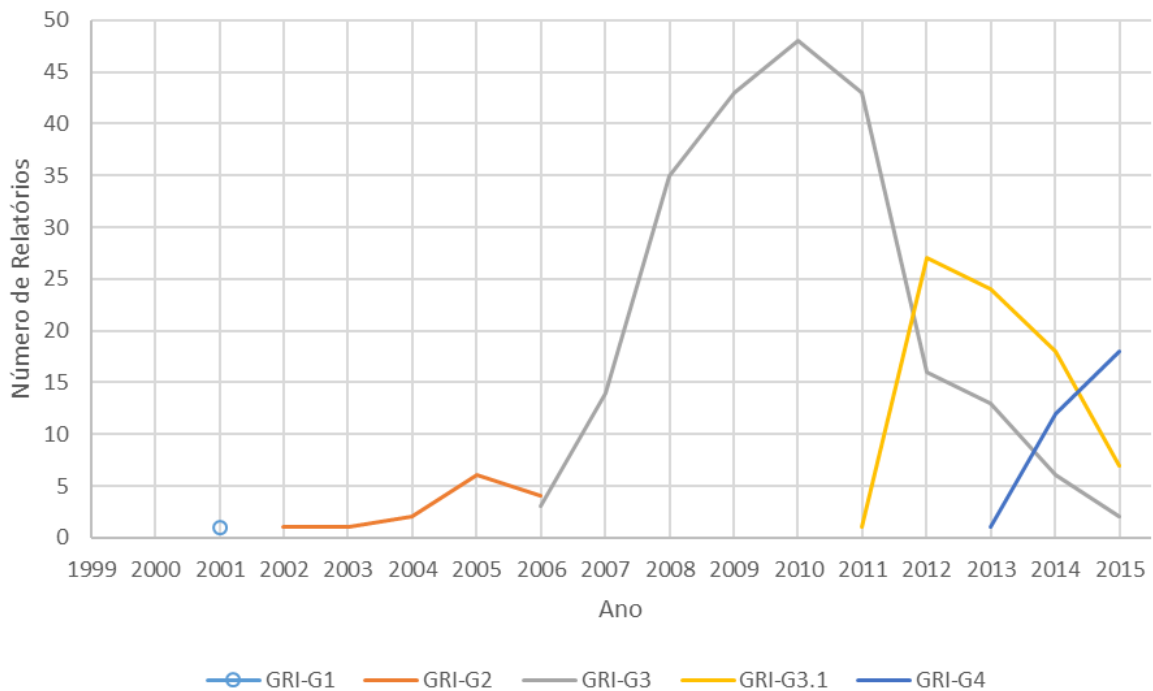


Figura 19 - Evolução do número de relatórios de sustentabilidade em Portugal, por versão das Diretrizes GRI

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

No que diz respeito à versão das Diretrizes GRI utilizada na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, verifica-se um cenário de substituição da versão utilizada pela mais recente, embora essa tendência de substituição não ocorra de modo tão célere como a nível global. Também o facto do número total de relatórios divulgados se encontrar a diminuir desde 2010 contribui para que a substituição das versões anteriores não seja tão evidente como o é a nível mundial.

Em termos de distribuição do número de relatórios emitidos em função da dimensão da organização emissora, utilizando a mesma classificação de empresas atrás usada para a escala global, resulta o seguinte gráfico:

2014-2016

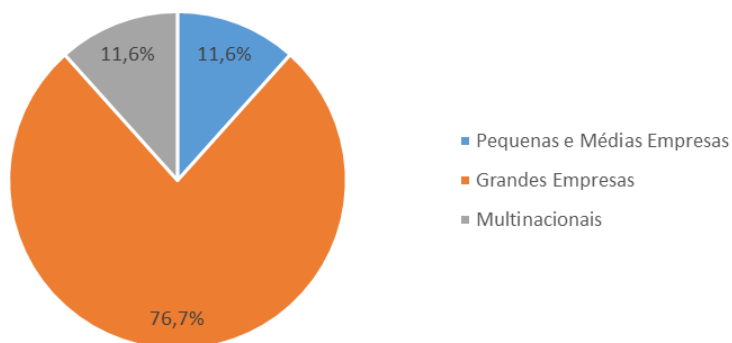


Figura 20 - Distribuição da percentagem de relatórios de sustentabilidade divulgados em Portugal entre 2014 e 2016 por dimensão da organização  
 Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Constata-se que existe uma natural preponderância das Grandes Empresas enquanto emissoras de relatórios de sustentabilidade, estando as Pequenas e Médias Empresas e as Multinacionais têm um peso semelhante da ordem dos 10%.

Comparando estes pesos relativos com os anteriormente abordados a nível global, verifica-se que as Pequenas e Médias Empresas possuem um peso idêntico em ambas as amostras, havendo um decréscimo importante da percentagem de relatórios de sustentabilidade que foram emitidos por multinacionais portuguesas face ao que este tipo de empresas representa a nível mundial, o que se explica pelo facto do próprio peso relativo de organizações deste tipo ser mais escasso em Portugal do que no mundo.

Analisando o referencial escolhido por cada em das classes de organizações atrás definidas para a divulgação de relatórios de sustentabilidade resulta a seguinte distribuição percentual:

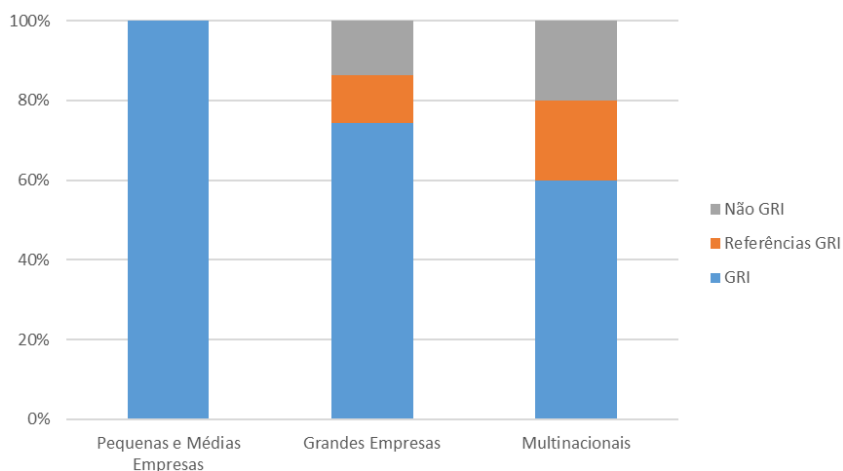


Figura 21 - Percentagem do referencial utilizado na divulgação de relatórios de sustentabilidade em Portugal entre 2014 e 2016, por dimensão da organização  
 Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Verifica-se que as organizações de menor dimensão utilizaram, entre 2014 e 2016, exclusivamente os relatórios de sustentabilidade “de acordo” com as Diretrizes da GRI. Nas empresas de maior dimensão este referencial é também o mais utilizado, pese embora existam cerca de 20% de organizações que optam por referenciais totalmente distintos das Diretrizes.

As organizações emissoras de relatórios em Portugal no período entre 2014 e 2016 distribuem-se por setores de acordo com o gráfico seguinte (Fig. 22):

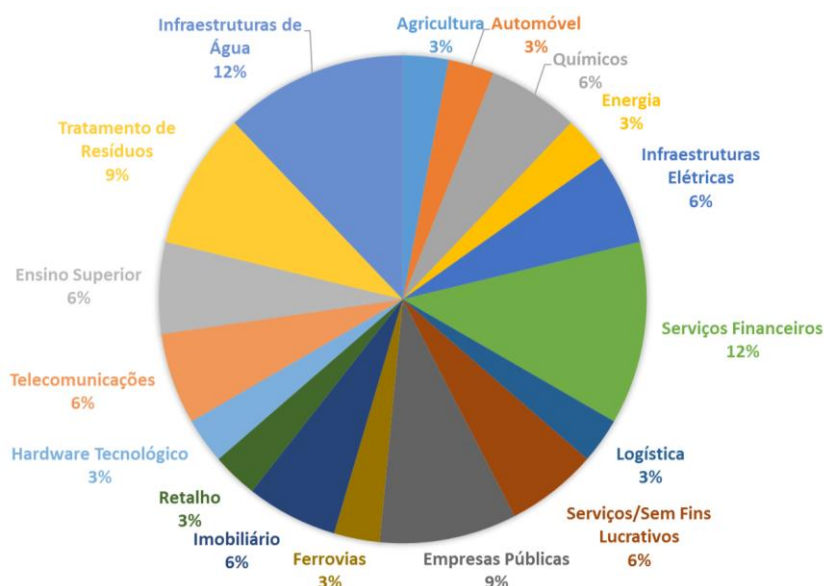


Figura 22 - Relatórios de sustentabilidade divulgados entre 2013 e 2016 em Portugal, por setor de atividade

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Com a classificação utilizada existem organizações de 17 setores distintos, com especial relevância do setor financeiro e das infraestruturas de água. Quando comparada com a distribuição a nível mundial verifica-se um menor número menor de setores envolvidos e uma preponderância relativa de alguns setores específicos que decorre do menor número de documentos divulgados e consequente dimensão da amostra utilizada.

No que diz respeito à opção “de acordo” das organizações portuguesas que utilizaram as Diretrizes GRI-G4, o número de documentos divulgados que refletem cada uma das opções representado no gráfico seguinte (Fig. 23), de onde se retira uma repartição praticamente equilibrada por cada uma das modalidades ao dispor das organizações:

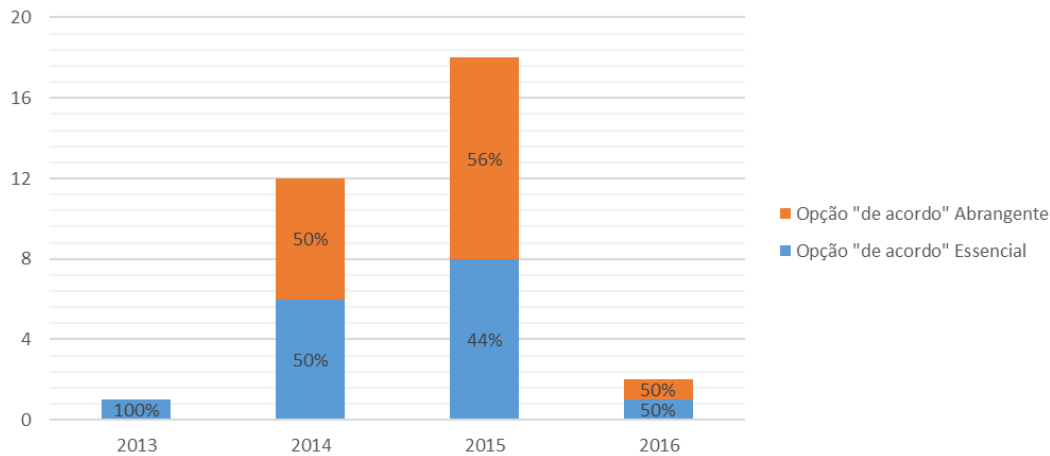


Figura 23 - Número e percentagem de relatórios divulgação consoante a opção “de acordo” das Diretrizes GRI-G4 em Portugal

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

No que diz respeito à submissão do relatório de sustentabilidade a verificação externa, em Portugal, o número de relatórios divulgados em função da existência de verificação externa e seu peso percentual traduz-se no seguinte gráfico:

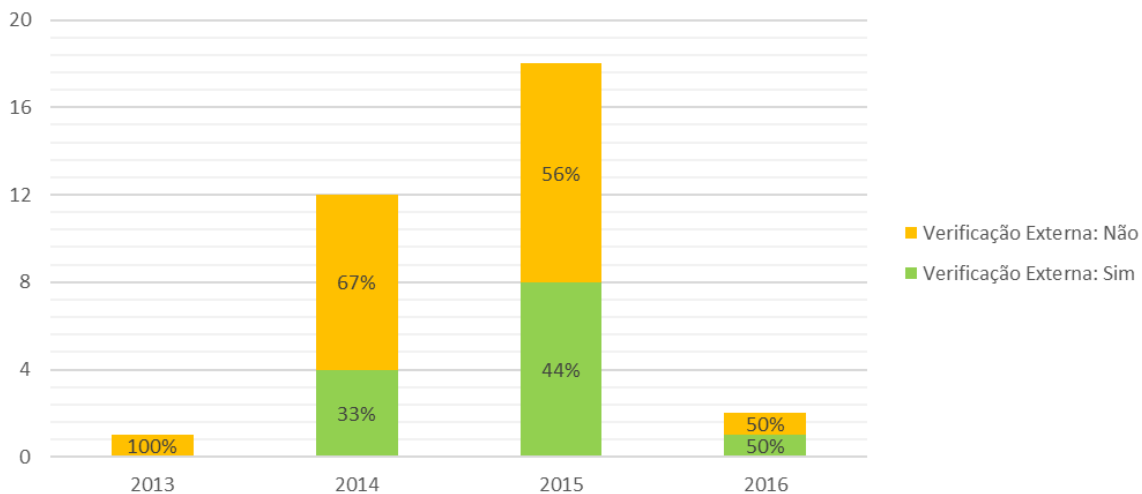


Figura 24 - Distribuição do número e percentagem anual de relatórios de sustentabilidade emitidos em Portugal de acordo com o referencial GRI-G4 em função da existência de verificação externa

Fonte: produção própria; Dados: GRI Complete Reports List

Constata-se assim que apenas 40% dos relatórios emitidos no país “de acordo” com as Diretrizes GRI-G4 foram submetidas a verificação externa, ficando assim ligeiramente abaixo da percentagem equivalente a nível global.

No que diz respeito à utilização dos suplementos de conteúdos setoriais em Portugal, apenas uma organização utilizou os respetivos conteúdos específicos para o setor, que no caso se tratou dos conteúdos para o setor “Petróleo e Gás”.

Os dados utilizados na elaboração dos gráficos (Fig. 18 a 24) acima foram extraídos da base de dados “GRI Complete Reports List” cedida pela *Global Reporting Initiative* para a elaboração do presente documento a 24/10/2016.



## 5 – ESTUDO DE CASO

### 5.1. Enquadramento

No presente capítulo analisa-se a abordagem que duas organizações portuguesas tiveram às Diretrizes da GRI-G4 e conseqüentemente os relatórios de sustentabilidade divulgados. Foram escolhidas duas organizações de setores de atividade e porte distintos, diferindo também na opção “de acordo” selecionada.

A Galp Energia foi escolhida por se tratar da única organização portuguesa que incorporou os Conteúdos Setoriais Específicos no seu relatório, ser uma Grande Empresa de acordo com a classificação anteriormente referida e ter selecionado a opção “de acordo” Abrangente.

A NANIUM foi incluída no estudo, para além de ter as características opostas às da Galp Energia, por ser uma organização geograficamente próxima e por estar conotada com a extinta Qimonda, o que torna especialmente interessante perceber como é encarada a questão da sustentabilidade e como os seus valores e indicadores são transmitidos aos *stakeholders*.

No quadro seguinte (Quadro XXXVII) encontram-se resumidas as principais características dos relatórios de sustentabilidade:

Características Gerais dos Relatórios de Sustentabilidade							
Organização	Título	Período Coberto	Data de Publicação	Referencial	Opção "de acordo"	Verificação Externa	Conteúdos Setoriais
Galp Energia	2014 Sustainability Report	2014	20/10/2015	GRI-G4	Abrangente	Sim	Petróleo e Gás
NANIUM	Nanium Sustainability Report 2014	2014	28/06/2015	GRI-G4	Essencial	Não	N/A

Quadro XXXVII - Características gerais dos relatórios de sustentabilidade da Galp Energia e da NANIUM

Fonte: produção própria; Dados: (Galp Energia, 2015) e (NANIUM, 2015)

Não sendo o objetivo do presente trabalho analisar e criticar a performance destas organizações em termos de sustentabilidade, mas antes a abordagem que efetuaram de modo a produzirem relatórios de sustentabilidade “de acordo” com as Diretrizes, faz-se de seguida o estudo comparativo da forma como estas empresas aplicaram o mesmo referencial.

### 5.2. Opção “de acordo”

Conforme atrás referido, as Diretrizes GRI-G4 possibilitam às organizações a escolha entre duas opções de acordo, a Essencial e a Abrangente, que diferem na quantidade de conteúdos a incorporar no relatório de sustentabilidade.

A Galp Energia elaborou o relatório em causa segundo a opção Abrangente, enquanto que a NANIUM optou pela vertente Essencial, traduzindo-se assim numa menor quantidade de conteúdos a relatar.

### **5.3. Estrutura do relatório de sustentabilidade**

Da leitura de ambos os relatórios e análise da forma como estes se encontram estruturados, imediatamente se constata a existência de abordagens distintas à forma como os conteúdos se encontram organizados.

No caso do relatório de sustentabilidade da Galp Energia verifica-se que a informação referente aos vários conteúdos se encontra misturada e dispersa ao longo do documento de acordo com a estrutura que a própria organização entendeu como mais vantajosa para o fim a que se destina. O sumário deste relatório (reproduzida no Anexo B) obriga a que um destinatário que esteja à procura de informação relacionada com um determinado conteúdo tenha de procurar informação parcial em zonas distintas do corpo do relatório, o que não sendo demasiado complicado dificulta significativamente a análise. Existem inclusivamente indicadores em que o quadro resumo remete para outros documentos da organização que não o relatório de sustentabilidade e outros em que a informação é dada na própria tabela resumo, estando ausente do corpo do relatório. O modo como a informação se encontra distribuída dá a entender que a organização criou o seu modelo próprio para a divulgação dos conteúdos, no qual o facto de estar de acordo com o referencial GRI-G4 é uma mais-valia importante, mas não o objetivo exclusivo do documento.

A NANIUM estrutura o seu relatório seguindo a mesma ordem dos conteúdos das Diretrizes, apresentando a informação conteúdo a conteúdo. Assim, para cada conteúdo, é agrupada e relatada toda a informação necessária passando-se de seguida ao conteúdo subsequente nas Diretrizes. Desta forma de organização resulta um sumário resumo de conteúdos (que se encontra reproduzido no Anexo C) de simples análise para destinatários que estejam familiarizados com as Diretrizes GRI-G4. Esta forma de organização leva a inferir que as Diretrizes estiveram na base da elaboração do relatório desde a primeira fase, sendo o documento orientado fundamentalmente para ir de encontro ao nelas especificado.

Desta diferença de estruturas conclui-se que a elaboração de relatórios de acordo com as Diretrizes GRI-G4 uniformiza a informação mínima a disponibilizar, não resultando daí necessariamente relatórios idênticos e descaracterizados, existindo a possibilidade de as organizações manterem a sua identidade personalizando e organizando os documentos da forma que entenderem mais benéfica para a divulgação da informação.

#### 5.4. Verificação externa

A verificação externa, não sendo um requisito obrigatório, confere um grau de confiabilidade adicional aos conteúdos do relatório de sustentabilidade. Dos dois relatórios em análise, o da Galp Energia foi submetido a verificação externa pela Pricewaterhouse Coopers tendo obtido um nível de garantia “Limitado/Moderado”.

A NANIUM, por sua vez, optou por não submeter o seu documento a verificação por entidade externa.

#### 5.5. Envolvimento de *stakeholders*

A Galp Energia, na elaboração do relatório em análise, encetou um processo de caracterização de *stakeholders* que consistiu, numa primeira fase, na sua divisão em onze categorias, conforme imagem seguinte (Fig. 25):

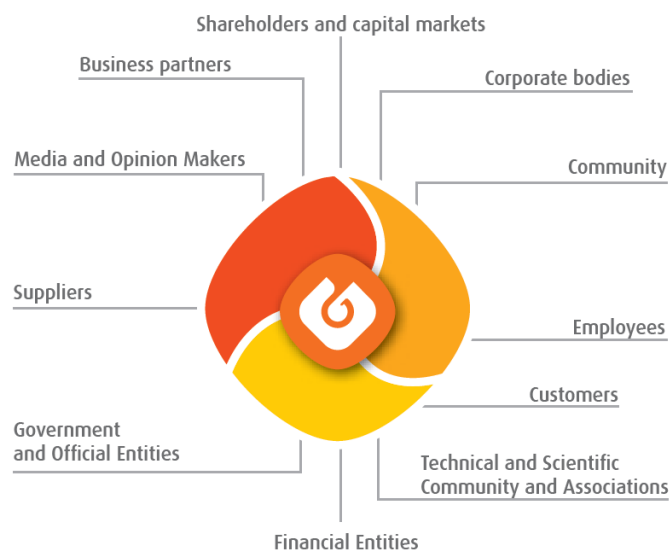


Figura 25 - Categorização de *stakeholders* pela Galp Energia  
Fonte: adaptado de (Galp Energia, 2015)

Na fase seguinte foi implementado um modelo de criação do perfil de cada grupo de *stakeholders* que envolveu o contributo de toda a organização. Esse modelo permitiu retratar o perfil de cada grupo nos seguintes aspetos:

- Grupo e subgrupo de *stakeholders*;
- Modelo de gestão;
- Canais de comunicação;
- Análise SWOT das relações estabelecidas;
- Tópicos relevantes em matéria de sustentabilidade;
- Influência e dependência;
- Estratégica de consulta.

De modo a hierarquizar os diferentes grupos de stakeholders foi utilizada uma metodologia baseada no grau de influência na organização e de dependência da organização dos mesmos. Seguiu-se um processo de consulta dos *stakeholders* de modo a perceber que tópicos relacionados com a sustentabilidade eram para estes mais importantes, bem como as suas expectativas e preocupações nestes temas. Foram enviados 1.520 inquéritos, dos quais se obtiveram 615 respostas, que permitiu obter uma visão representativa dos *stakeholders* de vários segmentos de negócios e regiões geográficas. O resultado destes inquéritos permitiu, para além de servir de input ao processo de identificação de Aspectos materiais, obter os pontos de vista dos *stakeholders* relativamente à organização, estratégia, reputação e relação com a sustentabilidade.

Segundo o seu relatório de sustentabilidade, a NANIUM selecionou os *stakeholders* a serem envolvidos no processo de elaboração do relatório considerando os seguintes tópicos:

- Responsabilidade;
- Influência;
- Proximidade;
- Dependência;
- Representatividade.

Os *stakeholders* incluídos no relatório foram escolhidos com base nos critérios

- Quão fortemente os *stakeholders* são influenciados pela NANIUM;
- Quão fortemente os *stakeholders* influenciam a NANIUM.

Os *stakeholders* considerados, as ações de envolvimento e os benefícios resultantes são reportados pela NANIUM de acordo com o seguinte quadro (Quadro XXXVIII):

Stakeholders	Principais ações de interação e comunicação	Benefícios
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• "All Hands Meetings" são trimestralmente realizadas para compartilhar os resultados alcançados, em que todos os funcionários têm a oportunidade de questionar Conselho de Administração da NANIUM.</li> <li>• A política da NANIUM de "porta aberta" convida todos os funcionários para discutir ideias/problemas com todos os níveis hierárquicos da empresa.</li> <li>• NANIUM tem um processo de "Avaliação por Trabalhadores", onde as oportunidades e necessidades de desempenho e desenvolvimento são discutidas entre os funcionários e a administração.</li> <li>• A cada dois meses, a NANIUM detém um "Dia de Tecnologia", em que os mais recentes produtos e tecnologias são apresentados internamente.</li> <li>• A NANIUM tem uma intranet disponível a todos os trabalhadores.</li> <li>• Um pequeno inquérito sobre a importância dos indicadores relatados foi realizado junto dos membros dos "Representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho".</li> </ul>	Aproveitamento e desenvolvimento de recursos humanos; manutenção de alto nível de motivação; promoção da saúde e segurança.
Acionistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A cada trimestre, a NANIUM relata os resultados financeiros numa reunião com o seu Conselho de Supervisão.</li> <li>• Nesta mesma reunião, a estratégia, as condições do mercado e o plano de negócios são apresentados e discutidos.</li> <li>• Anualmente, os resultados de negócios são discutidos e aprovados na Assembleia Geral de Acionistas.</li> </ul>	Melhorar a comunicação com os acionistas e investidores
Fornecedores e Clientes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularmente, a NANIUM tem reuniões de negócios com fornecedores, participação em eventos do setor, bem como visitas.</li> <li>• Implementação de um "Programa de Gestão de Fornecedores", que garante que NANIUM está sempre em contacto com os fornecedores, transformando-os em parceiros estratégicos.</li> <li>• Realização de conferências regulares e avaliações de negócios pessoalmente com os clientes ao longo do ano. Atualmente, a NANIUM tem em vigor várias equipas de gestão de projetos de desenvolvimento conjunto.</li> <li>• Realização de "Inquéritos de Satisfação do Cliente", anualmente, para feedback direto dos clientes.</li> </ul>	Promover a sustentabilidade ao longo da cadeia de fornecimento
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Através de um programa de filantropia, fazem-se contribuições para várias instituições da comunidade, com o envolvimento de todos os membros da equipe NANIUM.</li> <li>• Através de protocolos conjuntos com escolas e instituições locais, abriram-se posições de bolsa de estudos na fábrica e palestras em aulas e seminários, entre outras iniciativas.</li> <li>• Membro fundador da Porto Business School</li> <li>• Membro fundador do "Centro de Valorização de Resíduos" para o desenvolvimento conjunto de projetos ambientais.</li> </ul>	Promover a contribuição e as atividades de aprendizagem

Quadro XXXVIII - *Stakeholders* considerados pela NANIUM, ações de envolvimento e benefícios

Fonte: produção própria; Dados: (NANIUM, 2015)

## 5.6. Aspetos materiais identificados

O processo de identificação dos Aspetos Materiais implementado para a elaboração do relatório de sustentabilidade da Galp Energia teve por base quatro dimensões fundamentais:

- Análise de tendências e tópicos emergentes;
- Valores, políticas e compromissos da organização;
- Análise de performance e comparação com a concorrência;
- Consulta interna da organização e dos seus *stakeholders*.

Tendo estas dimensões presentes, o processo de identificação dos Aspetos Materiais consistiu na atribuição de níveis de relevância relativos a cada tópico relacionado com a sustentabilidade, no que diz respeito a:

- Severidade dos impactos económicos, ambientais e sociais que dele resultam;
- Forma como esses impactos influenciam a avaliação que os *stakeholders* fazem da organização e/ou as suas decisões relacionadas com a organização;

- Potencial do tópico para adicionar ou retirar valor à organização ou à sociedade/comunidade em que está inserida, particularmente aos seus principais *stakeholders*.

A figura seguinte (Fig. 26) representa o resultado do processo acima descrito que a Galp Energia adotou para a identificação dos Aspectos Materiais relacionados com a sustentabilidade:

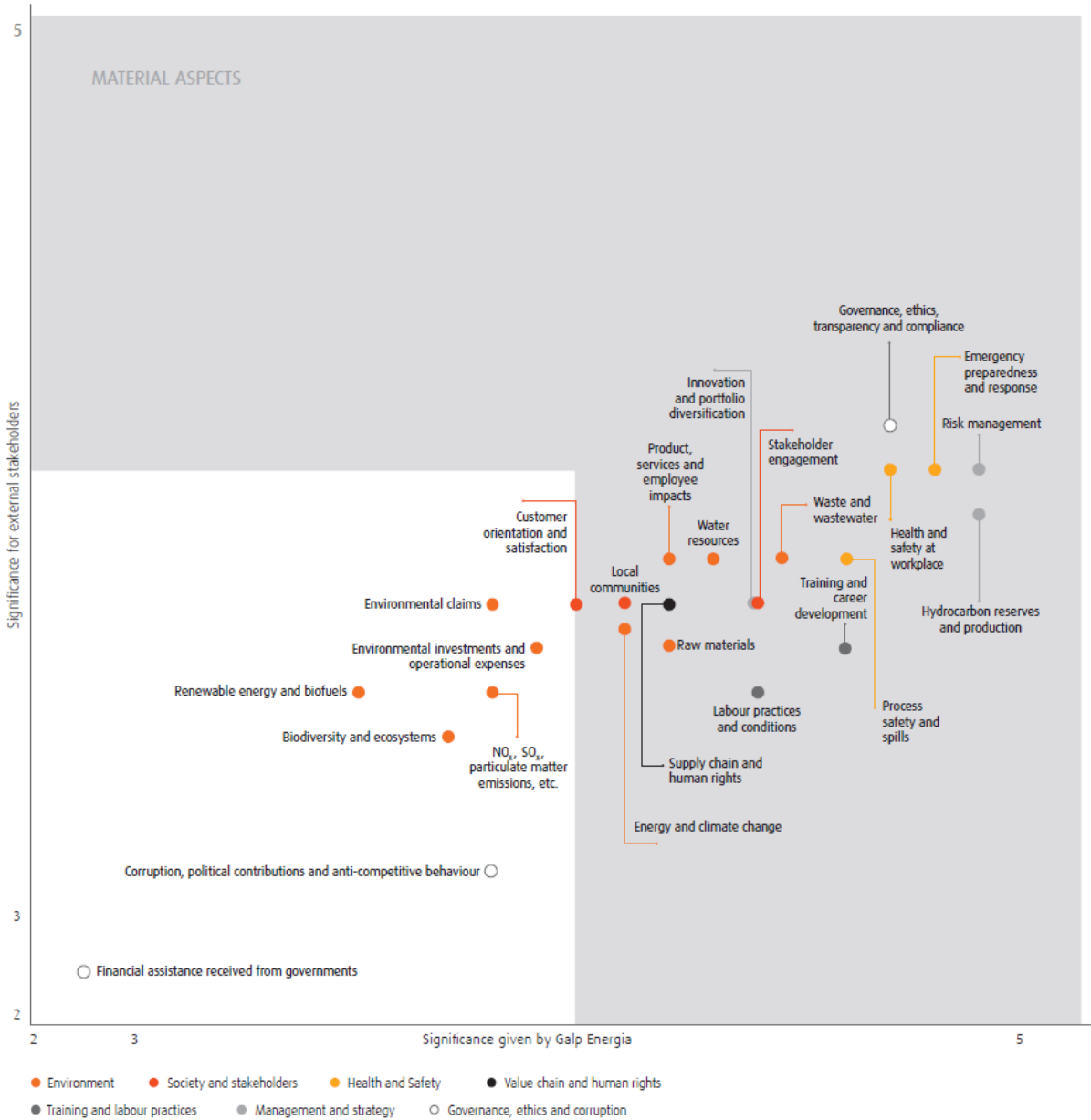


Figura 26 - Priorização de *stakeholders* pela Galp Energia  
 Fonte: adaptado de (Galp Energia, 2015)

A Galp Energia considera assim no sumário do seu relatório de sustentabilidade que todos os Aspectos constantes nos conteúdos padrão específicos das Diretrizes da GRI-G4 são materiais, à exceção dos seguintes:

- Ambiental: Biodiversidade;
- Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas;
- Direitos Humanos: Investimentos
- Sociedade: Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade

De referir que no indicador G4-EC4 (“Assistência financeira recebida do governo”), que é um indicador do “Desempenho Económico”, Aspeto Material segundo a análise atrás referida, a Galp Energia não apresenta o respetivo valor, referindo apenas que “o indicador não é material para a Galp Energia”. Tratando-se da opção “de acordo” Abrangente, a organização deve relatar todos os indicadores dos Aspetos Materiais, sendo esta omissão não justificada contrária às Diretrizes da GRI e que deveria ter obtido o respetivo reparo aquando da verificação externa.

A NANIUM constituiu uma equipa interna para representar o ponto de vista dos *stakeholders* e aplicar os princípios definidos nas Diretrizes da GRI relativamente a definição dos Aspectos Materiais.

Os Aspectos Materiais identificados e os indicadores escolhidos (a opção Essencial preconiza pelos menos um indicador por Aspeto Material) estão incorporados no relatório de sustentabilidade, de acordo com o quadro reproduzido de seguida (Quadro XXXIX):

ASPECT	KPI
<b>Economic</b>	
Economic Performance	EC1 Direct economic value generated and distributed, including revenues, operating costs, employee compensation, donations and their community investments, retained earnings, and payments to capital providers and governments
Market Presence	EC5 Range of standard entry level wage by gender compared to local minimum wage at significant locations of operation
Procurement Practices	EC9 Policy, practices, and proportion of spending on locally-based suppliers at significant locations of operation
<b>Environment</b>	
Energy	EN3 Energy consumption within the organization
Energy	EN6 Reduction of Energy Consumption
Water	EN8 Total water withdrawal by source
Emissions	EN15 Direct greenhouse gas (GHG) emissions (Scope 1)
Emissions	EN16 Energy indirect greenhouse gas (GHG) emissions (Scope 2)
Emissions	EN19 Reduction of Greenhouse Gas emissions
Emissions	EN22 Total Water Discharge by Quality and Destination
Effluents and waste	EN23 Total weight of waste by type and disposal method
<b>Labor Practices &amp; Decent Work</b>	
Occupational Health and Safety	LA6 Rates of injury, occupational diseases, lost days, and absenteeism, and total number of work-related fatalities, by region and by gender
Training and Education	LA9 Average hours of training per year per employee, by gender, and by employee category
Training and Education	LA11 Percentage of employees receiving regular performance and career development reviews, by gender
<b>Society</b>	
Anti-Corruption	SO4 Communication and training on anti-corruption policies and procedures
<b>Human Rights</b>	
Investment	HR2 Total hours and employees training on human rights policies
Child labor	HR5 Measures taken to contribute to the effective abolition of child labor
Forced or Compulsory Labor	HR6 Measures taken to contribute to the elimination of all forms of forced or compulsory labor

Quadro XXXIX - Aspectos Materiais e indicadores identificados pela NANIUM  
 Fonte: adaptado de (NANIUM, 2015)

No que diz respeito aos Limites de cada Aspetto Material identificado, a equipa da NANIUM responsável pela elaboração do relatório de sustentabilidade apresenta a seguinte matriz (Quadro XL):

	EMPLOYEES	SHAREHOLDERS	SUPPLIERS	CUSTOMERS	COMMUNITY
<b>Economic</b>					
Economic Performance	●	●	●	●	●
Market Presence	●	●	●	●	
Procurement Practices		●	●	●	
<b>Environmental</b>					
Energy	●	●			●
Water	●	●			●
Emissions	●	●		●	●
Effluents and waste	●	●		●	●
<b>Labor Practices and Decent Work</b>					
Employment	●	●			●
Occupational Health and safety	●	●		●	●
Training and Education	●	●		●	●
<b>Society</b>					
Anti-Corruption	●	●	●	●	●
<b>Human Rights</b>					
Investment	●	●		●	
Child Labor	●	●	●	●	●
Forced or Compulsory Labor	●	●	●	●	●

Quadro XL - Limites de Aspetos Materiais definidos pela NANIUM  
 Fonte: adaptado de (NANIUM, 2015)

## **5.7. Conteúdos setoriais**

A Galp Energia incorpora no seu relatório de sustentabilidade os indicadores dos conteúdos setoriais “Petróleo e Gás”, quando materiais, sendo a única organização portuguesa a fazê-lo.

No caso da NANIUM, estes conteúdos não se encontram desenvolvidos e publicados pela GRI para o setor de “hardware tecnológico”, não se aplicando, portanto, ao relatório de sustentabilidade analisado.

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo realizado verifica-se que as Diretrizes da *Global Reporting Initiative* se materializam na compilação de conteúdos que abordam de uma forma exaustiva a questão da sustentabilidade das organizações. Trata-se de uma ferramenta poderosa na medida que conta com os *inputs* de uma vasta gama de *stakeholders* ao longo de quase duas décadas.

A sua utilização para a elaboração de relatórios de sustentabilidade traz vantagens evidentes às organizações emissoras, na medida que lhe fornece linhas de orientação da seleção da informação mais relevante e do modo de a divulgar de forma objetiva e mensurável, quer através de indicadores quer através de informação acerca da forma de gestão que a organização implementa para lidar com matérias relacionadas com a sustentabilidade. Constitui também uma vantagem na medida em que a organização, ao elaborar o relatório, não está simplesmente a constatar factos relativos aos impactos económicos, ambientais e sociais como consumados, podendo e devendo implementar ações de melhoria de modo a tornar as suas operações mais sustentáveis ao longo do tempo.

Esta uniformização de conteúdos deixa as organizações com liberdade de organizar e personalizar o seu relatório de sustentabilidade, combinando assim a sua identidade, imagem de marca e estratégias de marketing que pretenda assumir com a garantia de conteúdos que a utilização do referencial GRI proporciona.

Do ponto de vista dos *stakeholders* a disponibilização de relatórios de sustentabilidade “de acordo” com as Diretrizes GRI-G4 por parte das organizações permite facilmente localizar um determinado aspeto que seja relevante, comparar organizações e analisar a evolução do desempenho ao longo do tempo, sempre com recurso a indicadores e informações concretas.

O facto dos conteúdos a incorporar ser extenso tem a desvantagem óbvia de implicar um rigoroso planeamento e a afetação de recursos importantes à sua elaboração. A preparação e a compilação dos dados necessários à elaboração do relatório de sustentabilidade têm de ser iniciadas simultaneamente com o período coberto pelo relatório, podendo implicar o ajuste de algumas das operações da organização de modo a possibilitar a recolha de dados no formato pretendido. Todas estas questões trazem custos importantes, mas que não são comparáveis com os custos globais que teriam caso cada organização tivesse de desenvolver o seu próprio modelo de raiz, o que resultaria seguramente num menor número de relatórios divulgados e de utilidade inferior.

A utilização das Diretrizes não é, no entanto, à prova de falhas, na medida em que cabe às organizações a responsabilidade de definir quais os Aspetos Materiais que consideram para

si próprias e para os seus *stakeholders*, o que num processo malconduzido poderá resultar em omissões de informações importantes para os destinatários dos relatórios de sustentabilidade. Nessa vertente, a passagem da verificação externa para um requisito obrigatório poderia desempenhar um papel importante, mas os custos adicionais de uma verificação exaustiva por uma terceira parte seriam certamente dissuasores de muitas das organizações que atualmente utilizam o referencial. A veracidade dos conteúdos divulgados é exclusivamente da responsabilidade da organização emissora do relatório de sustentabilidade, o que não exclui a possibilidade de haver manipulação de informação.

Antecipa-se que o futuro trará uma preocupação ainda maior com os tópicos relacionados com a sustentabilidade, pelo que o mercado tenderá a recorrer cada vez mais a ferramentas como os relatórios de sustentabilidade como critério de discriminação positiva das organizações. A criação de mecanismos que promovam e incentivem a massificação da sua elaboração e divulgação, por exemplo através de incentivos públicos às empresas que recorram a este tipo de documentos, seria uma boa forma de antecipar esta tendência, em nome de um futuro mais sustentável. Nesse domínio, a vulgarização da divulgação dos relatórios de sustentabilidade conjugada com um papel fiscalizador de *stakeholders* e meios de comunicação seria certamente importante para minimizar continuamente os impactos económicos, ambientais e sociais das organizações.

A falta de incentivos deste género, eventualmente conjugada com a crise económica e financeira que temos vindo a assistir, levou a que em Portugal se tenha verificado uma tendência inversa, com decréscimo do número de relatórios de sustentabilidade emitidos nos últimos anos. Se esse decréscimo representa uma diminuição das ações das organizações para minimizar os seus impactos económicos, sociais e ambientais ou se estas se mantêm embora sem divulgação, é a questão que importa aprofundar.

**FONTES DE INFORMAÇÃO****Referências Bibliográficas**

- Amado, M. P. (2005). *Planeamento Urbano Sustentável*. Coleção Pensar Arquitectura, Caleidoscópio.
- Banuri, T., J. Weyant, G., Akumu, A., Pinguelli Rosa, L., Rayner, S., Sachs, W., . . . Yohe, G. (2001). Setting the stage: Climate change and sustainable development. Em B. O. Intergovernmental Panel On Climate Change (IPCC)[Metz, *Climate Change 2001: Mitigation, Report of working group III*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Belo, J. C. (2014). *Responsabilidade social das empresas e cadeia de valor: o caso Sonae Sierra*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Bojo, J., Mäler, K.-G., & Unemo, L. (1992). *Environment and development: An economic approach*. Kluwer Academic Publishers.
- Brandon, P., Lombardi, P., & Bentivega, V. (1997). *Evaluation of the Built Environment for Sustainability*. London: E&FN Spon.
- Brown, L. (1981). *Building a sustainable society*. Washington, D.C.: Worldwatch Institute.
- Cocklin, C. (1995). *Agriculture, society, and environment: discourses on sustainability*. International Journal of Sustainable Development and World Ecology.
- Dieguez, T., Amador, F., & Porfirio, J. (2012). *The balance between the supply of portuguese higher education institutions and the emerging challenges of sustainable development: the case of the Automotive Suppliers Industry*. Madrid: ICERI.
- Galp Energia. (2015). *2014 Sustainability Report*. Lisboa.
- GRI. (2006). *Directrizes para a Elaboração do Relatório de Sustentabilidade*. Amsterdão.
- GRI. (2013). *GRI-G4: Electric Utilities Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2013). *GRI-G4: Financial Services Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2013). *GRI-G4: Mining and Metals Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2013). *GRI-G4: Oil and Gas Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2014). *GRI-G4: Airport Operators Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.

- GRI. (2014). *GRI-G4: Construction and Real Estate Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2014). *GRI-G4: Event Organizers Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2014). *GRI-G4: Food Processing Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2014). *GRI-G4: Media Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2014). *GRI-G4: NGO Sector Disclosures*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2015). *G4 - Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Manual de Implementação*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2015). *G4 - Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Princípios para Relato e Conteúdos Padrão*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2015). *Sustainability Disclosure Database - Data Legend*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (2016). *GRI Complete Reports List 1999-2016*. Amsterdão: GRI.
- GRI. (20 de 10 de 2016). *GRI Sustainability Reporting Standards*. Obtido de <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/gri-standards.aspx>
- GRI; IFC. (2009). *Incluindo a Questão do Gênero nos Relatórios de Sustentabilidade: Um guia para profissionais*. Amsterdão: GRI.
- Imran, S., Alan, K., & Beaumont, N. (2014). *Reinterpreting the Definition of Sustainable*. Ed. Dev. 22.
- Kiroyan, N. (2015). NCSR Sustainability Reporting. *SKK Migas Indonesian Petroleum Association 39th Convention*, (p. 11). Jakarta.
- Lopes, P. (2012). *O Relato de Sustentabilidade: o caso das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa – Análise comparativa entre o ano 2005 e o ano 2008*. Tese de Mestrado, Universidade de Évora.
- Machado, C., Santos, S., & Souza, T. (2006). A Sustentabilidade Ambiental em Questão. Em C. L. Silva, *Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico* (pp. 123-134). Petrópolis: RJ: Vozes.
- NANIUM. (2015). *Nanium Sustainability Report 2014*. Vila do Conde.
- Pezzoli, K. (1997). *Sustainable development: A transdisciplinary overview of the literature*. *Journal of Environmental Planning and Management*, 40(5).
- Pinto, T. (2014). *Sustentabilidade e a elaboração do Relatório de Sustentabilidade baseado na realidade das empresas portuguesas*. Tese de Mestrado. ISCAP-IPP.
- Robinson, J., & Herbert, D. (2001). *Integrating climate change and sustainable development*. *International Journal of Global Environmental Issues*.

WCED. (1987). *Our Common Future: New York*. New York: Oxford University Press.



## **ANEXOS**

**ANEXO A – Conteúdos Setoriais**

**ANEXO B – Sumário GRI Galp Energia**

**ANEXO C – Sumário GRI NANIUM**



**ANEXO A**

CONTEÚDOS ALTERADOS EM FUNÇÃO DOS CONTEÚDOS SETORIAIS					
SETOR DE ATIVIDADE	CONTEÚDOS GERAIS PADRÃO		INDICADORES ESPECÍFICOS DO SETOR		
	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	CATEGORIA/SUB-CATEGORIA	ASPECTO	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	NOVO CONTEÚDO
OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS	PERFIL ORGANIZACIONAL - G4-4 - G4-7 - G4-8 - G4-9	Informação sobre a Forma de Gestão	Presença no mercado	- G4-DMA	- A01
				- G4-EC6	- A02
	ECONÓMICA	Impactos económicos indirectos	- G4-EC7	- A03	
			Energia	- G4-EN6	- A04
			Água		
			Biodiversidade		
			Emissões	- G4-EN19	- A05
			Efluentes e Resíduos	- G4-EN23	- A06
			Ruído		- A07
	SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente Sociedade Responsabilidade pelo Produto	Emprego	- G4-LA1	
Saúde e segurança no trabalho			- G4-LA6		
Comunidades locais			- G4-SO2	- A08	
		Saúde e segurança do cliente		- A09	

Quadro A.I - Conteúdos adicionados para o setor Operações Aeroportuárias  
Fonte: produção própria



CONTEÚDOS ALTERADOS EM FUNÇÃO DOS CONTEÚDOS SETORIAIS				
SETOR DE ATIVIDADE	INDICADORES ESPECÍFICOS DO SETOR			
	CONTEÚDOS GERAIS PADRÃO	CATEGORIA/SUB-CATEGORIA	ASPECTO	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA
EXTRAÇÃO MINEIRA E METAIS	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	Informação sobre a Forma de Gestão		- G4-DMA
		ECONÓMICA	Desempenho económico	- G4-EC1
			Presença no mercado	- G4-EC6
			Materiais	- G4-ENZ
		AMBIENTAL	Biodiversidade	- G4-EN12
			Emissões	- G4-EN21
			Efluentes e resíduos	- G4-EN23
				- G4-EN24
		Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Relações entre trabalhadores e empregadores	
			Saúde e segurança no trabalho	- G4-IA6
		SOCIAL	Direitos Humanos	
			Comunidades locais	
			Conformidade	- G4-S08
			Mineração artesanal ou de pequena escala	
		Restabelecimento		
		Planeamento de encerramento		
				- MM1
				- MM2
				- MM3
				- MM4
				- MM5
				- MM6
				- MM7
				- MM8
				- MM9
				- MM10

Quadro A.III - Conteúdos adicionados para o setor Extração Mineira e Metais  
 Fonte: produção própria

CONTEÚDOS ALTERADOS EM FUNÇÃO DOS CONTEÚDOS SETORIAIS								
SETOR DE ATIVIDADE	CONTEÚDOS GERAIS PADRÃO		INDICADORES ESPECÍFICOS DO SETOR					
	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	CATEGORIA/SUB-CATEGORIA	ASPECTO	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	NOVO CONTEÚDO			
INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS	PERFIL ORGANIZACIONAL	Informação sobre a Forma de Gestão	Disponibilidade e confiabilidade	- G4-DMA	- EU10 - EU11 - EU12			
			Eficiência do sistema					
	ECONÓMICA			Materials	- G4-EN1			
				Água	- G4-EN8			
				Biodiversidade	- G4-EN12 - G4-EN13			
				Emissões	- G4-EN15 - G4-EN16 - G4-EN21			
	AMBIENTAL			Efluentes e resíduos	- G4-EN22 - G4-EN23			
				Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente		Emprego	- G4-LA1	- EU15 - EU17 - EU18
						Saúde e segurança no trabalho	- G4-LA6	
	SOCIAL	Responsabilidade pelo Produto		Comunidades locais		- EU22		
Saúde e segurança do cliente					- EU25			
			Acesso		- EU26 - EU27 - EU28 - EU29 - EU30			

Quadro A.IV - Conteúdos adicionados para o setor Infraestruturas Eléctricas  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS ALTERADOS EM FUNÇÃO DOS CONTEÚDOS SETORIAIS									
SETOR DE ATIVIDADE	CONTEÚDOS GERAIS PADRÃO		INDICADORES ESPECÍFICOS DO SETOR						
	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	CATEGORIA/SUB-CATEGORIA	ASPECTO	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	NOVO CONTEÚDO				
MEIOS DE COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGIA E ANÁLISE - G4-2 - G4-7 - G4-9 - G4-10 PERFIL ORGANIZACIONAL - G4-24 ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS - G4-34 GOVERNANÇA - G4-41 ÉTICA E INTEGRIDADE - G4-56	Informação sobre a Forma de Gestão	Desempenho económico	- G4-DMA	- M1				
				ECONÓMICA	Impactos económicos indiretos	- G4-EC4			
						- G4-EC7			
						AMBIENTAL	Materials	- G4-EN1	
								- G4-EN7	
								- G4-EN19	
								- G4-EN23	
						Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Saúde e segurança no trabalho	- G4-LA6	
								- G4-LA7	
								- G4-LA9	
	Direitos Humanos	Treinamento e educação	- G4-LA9						
			- G4-HR2						
			- G4-HR9						
			- G4-HR12						
	SOCIAL	Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos	- G4-S06						
			Sociedade	- G4-PR3					
				- G4-PR7					
Responsabilidade pelo Produto	Criação de conteúdos	- M2							
		- M3							
		- M4							
		- M5							
	Divulgação de conteúdos	- M6							
		Interação com audiência	- M6						
			Literacia dos meios de comunicação	- M7					

Quadro A.V - Conteúdos adicionados para o setor Meios de Comunicação  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS ALTERADOS EM FUNÇÃO DOS CONTEÚDOS SETORIAIS								
SETOR DE ATIVIDADE	CONTEÚDOS GERAIS PADRÃO			INDICADORES ESPECÍFICOS DO SETOR				
	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA			CATEGORIA/SUB-CATEGORIA	ASPECTO	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	NOVO CONTEÚDO	
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	ESTRATÉGIA E ANÁLISE	- G4-1		Informação sobre a Forma de Gestão		- G4-DMA		
		- G4-2		ECONÓMICA	Desempenho económico	- G4-EC1		
	- G4-4		Impactos económicos indiretos		- G4-EC2			
	- G4-9		Práticas de compra/fornecimento		- G4-EC8	- E09 - E010		
	- G4-10		Geral			- E01		
	- G4-14		AMBIENTAL		Material	- G4-EN1 - G4-EN2		
	ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES	- G4-17			Energia	- G4-EN3 - G4-ENG - G4-EN7		
		- G4-20			Água	- G4-EN8		
	- G4-21			Emissões	- G4-EN20 - G4-EN21			
	ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	- G4-24			Efluentes e resíduos	- G4-EN22 - G4-EN23		
		- G4-34			Produtos e serviços	- G4-EN27 - G4-EN28		
	GOVERNANÇA				Conformidade	- G4-EN29		
					Transportes	- G4-EN30	- E02 - E03	
					Geral	- G4-EN31		
					Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Emprego	- G4-LA1	
						Saúde e segurança no trabalho	- G4-LA5 - G4-LA6	
					Direitos Humanos	Treinamento e educação	- G4-LA9 - G4-LA10 - G4-LA11	
						Investimentos	- G4-HR2	
			SOCIAL	Práticas de segurança	- G4-HR7			
				Sociedade	Comunidades locais	- G4-S01 - G4-S02	- E04	
					Combate à corrupção	- G4-S03 - G4-S04 - G4-S05		
					Inclusão		- E05 - E06	
				Responsabilidade pelo Produto	Saúde e segurança do cliente	- G4-PR1 - G4-PR2	- E07	
			Rotulagem de produtos e serviços		- G4-PR3 - G4-PR5			
			Comunicações de marketing		- G4-PR6 - G4-PR7			
			Privacidade do cliente		- G4-PR8			
			Conformidade		- G4-PR9			
		Alimentos e bebidas			- E08			
		Gestão do legado			- E011 - E012 - E013			

Quadro A.VI - Conteúdos adicionados para o setor Organização de Eventos  
Fonte: produção própria

CONTEÚDOS ALTERADOS EM FUNÇÃO DOS CONTEÚDOS SETORIAIS						
SETOR DE ATIVIDADE	CONTEÚDOS GERAIS PADRÃO		INDICADORES ESPECÍFICOS DO SETOR			
	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	CATEGORIA/SUB-CATEGORIA	ASPECTO	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	NOVO CONTEÚDO	
ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	ESTRATÉGIA E ANÁLISE	- G4-1 - G4-4 - G4-7 - G4-8 - G4-9 - G4-10 - G4-16	Informação sobre a Forma de Gestão	- G4-DMA - G4-EC1		
	PERFIL ORGANIZACIONAL		ECONÓMICA	Desempenho económico Angariação de fundos ética	- NGO8	
				AMBIENTAL	Produtos e serviços	- G4-EN27
	ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LÍMITES		SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Saúde e segurança no trabalho	- G4-LA6 - G4-LA7
					Treinamento e educação	- G4-LA9 - G4-LA10
					Combate à corrupção	- G4-S03 - G4-S05
	ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	- G4-24 - G4-37	Sociedade	Comunicações de marketing		
	GOVERNANÇA	- G4-39 - G4-40 - G4-45	Responsabilidade pelo Produto			- NGO10

Quadro A.VII - Conteúdos adicionados para o setor Organizações Não-Governamentais  
 Fonte: produção própria

CONTEÚDOS ALTERADOS EM FUNÇÃO DOS CONTEÚDOS SETORIAIS						
SETOR DE ATIVIDADE	CONTEÚDOS GERAIS PADRÃO		INDICADORES ESPECÍFICOS DO SETOR			
	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	CATEGORIA/SUB-CATEGORIA	ASPECTO	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	NOVO CONTEÚDO	
PETRÓLEO E GÁS	ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS - G4-24 - G4-27	ECONÓMICA	Informação sobre a Forma de Gestão	- G4-DIMA		
			Desempenho económico	- G4-EC1 - G4-EC2		
			Impactos económicos indiretos	- G4-EC7 - G4-EC8		
			Reservas		- OG1	
			Materiais	- G4-EN1		
			Energia	- G4-EN5	- OG2 - OG3	
			Água	- G4-EN8 - G4-EN9		
			Biodiversidade incluindo serviços do ecossistema		- OG4	
			AMBIENTAL	- G4-EN15		
				- G4-EN16		
				- G4-EN17		
				- G4-EN18		
				- G4-EN19		
				- G4-EN21		
			- G4-EN23	- DG5		
			- G4-EN24	- DG6		
				- DG7		
			Produtos e serviços	- G4-EN27	- DG8	
		Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Saúde e segurança no trabalho	- G4-LA6		
			Práticas de segurança	- G4-HR7		
		Direitos Humanos	Direitos indígenas	- G4-HR8	- OG9	
			Comunidades locais	- G4-SO2	- OG10 - OG11	
		SOCIAL	Conformidade	- G4-SO8		
			Reajustamento involuntário		- OG12	
			Integridade de ativos e segurança de processos		- OG13	
		Responsabilidade pelo Produto	Substitutos de combustíveis fósseis		- OG14	

Quadro A.VIII - Conteúdos adicionados para o setor Petróleo e Gás  
 Fonte: produção própria

CONTEÚDOS ALTERADOS EM FUNÇÃO DOS CONTEÚDOS SETORIAIS					
SETOR DE ATIVIDADE	INDICADORES ESPECÍFICOS DO SETOR				
	CONTEÚDOS GERAIS PADRÃO	CATEGORIA/SUB-CATEGORIA	ASPECTO	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	
PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	ECONÓMICA	Informação sobre a Forma de Gestão	- G4-DMA	
			Desempenho económico	- G4-EC1 - G4-EC4	
			Práticas de compra/fornecimento	- FP1 - FP2	
		AMBIENTAL	Materiais	- G4-EN1	
			Biodiversidade	- G4-EN11 - G4-EN13	
		SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Relações entre trabalhadores e empregadores	- FP3 - FP9 - FP10 - FP11 - FP12 - FP13
				Bem-estar animal	
			Responsabilidade pelo Produto	Saúde e segurança do cliente	- G4-PR1 - FP5 - FP6 - FP7
				Rotulagem de produtos e serviços	- G4-PR3

Quadro A.IX - Conteúdos adicionados para o setor Processamento de Alimentos  
 Fonte: produção própria

CONTEÚDOS ALTERADOS EM FUNÇÃO DOS CONTEÚDOS SETORIAIS						
SETOR DE ATIVIDADE	CONTEÚDOS GERAIS PADRÃO		INDICADORES ESPECÍFICOS DO SETOR			
	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	CATEGORIA/SUB-CATEGORIA	ASPECTO	INFORMAÇÃO ACRESCENTADA	NOVO CONTEÚDO	
SERVIÇOS FINANCEIROS	Informação sobre a Forma de Gestão	ECONÓMICA	Desempenho económico	- G4-DMA		
				- G4-EC1		
	AMBIENTAL		Emissões	- G4-EN15		
				- G4-EN16		
				- G4-EN17		
	SOCIAL	Direitos Humanos	Efluentes e resíduos	- G4-EN23		
				Investimentos	- G4-HR1	
					Comunidades locais	- FS13
	Responsabilidade pelo Produto		Portfólio de produtos		- FS6	
					- FS7	
				- FS8		
Posse de ativos				- FS10		
				- FS11		

Quadro A.X - Conteúdos adicionados para o setor Serviços Financeiros  
 Fonte: produção própria

## ANEXO B

## 5.2 Appendix II - GRI table - Key sustainability indicators

## GENERAL STANDARD DISCLOSURES

General standard disclosures	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
<b>Strategy and analysis</b>				
G4-1	1.2 Messages.	NA	NA	✓
G4-2	1.2 Messages; 2.6 The external context: climate and energy, a relationship to be reconciled; 2.2 Our business strategy; 3. What are the material challenges?	NA	NA	✓
<b>Organisational profile</b>				
G4-3	1.1 About this Report; Galp Energia, SGPS, S.A.	NA	NA	✓
G4-4	2.1 What we are today; 2.4 Our operational chain; 2.5 Where we have reached.	NA	NA	✓
G4-5	2.1 What we are today.	NA	NA	✓
G4-6	2.5 Where we have reached.	NA	NA	✓
G4-7	Annual Report and Accounts 2014 [ARBA 2014] (5.1. Corporate governance - shareholder structure).	NA	NA	✓
G4-8	2.4 Our operational chain; 2.5 Where we have reached.	NA	NA	✓
G4-9	2.1 What we are today; 2.4 Our operational chain; 2.5 Where we have reached.	NA	NA	✓
G4-10	4.3.1 Our human capital. 98.5% of our employees work full-time.	NA	NA	✓
G4-11	79.49%.	NA	NA	✓
G4-12	4.2.6 Engagement with suppliers.	NA	NA	✓
G4-13	ARBA 2014 (5.1. Corporate governance - shareholder structure).	NA	NA	✓
G4-14	4.1.2 Risk management.	NA	NA	✓
G4-15	4. How do we tackle them?	NA	NA	✓
G4-16	4. How do we tackle them?	NA	NA	✓
<b>Identified material aspects and boundaries</b>				
G4-17	1.1 About this Report.	NA	NA	✓
G4-18	1.1 About this Report; 3. What are the material challenges?	NA	NA	✓
G4-19	3. What are the material challenges?	NA	NA	✓
G4-20	3. What are the material challenges?	NA	NA	✓
G4-21	3. What are the material challenges?	NA	NA	✓
G4-22	1.1 About this Report; Appendix IV - Notes on methodology.	NA	NA	✓
G4-23	1.1 About this Report.	NA	NA	✓
<b>Stakeholder engagement</b>				
G4-24	4.2.1 Diálogo com stakeholders.	NA	NA	✓
G4-25	4.2.1 Diálogo com stakeholders.	NA	NA	✓
G4-26	4.2.1 Dialogue with stakeholders. In recent years, we have held formal consultations with stakeholders biannually. During the last consultation we updated our stakeholders' description and mapping, given our Company's expansion, its entry into other markets and strategic readjustment. In 2015 we will design and implement an engagement plan with stakeholders and the stakeholders' description and mapping will be kept up to date. A new formal consultation will be triggered when there is evidence of new trends, expectations or a new framework for our activities, or within 3 to 5 years.			✓
G4-27	4.2.1 Dialogue with stakeholders; 4.2.3 Engagement with the community; 4.2.4 Engagement with customers; 4.2.5 Engagement with investors; 4.2.6 Engagement with suppliers.	NA	NA	✓
<b>Report profile</b>				
G4-28	1.1 About this Report.	NA	NA	✓
G4-29	1.1 About this Report.	NA	NA	✓
G4-30	1.1 About this Report.	NA	NA	✓
G4-31	1.1 About this Report.	NA	NA	✓
G4-32	1.1 About this Report; present GRI Table.	NA	NA	✓
G4-33	1.1 About this Report; present GRI Table; Appendix I - Assurance letter.	NA	NA	✓
<b>Governance</b>				
G4-34	4.1.1 Corporate governance model.	NA	NA	✓
G4-35	4.1.1 Corporate governance model.			✓
G4-36	4.1.1 Corporate governance model.			✓

Quadro B.I - Sumário GRI da Galp Energia (1/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

General standard disclosures	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
G4-37	4.1.1 Corporate governance model. Stakeholder consultation processes are approved by top management, presented and discussed by the Sustainability Committee, involving the entire Company and constitute KPIs in the performance assessment of employees directly involved in the process.			✓
G4-38	4.1.1 Corporate governance model.			✓
G4-39	4.1.1 Corporate governance model.			✓
G4-40	4.1.1 Corporate governance model.			✓
G4-41	Corporate Governance Report 2014 [CGR 2014] (PART I, C. Internal organisation, III – Internal control and risk management; PART II, 2. Analysis of compliance with the Corporate Governance Code adopted).			✓
G4-42	4.1.1 Corporate governance model. Find out more at our website. If you are reading the PDF version of this report, <a href="#">click here</a> .			✓
G4-43	4.1.1 Corporate governance model. Find out more at our website. If you are reading the PDF version of this report, <a href="#">click here</a> .			✓
G4-44	4.1.1 Corporate governance model; CGR 2014 (PART I, D. Remuneration, III - Remuneration structure).			✓
G4-45	4.1.2 Risk management; AR&A 2014 (4. Risk management).			✓
G4-46	4.1.1 Corporate governance model.			✓
G4-47	4.1.1 Corporate governance model; 4.1.2 Risk management.			✓
G4-48	4.1.1 Corporate governance model.			✓
G4-49	4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; CGR 2014 (PART I, C. Internal organisation, II – Reporting of irregularities). Other critical concerns can be addressed through orders between the Directors of the organisational units and their respective executive directors, who propose and take issues to the Executive Committee. On the other hand, the teams from the organisational units may table draft resolutions for decisions to be taken by the Executive Committee, which shall discuss and communicate the subsequent decision.			✓
G4-50	4.1.5 Guarantee of compliance and conformity.			✓
G4-51	CGR 2014 (PART I, D. Remuneration, III - Remuneration structure).			✓
G4-52	CGR 2014 (PART I, D. Remuneration, III - Remuneration structure).			✓
G4-53	CGR 2014 (PART I, D. Remuneration, III - Remuneration structure).			✓
G4-54	This ratio, in 2014, valued 53.			✓
G4-55	The Company's multi-annual objectives policy implies that the variable remuneration of our CEO has a deferred component. The absence of an equivalent component in the previous year makes determining a remuneration variation inappropriate. For this reason, only next year shall we report this indicator, by comparing the base and variable components paid in the period.			✓

#### Ethics and Integrity

G4-56	2.1 What we are today.	NA	NA	✓
G4-57	2.1 What we are today; 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity.			✓
G4-58	2.1 What we are today; 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity.			✓

#### SPECIFIC STANDARD DISCLOSURES

Management approaches and indicators	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
--------------------------------------	-----------------------	-----------	----------------------------	--------------------

#### Category: Economic

##### ASPECT: ECONOMIC PERFORMANCE\*

G4-DMA	2.1 What we are today; 2.2 Our business strategy; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.2 Creating shared value.			✓
G4-EC1	4.2.2 Creating shared value; 5.5 Appendix V - Other indicators.			✓
G4-EC2	4.4 Helping to satisfy future energy needs and minimising the intensity of the carbon footprint; See additional information at: <a href="https://www.cdp.net/sites/2014/42/7042/Investor%20CDP%202014/Pages/DisclosureView.aspx">https://www.cdp.net/sites/2014/42/7042/Investor%20CDP%202014/Pages/DisclosureView.aspx</a> .			✓
G4-EC3	AR&A 2014 (Appendix Consolidated financial statements - Retirement and other benefits liabilities).			✓
G4-EC4	Galp Energia does not consider this indicator to be material.			✓



##### ASPECT: MARKET PRESENCE\*

G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.3.1 Our human capital (local hiring).			✓
G4-EC5	Portugal: 164%; Spain: 144%; Brazil: 396%; Africa: 211%.			✓
G4-EC6	Portugal: 96%; Spain: 98%; Brazil: 67%; Africa: 81%.			✓

Quadro B.II - Sumário GRI da Galp Energia (2/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

Management approaches and indicators	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
<b>Aspect: Indirect economic impacts*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.2 Creating shared value; 4.2.3 Engagement with the community; 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓
G4-EC7	4.2.2 Creating shared value; 4.2.3 Engagement with the community (Community investment policy).			✓
G4-EC8	4.2.2 Creating shared value; 4.2.3 Engagement with the community 4.2.4 Engagement with customers.			✓
<b>Aspect: Procurement practices*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓
G4-EC9	4.2.6 Engagement with suppliers.			✓
<b>Aspect: Reserves*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 4.1.2 Risk management. ARBA 2014 (2.2. Exploration & Production - Evolution of reserves and resources; 4. Risk management).			✓
G4-OG1	2.1 What we are today; 2.4 Our operational chain; ARBA 2014 (2.2. Exploration & Production - Evolution of reserves and resources).			✓
<b>Category: Environmental</b>				
<b>Aspect: Materials*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.5.1 Our vision and strategy; 4.5.2 Health, safety and environment management; 4.5.3 Environmental protection.			✓
G4-EN1	Crude processed at Matosinhos Refinery: 3,792,028 t. Crude Processed at Sines Refinery: 7,035,380 t.			✓
G4-EN2	Galp Energia does not use recycled materials in its operations.			✓
<b>Aspect: Energy*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.4 Helping to satisfy future energy needs and minimising the intensity of the carbon footprint; 4.5.2 Health, safety and environment management (Certifications); 4.5.3 Environmental protection (Air emissions and energy consumption; Environmental performance). Galp Energia's activity comes under a number of some policies and regulations within the scope of energy and air emissions matters, among which are: Buildings: energy performance of buildings and energy certification system for buildings; Transport: regulation on energy consumption management for the transport sector; Refining: European Union Emissions Trading System (EU ETS); intensive consumption of energy management system and Industrial Emissions Directive. Compliance with these policies and regulations is subject to internal audits and audits from official entities and independent external parties.			✓
G4-EN3	4.4.6 Innovation, research and promotion of efficient technologies; 4.5.3 Environmental protection (Environmental performance).			✓
G4-EN4	709,568 GJ (corresponds to the contractors' energy consumption).			✓
G4-EN5	4.4.5 Efficient RBM. EBP - non-operated blocks: Brazil (1.6 GJ/t of hydrocarbon produced); Angola (2.1 GJ/t of hydrocarbon produced).			✓
G4-EN6	4.4 Helping to satisfy future energy needs and minimising the intensity of the carbon footprint.			✓
G4-EN7	4.4 Helping to satisfy future energy needs and minimising the intensity of the carbon footprint.			✓
G4-OG2	Non-material indicator to Galp Energia.			✓
G4-OG3	4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments); 4.4.6 Innovation, research and promotion of efficient technologies.			✓
<b>Aspect: Water*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.5.1 Our vision and strategy; 4.5.2 Health, safety and environment management; 4.5.3 Environmental protection (Assessment and impact management; Soil and water resources; Environmental performance).			✓
G4-EN8	4.5.3 Environmental protection (Soil and water resources; Environmental performance). EBP - non-operated blocks: Brazil (0.26 m <sup>3</sup> /t of hydrocarbon produced); Angola (3.1 m <sup>3</sup> /t of hydrocarbon produced).			✓

Quadro B.III - Sumário GRI da Galp Energia (3/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

Management approaches and indicators	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
G4-EN9	According to its knowledge to date, Galp Energia has no activities where water consumption significantly affects water sources.			✓
G4-EN10	In 2014, we have recycled 1,813,453 m <sup>3</sup> of water, which corresponds to an overall 18% of the water consumed.			✓
<b>Aspect: Biodiversity</b>				
G4-DMA	See an interactive map of biodiversity and water resources on our website. If you are reading the PDF version of this report, click here 			✓
G4-EN11	100% of Galp Energia sites are analysed in terms of biodiversity risks. None of the E&P blocks held by Galp Energia is located within classified UNESCO World Heritage areas and IUCN category I to IV protected areas.			✓
<b>Aspect: Emissions*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.4 Helping to satisfy future energy needs and minimising the intensity of the carbon footprint; 4.5.2 Health, safety and environment management; 4.5.3 Environmental protection (Air emissions and energy consumption; Environmental performance). Galp Energia's activity comes under a number of policies and regulations within the scope of energy and air emissions, previously referred to under the material aspect of Energy.			✓
G4-EN15	4.4.3 Our carbon footprint.			✓
G4-EN16	4.4.3 Our carbon footprint.			✓
G4-EN17	4.4.3 Our carbon footprint.			✓
G4-EN18	4.4.5 Efficient R&M. E&P – non-operated blocks: Brazil (102 t/10 <sup>3</sup> t of hydrocarbon produced); Angola (123 t/10 <sup>3</sup> t of hydrocarbon produced).			✓
G4-EN19	4.4 Helping to satisfy future energy needs and minimising the intensity of the carbon footprint.			✓
G4-EN20	Galp Energia does not manufacture or sell products that emit substances which damage the ozone layer. On the other hand, it ensures compliance of equipment containing such substances with applicable regulations, verifying such compliance through audits. Finally, the Company has a regulatory guide - Management of substances that deplete the ozone layer. We thereby guarantee no significant emissions of these substances.			✓
G4-EN21	4.5.3 Environmental protection (Environmental performance).			✓
<b>Aspect: Effluents and waste*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.5.1 Our vision and strategy; 4.5.2 Health, safety and environment management; 4.5.3 Environmental protection (Assessment and impact management; Soil and water resources; Environmental performance) See an interactive map of biodiversity and water resources on our website. If you are reading the PDF version of this report, click here 			✓
G4-EN22	4.5.3 Environmental protection (Environmental performance). E&P – non-operated blocks: Angola (1.2 m <sup>3</sup> /t of hydrocarbon produced).			✓
G4-EN23	4.5.3 Environmental protection (Environmental performance).			✓
G4-EN24	4.5.4 Safety (Loss of containment).			✓
G4-EN25	Not applicable.			✓
G4-EN26	Wastewater discharges are subject to licensing and we assume that compliance with standards guarantees the absence of impacts on biodiversity. On the other hand, at the main facilities we monitor the quality of groundwater and carry out quantitative risk analyses (SR 2009, p. 87: <a href="http://www.galpennergia.com/EN/Investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-aneais/Documents/Sustainability%20report%202009.pdf">http://www.galpennergia.com/EN/Investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-aneais/Documents/Sustainability%20report%202009.pdf</a> ), which confirms that surrounding ecosystems are not affected by our activities.			✓
G4-OG5	E&P – non-operated blocks: Angola (1.2 m <sup>3</sup> /t of hydrocarbon produced).			✓
G4-OG6	E&P – non-operated blocks: Brazil (18.3 t/10 <sup>3</sup> t of hydrocarbon produced); Angola (7.2 t/10 <sup>3</sup> t of hydrocarbon produced). Data on vented gas is not available.			✓
G4-OG7	E&P – operated blocks: Brazil (998 t); Morocco (113 t).			✓
<b>Aspect: Products and services*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.5.1 Our vision and strategy; 4.5.2 Health, safety and environment management; 4.5.4 Safety (Product safety).			✓
G4-EN27	4.5.4 Product safety.			✓
G4-EN28	The total weight of the declared packages in 2014 was 1,329 tonnes.			✓
G4-OG8	SR 2013, p. 73: <a href="http://www.galpennergia.com/PT/Investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-aneais/Documents/Relatorio-de-sustentabilidade_2013.pdf">http://www.galpennergia.com/PT/Investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-aneais/Documents/Relatorio-de-sustentabilidade_2013.pdf</a>			✓

Quadro B.IV - Sumário GRI da Galp Energia (4/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

Management approaches and indicators	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
<b>Aspect: Compliance*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.2 Risk management; 4.5.1 Our vision and strategy; 4.5.2 Health, safety and environment management.			✓
G4-EN29	0 fines. €120,000.			✓
<b>Aspect: Transport*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.6 Engagement with suppliers (Supplier audits); 4.4.3 Our carbon footprint.			✓
G4-EN30	4.4.3 Our carbon footprint; 4.5.4 Safety (Loss of containment).			✓
<b>Aspect: Supplier environmental assessment*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓
G4-EN32	4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy). All new suppliers are assessed on environmental criteria. <a href="https://supply4.galpenergia.com/web/supplier_qualification.html">https://supply4.galpenergia.com/web/supplier_qualification.html</a>			✓
G4-EN33	No tier 1 (critical and non-critical) suppliers with high risk were identified. 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓

## Category: Social

### Subcategory: Labour practices and decent work

<b>Aspect: Employment*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.3 Valuing human capital.			✓
G4-LA1	4.3.1 Our human capital (Turnover and mobility).			✓
G4-LA2	4.3.7 Employee benefits. There is no distinction in employee benefits for part-time or full-time status. Galp Energia's employees enjoy the conditions set out in the Labour Code: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Job safety/prohibition of dismissal without just cause.</li> <li>- Maximum working time.</li> <li>- Minimum break periods.</li> <li>- Paid holidays and respective allowance.</li> <li>- Christmas bonus.</li> <li>- Minimum wage and overtime.</li> <li>- Conditions for occasional employee assignment.</li> <li>- Vocational training.</li> <li>- Occupational health &amp; safety.</li> <li>- Workplace accident insurance/rights to remedy for damages resulting from workplace accidents.</li> <li>- Parental leave.</li> <li>- Protection against child labour.</li> <li>- Student employee status.</li> <li>- Equal treatment and non-discrimination.</li> <li>- Protection from harassment.</li> <li>- Respect for personal rights.</li> <li>- Respect for rights to privacy in personal and family life; and premiums and variable remuneration.</li> <li>- Productivity bonus.</li> <li>- Variable remuneration (performance management system).</li> </ul>		✓	
G4-LA3	Right to take leave: 100% Rate of return: 100% * Retention rate: 100% *			✓
* No causal relationship is found between parental leave situations and leaving the Company.				
<b>Aspect: Labour/management relations*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.3.9 Staff involvement (Labour relations; Internal communication tools).			✓
G4-LA4	There is no minimum advance notice with regard to operational changes. Employees are notified of any such changes in a manner deemed timely and appropriate by management.			✓

Quadro B.V - Sumário GRI da Galp Energia (5/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

Management approaches and indicators	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance												
<b>Aspect: Occupational health and safety*</b>																
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.5.1 Our vision and strategy; 4.5.2 Health, safety and environment management; 4.5.4 Safety (Safety performance); 5.5.5 Health management.			✓												
G4-LA5	44.77% of the employees are represented within health and safety committees.			✓												
G4-LA6	4.5.4 Safety (Safety performance). We are, at Galp Energia, implementing an information system to report non-financial information (GRID), which will allow us to obtain these indicators distinguishing gender and geography.			✓												
G4-LA7	4. How do we tackle them? (Undertaking external commitments); 4.5.5 Health management. We have internal regulations, under the G+ System, for task safety analyses, in order to prevent potential situations that may cause injury to persons, property and the environment. Task safety analysis is a tool that provides a systematic and effective methodology to identify hazards and determine preventive control actions at each stage of the task, so as to ensure safety during implementation. We also have an internal standard that defines the minimum requirements for occupational health programmes, covering three key areas: safety and hygiene at work, ergonomics and occupational medicine.			✓												
G4-LA8	Information available on our website. If you are reading the PDF version of this report, click here <a href="#">↗</a> .			✓												
<b>Aspect: Training and education*</b>																
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.3.2 Our strategy (Ensuring the strategic development of critical skills); 4.3.3 Human capital in the context of E&P growth; 4.3.4 Human capital development programmes; 4.3.5 Performance Management (Performance management system); 4.3.6 Training; 4.6.4 Engagement with the scientific and technological community.			✓												
G4-LA9	4.3.6 Training.			✓												
G4-LA10	4.3.2 Our strategy (Ensuring the strategic development of critical skills); 4.3.4 Human capital development programmes; 4.3.6 Training.			✓												
G4-LA11	4.3.5 Performance Management (Performance management system). There is no differentiation between genders on what regards performance assessments. We have and will continue to conceive and create new personal development plans.			✓												
<b>Aspect: Diversity and equal opportunity*</b>																
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights (Code of Ethics); 4.3.1 Our human capital (Diversity; Distribution by gender; Local hiring; Non-discrimination and equal opportunities).			✓												
G4-LA12	4.3.1 Our human capital.			✓												
<b>Aspect: Equal remuneration for women and men*</b>																
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights (Code of Ethics); 4.3.1 Our human capital (Distribution by gender; Non-discrimination and equal opportunities).			✓												
G4-LA13	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Professional categories</th> <th>Average salary ratio (M/W)</th> <th>Average remuneration ratio (M/W)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Middle/General management</td> <td>1.007</td> <td>0.988</td> </tr> <tr> <td>First line management/ Supervisors</td> <td>1.160</td> <td>1.144</td> </tr> <tr> <td>Specialised groups</td> <td>1.142</td> <td>1.145</td> </tr> </tbody> </table>	Professional categories	Average salary ratio (M/W)	Average remuneration ratio (M/W)	Middle/General management	1.007	0.988	First line management/ Supervisors	1.160	1.144	Specialised groups	1.142	1.145			✓
Professional categories	Average salary ratio (M/W)	Average remuneration ratio (M/W)														
Middle/General management	1.007	0.988														
First line management/ Supervisors	1.160	1.144														
Specialised groups	1.142	1.145														
<b>Aspect: Supplier assessment for labour practices*</b>																
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓												
G4-LA14	4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy). All new suppliers are assessed on social criteria. <a href="https://supply4.galpenenergia.com/web/supplier_qualification.html">https://supply4.galpenenergia.com/web/supplier_qualification.html</a>			✓												
G4-LA15	29 tier 1 (critical and non-critical) suppliers with high social sustainability risk were identified. 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓												

Quadro B.VI - Sumário GRI da Galp Energia (6/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

Management approaches and indicators	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
<b>Aspect: Labour practices grievance mechanisms</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.3.9 Staff involvement (Labour relations).			✓
G4-LA16	4.3.9 Staff involvement (Labour relations). There were five registered cases, all solved during the reporting period.			✓
<b>Subcategory: Human Rights</b>				
<b>Aspect: Investment</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights; 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing Policy); 4.3.6 Training.			✓
G4-HR1	4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing Policy). Fulfilling the commitment undertaken made in the past, Galp Energia introduced a standard clause binding its counterparties, including business partners, suppliers or others, to the provisions of Galp Energia's code of ethics, in all parts of its contracts referring to the safeguarding of human rights.			✓
G4-HR2	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights (Code of ethics); 4.3.6 Training.			✓
<b>Aspect: Non-discrimination*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights (Code of ethics); 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.3.1 Our human capital (Diversity; Distribution by gender; Local hiring; Non-discrimination and equal opportunities).			✓
G4-HR3	0 cases. "Galp Energia's labour practice, policies and procedures are oriented towards impeding discrimination and differential treatment according to race, gender, sexual orientation, creed, civil status, physical handicap, political orientation or opinions of another nature, ethnic or social origin, nationality or union affiliation" - in Code of ethics.			✓
<b>Aspect: Freedom of association and collective bargaining*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights (Code of ethics); 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing Policy); 4.3.9 Staff involvement (Labour relations).			✓
G4-HR4	No occurrences. 4.3.9 Staff involvement (Labour relations) "Galp Energia's labour practice, policies and procedures are oriented towards impeding discrimination and differential treatment according to race, gender, sexual orientation, creed, civil status, physical handicap, political orientation or opinions of another nature, ethnic or social origin, nationality or union affiliation" - in Code of ethics.			✓
<b>Aspect: Child Labour*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights (Code of ethics); 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy).			✓
G4-HR5	4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy). Galp Energia considers that there is, in its activity, no risk of child labour amongst its employees. As regards suppliers and other business partners, through its purchasing policy, it prohibits and condemns any type of practice related to child labour, and does not establish or maintain relationships with suppliers not aligned with the principles established.			✓
<b>Aspect: Forced or compulsory labour*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights (Code of ethics); 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy).			✓

Quadro B.VII - Sumário GRI da Galp Energia (7/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

Management approaches and indicators	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
G4-HR6	4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy). Galp Energia considers that there is, in its activity, no occurrence of forced labour amongst its employees. As regards suppliers and other business partners, through its purchasing policy, it prohibits and condemns any type of practice related to forced labour, and does not establish or maintain relationships with suppliers not aligned with the principles established.			✓
<b>Aspect: Security practices*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy).			✓
G4-HR7	The Galp Energia security service is essentially contracted from external entities, and their alignment with Company principles in the field of human rights is ensured by the purchasing policy.			✓
<b>Aspect: Indigenous rights*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights; 4.5.3 Environmental protection (Assessment and management of impacts).			✓
G4-HR8	0 cases.			✓
G4-OG9	Galp Energia did not register any such situation in 2014. In 2014, Galp Energia published a guide for the assessment of environmental and social impacts in the area of Exploration and Production, which is duly directed at identifying and mitigating possible negative impacts, covering topics, such as: identification of impacts on indigenous peoples; identification of alternatives, among others. 4.5.3 Environmental protection (Assessment and management of impacts).			✓
<b>Aspect: Assessment*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights; 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy).			✓
G4-HR9	4. How do we tackle them? (Undertaking external commitments); 4.1.3 Ethics and human rights; 4.5.3 Environmental protection (Assessment and management of impacts).			✓
<b>Aspect: Supplier human rights assessment*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓
G4-HR10	4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy). All new suppliers are assessed on social criteria. <a href="https://supply4.galpenergia.com/web/supplier_qualification.html">https://supply4.galpenergia.com/web/supplier_qualification.html</a> .			✓
G4-HR11	29 tier 1 (critical and non-critical) suppliers with high social sustainability risk were identified. 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓
<b>Aspect: Human rights grievance mechanism*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.3 Ethics and human rights; 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity.			✓
G4-HR12	0 cases.			✓
<b>Subcategory: Society</b>				
<b>Aspect: Local communities*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.1 Dialogue with stakeholders; 4.2.2 Creating shared value; 4.2.3 Engagement with the community; 4.5.3 Environmental protection (Assessment and management of impacts).			✓
G4-SO1	4.2.1 Dialogue with stakeholders; 4.2.3 Engagement with the community.			✓

Quadro B.VIII - Sumário GRI da Galp Energia (8/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

Management approaches and indicators	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
G4-S02	4.5.3 Environmental protection (Assessment and management of impacts; Sustainability in E&P - Mozambique project). In 2014, Galp Energia published a guide for the assessment of environmental and social impacts in the area of Exploration and Production, which is duly directed at identifying and mitigating possible negative impacts, covering topics, such as: stakeholder engagement; identification of secondary and cumulative impacts; identification of alternatives, among others.			✓
G4-OG10	Galp Energia did not register any such situation in 2014.			✓
G4-OG11	Galp Energia has a standard procedure – NPG-038 –, which establishes the minimum HSE requirements applicable to the decommissioning of establishments/facilities in the Galp Energia Group, proposing structures for decommissioning plans and content to be developed by business/management units and Group companies, tailored to the characteristics and the establishments/facilities risk levels. There was no decommissioning in 2014.  Note: The end of drilling is not regarded as decommissioning given that these activities generally only last between 20 and 45 days, removal of equipment and site clearance being considered stages of activity.			✓
<b>Aspect: Anti-corruption*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.4 Anti-corruption and transparency; 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy).			✓
G4-S03	4.1.2 Risk management (Internal control system). Galp Energia created a group, under the Risk Committee, which meets bi-monthly to identify and assess a number of risks, including the risks of corruption in the jurisdictions to which the Company is subject. At these meetings, the risk drivers and the potential consequences are identified and updated, and responses and mitigation initiatives are addressed to the appropriate managers.			✓
G4-S04	4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments); 4.1.4 Anti-corruption and transparency; 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity.			✓
G4-S05	Galp Energia recorded no cases of corruption in 2014.			✓
<b>Aspect: Anti-competitive behaviour*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.4 Anti-corruption and transparency; 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy).			✓
G4-S07	No cases were recorded in 2014. In meetings where colleagues from competitor companies are present, including meetings of Concave and FuelsEurope working groups, clear instructions are given in order to prohibit conversation on sensitive issues such as pricing, and a brochure is being distributed with 'Dos and Don'ts'.			✓
<b>Aspect: Compliance*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.2 Risk management; 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity.			✓
G4-S08	0 non-monetary sanctions. There was no payment of fines.			✓
<b>Aspect: Supplier assessment for impacts on society</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓
G4-S09	4.2.6 Engagement with suppliers (Purchasing policy). All new suppliers are assessed on social criteria. <a href="https://supply4.galpenergia.com/web/supplier_qualification.html">https://supply4.galpenergia.com/web/supplier_qualification.html</a> .			✓
G4-S010	29 tier 1 (critical and non-critical) suppliers with high social sustainability risk were identified. 4.2.6 Engagement with suppliers.			✓
<b>Aspect: Grievance mechanisms for impacts on society*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity.			✓
G4-S011	There were 21 claims on these matters in 2014, all of them opened and solved in the reporting period.			✓
<b>Aspect: Involuntary resettlement*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.5.3 Environmental protection (Assessment and management of impacts).			✓
G4-OG12	Galp Energia did not register any such situation in 2014.			✓

Quadro B.IX - Sumário GRI da Galp Energia (9/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

Management approaches and indicators	Page, link or content	Omissions	Justification for omission	External assurance
<b>Aspect: Asset integrity and process safety*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.5.4 Safety (Process safety; Loss of containment).			✓
G4-OG13	4.5.4 Safety (Process safety; Loss of containment). No. of tier 1 events: 8 No. of tier 2 events: 12. [It does not include the Biofuels business unit (activities carried out in Brazil) and E&P - non-operated blocks].			✓
<b>Subcategory: Product responsibility</b>				
<b>Aspect: Customer health and safety*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.5.4 Safety (Product safety).			✓
G4-PR1	4.5.4 Safety (Product safety).			✓
G4-PR2	One case in 2014.			✓
<b>Aspect: Product and service labelling*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.2.4 Engagement with customers (Relationship with customers); 4.5.4 Safety (Product safety).			✓
G4-PR3	4.5.4 Safety (Product safety).			✓
G4-PR4	Three cases in 2014. In all of them the non-conformity was related to products sold in our service station shops, not being directly related to Galp Energia's core business (oil & gas products).			✓
G4-PR5	4.2.4 Engagement with customers (Relationship with customers).			✓
<b>Aspect: Marketing communications*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity; 4.2.4 Engagement with customers (Relationship with customers).			✓
G4-PR6	Galp Energia has no record that its products are banned in any of the markets where it operates.			✓
G4-PR7	4.1.5 Guarantee of compliance and conformity. There were 2 cases in 2014. In both of them the non-conformity was related to products sold in our service station shops, not being directly related to Galp Energia's core business (oil & gas products).			✓
<b>Aspect: Customer privacy*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Undertaking external commitments; Continuously monitoring our performance).			✓
G4-PR8	Galp Energia has no record of violations of its customers' privacy in 2014. Galp Energia, through its Privacy Policy, respects the privacy of its customers and protects the personal information entrusted to it. Whenever it is necessary to request personal information from users and data holders for the purpose of providing services, the use of this information is described within the relevant in terms of that document and in accordance with data protection legislation.			✓
<b>Aspect: Compliance*</b>				
G4-DMA	2.1 What we are today; 3. What are the material challenges?; 4. How do we tackle them? (Establishing internal commitments; Continuously monitoring our performance); 4.1.2 Risk management; 4.1.5 Guarantee of compliance and conformity.			✓
G4-PR9	0 cases in 2014.			
* Material aspect				

Quadro B.X - Sumário GRI da Galp Energia (10/10)  
Fonte: (Galp Energia, 2015)

## ANEXO C

GENERAL STANDARD DISCLOSURES	PAGE	EXTERNAL ASSURANCE
<b>Strategy and analysis</b>		
G4-1	7	n.a.
<b>Organization profile</b>		
G4-3	11	n.a.
G4-4	11	n.a.
G4-5	11	n.a.
G4-6	11	n.a.
G4-7	11	n.a.
G4-8	12	n.a.
G4-9	12	n.a.
G4-10	12	n.a.
G4-11	14	n.a.
G4-12	14	n.a.
G4-13	15	n.a.
G4-14	16	n.a.
G4-15	16	n.a.
G4-16	18	n.a.
<b>Identified material aspects and boundaries</b>		
G4-17	19	n.a.
G4-18	19	n.a.
G4-19	20	n.a.
G4-20	21	n.a.
G4-21	22	n.a.
G4-22	22	n.a.
G4-23	22	n.a.

Quadro C.I - Sumário GRI da NANIUM (1/4)  
Fonte: (NANIUM, 2015)

GENERAL STANDARD DISCLOSURES	PAGE	EXTERNAL ASSURANCE
<b>Stakeholder engagement</b>		
G4-24	23	n.a.
G4-25	24	n.a.
G4-26	23	n.a.
G4-27	23	n.a.
<b>Report profile</b>		
G4-28	10	n.a.
G4-29	10	n.a.
G4-30	10	n.a.
G4-31	10	n.a.
G4-32	4	n.a.
G4-33	24	n.a.
<b>Governance</b>		
G4-34	24	n.a.
<b>Ethics and integrity</b>		
G4-56	25	n.a.

Quadro C.II - Sumário GRI da NANIUM (2/4)  
Fonte: (NANIUM, 2015)

SPECIFIC STANDARD DISCLOSURES			
Material Aspects	DMA and Indicators	Omissions	External Assurance
<b>Economic</b>			
Economic Performance	EC1	n.a.	n.a.
Market Presence	EC5	n.a.	n.a.
Procurement Practices	EC9	n.a.	n.a.
<b>Environment</b>			
Energy	EN3	n.a.	n.a.
Energy	EN6	n.a.	n.a.
Water	EN8	n.a.	n.a.
Emissions	EN15	n.a.	n.a.
Emissions	EN16	n.a.	n.a.
Emissions	EN19	n.a.	n.a.
Effluents and waste	EN22	n.a.	n.a.
Effluents and waste	EN23	n.a.	n.a.
<b>Labor Practices &amp; Decent Work</b>			
Occupational Health and Safety	LA6	n.a.	n.a.
Training and Education	LA9	n.a.	n.a.
Training and Education	LA11	n.a.	n.a.

Quadro C.III - Sumário GRI da NANIUM (3/4)  
Fonte: (NANIUM, 2015)

<b>Society</b>			
Anti-Corruption	SO4	n.a.	n.a.
<b>Human Rights</b>			
Investment	HR2	n.a.	n.a.
Child Labor	HR5	n.a.	n.a.
Forced or Compulsory Labor	HR6	n.a.	n.a.

Quadro C.IV - Sumário GRI da NANIUM (4/4)  
Fonte: (NANIUM, 2015)